

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL (Sedes/DF)

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS CARGOS DE ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS) E TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (TDAS), INTEGRANTES DA CARREIRA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

JUSTIFICATIVAS DE GABARITO PRELIMINAR (PROVA OBJETIVA)

(Data de aplicação: 6 de setembro de 2026)

TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (TDAS)

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	1	41	21	C
(A) O texto informa que o Cadastro Único registra diversas informações sobre as famílias, como endereço, composição familiar, escolaridade, trabalho, renda e deficiência. Entretanto, não afirma que essas informações permitam aos programas sociais estabelecer critérios uniformes de atendimento, mas esclarece que a seleção e a concessão ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos específicos de cada programa. (B) O Cadastro Único não substitui os critérios de seleção dos programas. O texto informa que a concessão dos benefícios ocorre conforme os procedimentos específicos de cada programa. (C) CORRETA. O texto destaca que o Cadastro Único reúne informações capazes de permitir aos gestores conhecer a realidade das famílias de baixa renda, identificando riscos e vulnerabilidades sociais. Essas informações subsidiam tanto a formulação quanto a implementação de políticas públicas. (D) O último parágrafo esclarece que o cadastramento não garante a inclusão automática da família em programas sociais, pois a seleção depende das regras específicas de cada programa. (E) O texto informa que o Cadastro Único é utilizado por programas federais, estaduais, municipais e distritais, não sendo um instrumento exclusivo da administração federal.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	2	42	22	B
(A) O texto não inicia pela apresentação dos programas sociais. Primeiro define o que é o Cadastro Único e explica suas funções; somente depois cita exemplos de programas que utilizam essa base de dados. (B) CORRETA. A sequência textual apresenta inicialmente a definição do Cadastro Único, depois explica a importância para a formulação de políticas públicas, exemplifica a utilização por diversos programas sociais e, por fim, esclarece que o cadastramento não garante inclusão automática nesses programas. (C) O texto afirma exatamente o contrário ao informar que o cadastramento não garante o recebimento automático dos benefícios. (D) O texto informa que cada programa possui critérios e procedimentos próprios, não critérios idênticos. (E) Embora o texto mencione o MDS e a Sedes, essa referência serve apenas para indicar a coordenação do Cadastro Único, e não para estabelecer a comparação entre as atribuições desses órgãos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	3	43	23	C
(A) A condição de principal instrumento de seleção e inclusão não dispensa os procedimentos específicos de cada programa, pois o texto esclarece que o cadastramento não garante inclusão automática. (B) A caracterização da família como de baixa renda não dispensa o atendimento aos critérios e procedimentos específicos do programa. (C) CORRETA. O texto esclarece que o cadastramento, por si só, não garante o recebimento de benefícios. A seleção e a concessão ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos específicos de cada programa, o que permite a verificação complementar prevista em suas regras. (D) Essa afirmação contradiz expressamente o terceiro parágrafo, que informa que o Cadastro Único é utilizado para a seleção e a inclusão em programas sociais. (E) A Sedes é mencionada apenas como órgão coordenador do Cadastro Único no Distrito Federal. Essa atribuição não permite concluir que a concessão dos benefícios seja definida diretamente pela coordenação local do cadastro, independentemente dos critérios e procedimentos específicos do programa.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	4	44	24	B
(A) O texto apresenta o CAS/DF como órgão colegiado de deliberação e não como executor direto dos serviços socioassistenciais. (B) CORRETA. O texto informa que o Conselho atua como órgão colegiado de deliberação, integra o SUAS, aprova propostas, articula-se com outros conselhos, atua conforme as normas do CNAS e zela pela transparência da política de assistência social. (C) O texto afirma justamente o contrário ao informar que o CAS/DF atua em consonância com as normas e orientações do CNAS. (D) O texto informa que o CAS/DF está vinculado à estrutura administrativa responsável pela coordenação e execução da política de assistência social, sem atribuir ao Conselho a substituição dos órgãos responsáveis por essas funções. (E) Em nenhum momento o texto atribui competência legislativa ao CAS/DF.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	5	45	25	D
A) O texto não afirma que a descentralização seja exclusivamente administrativa nem que as decisões do CAS/DF dependam de autorização prévia do CNAS. Atuar “em consonância” significa observar, respeitar ou manter compatibilidade com as normas nacionais, e não estar sujeito à autorização prévia do órgão nacional. B) De acordo com o texto, compete ao próprio CAS/DF aprovar as propostas da Política de Assistência Social, considerando as diretrizes da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Não há transferência dessa competência ao CNAS. O caráter participativo envolve a presença e a atuação de diferentes segmentos sociais nas decisões, e não a concentração da aprovação no conselho nacional. C) O CAS/DF não é apresentado como administrativamente vinculado ao CNAS. O texto informa que ele está vinculado à estrutura administrativa do Distrito Federal responsável pela política de assistência social. Além disso, não se atribui ao CNAS a execução dessa política no Distrito Federal. A relação entre os conselhos é de articulação e alinhamento normativo, não de subordinação administrativa.				

D) CORRETA. A alternativa interpreta adequadamente a relação entre descentralização e articulação institucional. O CAS/DF possui competências próprias no âmbito distrital, mas não atua isoladamente. Sua atuação deve permanecer articulada ao CNAS e coerente com as normas e orientações nacionais. Desse modo, a autonomia decorrente da descentralização é compatível com a integração entre as instâncias distrital e nacional do SUAS. E) O texto não condiciona a eficácia das diretrizes da Conferência distrital à homologação pelo CNAS. Ao contrário, estabelece que o CAS/DF aprova as propostas da política de assistência social com base nessas diretrizes. A alternativa acrescenta uma exigência de homologação que não aparece no texto.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	6	46	26	E
A) Embora o sintagma nominal apareça anteriormente no trecho, ele designa um processo a ser efetivado, e não a política mencionada na sequência. A expressão demonstrativa "essa política" não estabelece relação de retomada com "processo descentralizado e participativo", mas com o referente expresso imediatamente antes. B) A alternativa recupera um elemento efetivamente presente no trecho; contudo, o pronome demonstrativo "essa" não remete à política mencionada no contexto da aprovação de propostas, mas à expressão posterior "política de assistência social no Distrito Federal", retomada por proximidade textual e continuidade temática. C) As normas e orientações do CNAS constituem outro referente do período, relacionado à atuação do Conselho. Entretanto, a expressão "essa política" não pode retomar "normas e orientações", pois há incompatibilidade semântica e sintática entre os referentes. D) Embora as políticas setoriais integrem o contexto do trecho, elas aparecem apenas como objeto de articulação institucional. A expressão "essa política" não faz referência a esse conjunto de políticas, mas especificamente à política de assistência social no Distrito Federal, foco da oração subsequente. E) CORRETA. A expressão "essa política" retoma anaforicamente "a política de assistência social no Distrito Federal", mencionada imediatamente antes no período. O pronome demonstrativo estabelece um mecanismo de coesão referencial, evitando a repetição do sintagma nominal e assegurando a continuidade temática do texto.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	7	47	27	A
(A) CORRETA. O futuro do subjuntivo "forem identificados" introduz uma condição futura, e o futuro do presente "deverão ser realizadas" estabelece a providência obrigatória decorrente dessa condição. (B) A substituição por "são identificados" altera o valor temporal e elimina a ideia de condição futura prevista no texto. (C) "Deverão" já está corretamente empregado para indicar determinação aplicável a situações futuras. A substituição de "deverão ser realizadas" por "seriam realizadas" introduz valor hipotético e deixa de expressar a obrigatoriedade estabelecida no original. (D) O futuro do subjuntivo não indica anterioridade, mas eventualidade ou condição futura. (E) O futuro do presente, nesse contexto, expressa determinação normativa, e não hipótese remota.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	8	48	28	C
A) A locução "antes que" altera a relação temporal do texto original. Nessa reescrita, as medidas deveriam ser adotadas antes da identificação das pessoas vulneráveis, enquanto o texto determina que as providências sejam tomadas depois de identificada a situação de vulnerabilidade. Embora a construção seja gramaticalmente correta e mantenha o caráter obrigatório e a finalidade das ações, não preserva a sequência temporal original. B) A conjunção "embora" introduz uma relação de concessão, inexistente no texto original. Além disso, a substituição de "deverão" por "poderão" transforma uma obrigação em mera possibilidade ou faculdade. A finalidade das medidas é preservada, mas são alterados tanto o vínculo lógico quanto o caráter obrigatório das providências. C) CORRETA. A expressão "uma vez identificados" equivale, nesse contexto, a "quando forem identificados" ou "depois que forem identificados". Assim, mantém-se a relação temporal segundo a qual a identificação da vulnerabilidade antecede a adoção das medidas. O verbo "deverão" conserva o caráter obrigatório das providências, e a preposição "para" preserva a ideia de finalidade: minimizar os danos e atender às necessidades socioassistenciais emergenciais. D) A locução "para que" estabelece uma relação de finalidade. A reescrita passa a afirmar que as medidas devem ser adotadas com a finalidade de identificar indivíduos e famílias vulneráveis. No texto original, porém, a identificação ocorre primeiro e funciona como condição ou marco temporal para a adoção das providências. Há, portanto, inversão da relação entre a identificação e as medidas. E) A locução "à medida que" expressa progressão ou simultaneidade gradual: as medidas seriam adotadas gradualmente, conforme os indivíduos e as famílias fossem identificados. Essa relação não corresponde exatamente à ideia do texto original, em que a identificação desencadeia a adoção das providências. Além disso, "poderão" elimina o caráter obrigatório expresso por "deverão", transformando o dever de agir em simples possibilidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	9	49	29	E
(A) A inclusão de municípios na RIDE em geral depende de lei complementar, como ocorreu com a Lei Complementar nº 163/2018, que acresceu doze municípios à relação do art. 1º, § 1º, da LC nº 94/1998; para os municípios constituídos a partir de desmembramento de território de município já integrante, contudo, o art. 1º, § 2º, da LC nº 94/1998 prevê a integração automática, dispensando nova alteração legislativa. (B) O COARIDE tem por finalidade coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE (art. 2º da LC nº 94/1998 e Decreto nº 7.469/2011); não detém competência para alterar a composição da região, que decorre diretamente da lei. (C) Embora a relação de municípios do art. 1º, § 1º, seja nominal, o § 2º do mesmo artigo excepciona expressamente a hipótese, determinando que os municípios constituídos a partir de desmembramento de município citado na composição da RIDE passam a integrá-la automaticamente. (D) A integração automática dá-se na RIDE para todos os efeitos da lei de regência, inclusive quanto aos serviços públicos de interesse comum e aos benefícios do Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (arts. 3º e 4º da LC nº 94/1998), e não apenas no âmbito deste último. (E) CORRETA. Corresponde ao art. 1º, § 2º, da LC nº 94/1998: os municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de município citado no § 1º passam a compor, automaticamente, a RIDE. Registre-se que a regra é prospectiva — não alcança municípios desmembrados antes da vigência da LC nº 94/1998, os quais dependeram de inclusão legislativa expressa, como ocorreu com Cabeceira Grande (MG), desmembrado de Unaí em 1995 e incluído na RIDE somente pela LC nº 163/2018.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	10	50	30	A
(A) CORRETA. Corresponde ao art. 276, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal, que inclui, entre esses mecanismos, a criação e a execução de programas para assistir gestantes carentes, observado o art. 123, parágrafo único, que garante à mulher presidiária assistência pré-natal prioritária e assistência integral à saúde. (B) As sanções previstas para as empresas e os órgãos públicos que discriminarem a mulher nos procedimentos de seleção, contratação, promoção, aperfeiçoamento profissional e remuneração, ou por seu estado civil, são de natureza administrativa, e não penal (art. 277, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal). (C) A vedação à adoção de livro didático que dissemine qualquer forma de discriminação ou preconceito é mecanismo estabelecido diretamente pela própria Lei Orgânica (art. 276, IV), não condicionado a regulamentação por lei federal. (D) A criação e a manutenção de abrigos para mulheres vítimas de violência doméstica integram o rol de mecanismos das políticas de prevenção e combate à violência e à discriminação cuja instituição é dever do Poder Público do Distrito Federal (art. 276, caput e II, da Lei Orgânica do Distrito Federal), não se tratando de competência privativa da União.				

(E) As políticas alcançam expressamente a mulher, o negro e as minorias (art. 276, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal), não se restringindo à mulher.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	11	51	31	E
(A) As terras públicas consideradas de interesse para a proteção ambiental não poderão ser transferidas a particulares, a qualquer título (art. 280 da Lei Orgânica do Distrito Federal). A vedação é absoluta e não é afastada por decreto de desafetação, de modo que a transferência a particular é vedada independentemente do instrumento invocado. (B) A tributação das atividades que utilizem recursos ambientais e impliquem significativa degradação ambiental será estabelecida na forma de lei complementar (art. 290 da Lei Orgânica do Distrito Federal), e não por lei ordinária distrital. (C) Ao estudo prévio de impacto ambiental dar-se-á publicidade, ficando à disposição do público por no mínimo trinta dias antes da audiência pública obrigatória (art. 289, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal). A disponibilização ao público é prévia à audiência, e não posterior a ela. (D) O Poder Público poderá estabelecer restrições administrativas de uso de áreas privadas para fins de proteção a ecossistemas (art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal). Trata-se de limitação administrativa, que não se confunde com desapropriação nem depende de prévia declaração de utilidade pública. (E) CORRETA. Corresponde ao art. 291 da Lei Orgânica do Distrito Federal: os projetos com significativo potencial poluidor, após a realização do estudo de impacto ambiental e da audiência pública, serão submetidos à apreciação do Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	12	52	32	C
(A) A Lei Complementar nº 840/2011 institui regime estatutário, aplicável aos titulares de cargo público; os empregados públicos das empresas públicas do Distrito Federal submetem-se ao regime celetista e não são por ela alcançados (art. 1º). (B) A Lei Complementar nº 840/2011 aplica-se tanto aos ocupantes de cargo efetivo quanto aos de cargo em comissão da administração direta, autárquica e fundacional (art. 1º c/c art. 3º, parágrafo único); é incorreto restringir sua incidência aos servidores efetivos. (C) CORRETA. Corresponde ao art. 1º da Lei Complementar nº 840/2011, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional e dos órgãos relativamente autônomos do Distrito Federal, alcançando tanto os ocupantes de cargo efetivo quanto os de cargo em comissão. (D) A Lei Complementar nº 840/2011 não alcança nenhuma das duas categorias: os militares do Distrito Federal (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) não são servidores civis e submetem-se a estatuto próprio; e os policiais civis do Distrito Federal, embora servidores civis, regem-se por regime jurídico específico, no âmbito da organização da Polícia Civil mantida pela União (art. 1º da Lei Complementar nº 840/2011; art. 21, XIV, da Constituição Federal). (E) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal não são regidos pela Lei Complementar nº 840/2011, e sim pela Lei Complementar distrital nº 1/1994 (Lei Orgânica do TCDF), gozando das garantias e prerrogativas da magistratura, em paridade com os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (art. 71 da Lei Complementar distrital nº 1/1994). O Supremo Tribunal Federal, inclusive, declarou inconstitucional a aplicação subsidiária do regime jurídico dos servidores públicos aos conselheiros do TCDF (ADI nº 3.417).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	13	53	33	B
(A) Não cabe, na hipótese, a colocação do servidor em disponibilidade, que constitui situação funcional própria do servidor estável cujo cargo é extinto ou declarado desnecessário, e não medida cautelar do processo disciplinar; para resguardar a apuração, a Lei Complementar nº 840/2011 prevê o afastamento preventivo (art. 222). (B) CORRETA. Corresponde ao art. 222 da Lei Complementar nº 840/2011: como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar o afastamento preventivo do servidor, pelo prazo de até sessenta dias, prorrogável uma única vez por igual período, sem prejuízo da remuneração. (C) É admissível o afastamento preventivo do servidor como medida cautelar no curso do processo administrativo disciplinar, quando necessário para que ele não venha a influir na apuração da infração (art. 222 da Lei Complementar nº 840/2011). (D) O afastamento preventivo é determinado pela autoridade instauradora do processo disciplinar, no exercício de competência administrativa, independentemente de decisão judicial (art. 222 da Lei Complementar nº 840/2011). (E) O afastamento preventivo é determinado sem prejuízo da remuneração do servidor (art. 222 da Lei Complementar nº 840/2011); não há suspensão da remuneração enquanto durar o afastamento.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	14	54	34	B
(A) O enfrentamento da violência contra as mulheres constitui um dos eixos do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, II PDPM, e não um núcleo ao qual estejam subordinadas as demais áreas. O plano articula ações e metas relativas a trabalho, educação, saúde, participação política, diversidade, autonomia econômica e outros campos de políticas públicas. (B) CORRETA. O Plano Distrital de Política para Mulheres consiste em conjunto de propostas de políticas públicas voltadas a garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero, com ações e metas distribuídas em eixos temáticos. (C) A saúde é um dos eixos do plano, mas não esgota sua abrangência. O Plano Distrital de Política para Mulheres tem caráter intersetorial. A coordenação do Comitê de Articulação e Monitoramento compete à Secretaria de Estado da Mulher, e não à área de saúde (art. 4º, § 1º, do Decreto nº 42.590/2021). (D) O plano inclui expressamente atenção a mulheres rurais, mulheres jovens, mulheres idosas, mulheres com deficiência, mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres transexuais e outros grupos em situação de desigualdade. (E) O plano prevê participação de órgãos governamentais, organizações não governamentais e sociedade civil, além de mecanismos de articulação, monitoramento e controle social. O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação cabem ao Comitê de Articulação e Monitoramento, coordenado pela Secretaria de Estado da Mulher, e não aos órgãos de segurança pública (arts. 3º e 4º, § 1º, do Decreto nº 42.590/2021).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	15	55	35	D
(A) O eixo prevê preparação da comunidade escolar para prevenção da violência, escuta qualificada, atitude protetiva e atuação articulada. Essas ações não são atribuídas aos serviços de segurança pública como responsáveis por sua coordenação. (B) O enfrentamento de preconceitos e discriminações não ocorre apenas por ações informativas periódicas dirigidas à comunidade escolar. O eixo contempla ações permanentes e formação da comunidade escolar para promoção da igualdade de gênero, dos direitos humanos e da cultura de paz. (C) O eixo prevê formação continuada de gestores, professores e estudantes para o desenvolvimento de escuta qualificada, atitude protetiva e atuação em rede. Também prevê a ampliação do número de escolas contempladas pelo Programa Maria da Penha Vai à Escola, de modo que as ações do programa não substituam a formação continuada da comunidade escolar. (D) CORRETA. O eixo Educação para Igualdade articula redução das desigualdades de gênero, enfrentamento de preconceitos e discriminações, educação cidadã, prevenção da violência, escuta qualificada e atuação em rede. (E) O eixo Educação para Igualdade integra os direitos humanos e o respeito às diversidades às ações de educação cidadã, promoção da igualdade e prevenção da violência. Essas dimensões não são tratadas como atividades complementares da comunidade escolar.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	16	56	36	C
(A) A violência moral corresponde a condutas que configurem calúnia, difamação ou injúria, o que não é o foco principal da situação apresentada. (B) A violência física corresponde à conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher. O enunciado descreve retenção e destruição de bens, documentos e recursos econômicos. (C) CORRETA. A violência patrimonial compreende retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos da mulher. (D) A violência sexual envolve constrangimento à relação sexual não desejada, impedimento de método contraceptivo, matrimônio forçado, gravidez forçada, aborto forçado, prostituição forçada ou limitação de direitos sexuais e reprodutivos. (E) Embora a situação possa produzir sofrimento emocional, o núcleo diretamente descrito é a retenção, subtração e destruição de bens, documentos e recursos econômicos, o que caracteriza violência patrimonial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	17	57	37	E
(A) A lei estabelece prazo de 48 horas, e não de 24 horas. Também prevê a remessa de expediente apartado com o pedido da ofendida, e não o envio obrigatório de cópia integral do inquérito independentemente de solicitação. (B) A remessa do pedido de medida protetiva não depende da prévia instauração ou conclusão do inquérito policial nem do oferecimento de denúncia. (C) A autoridade policial deve remeter o expediente diretamente ao juiz. A lei não atribui ao Ministério Público a função de receber inicialmente o pedido e encaminhá-lo ao Poder Judiciário. (D) O art. 12, inciso III, não restringe a remessa do pedido de medida protetiva aos casos de agressão física ou risco imediato de morte. Feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deve encaminhar, em 48 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido formulado pela ofendida. (E) CORRETA. Feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deve remeter, no prazo de 48 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	18	58	38	A
(A) CORRETA. As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas em juízo de cognição sumária com fundamento no depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou em suas alegações escritas. No caso descrito, sua concessão independe de tipificação penal da violência, de ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial e do registro de boletim de ocorrência. A medida deverá vigorar enquanto persistir risco à integridade da ofendida ou de seus dependentes. (B) As alegações escritas podem fundamentar a concessão da medida em cognição sumária. A ausência de boletim de ocorrência ou de inquérito policial não impede a proteção, que também não depende da definição preliminar da infração penal. (C) A lei não estabelece prazo máximo fixo de trinta dias para as medidas protetivas de urgência. Elas deverão vigorar enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes. (D) A concessão da medida protetiva independe da tipificação penal da violência e não exige prova documental das ameaças. No caso descrito, as alegações escritas podem fundamentar a apreciação do pedido em cognição sumária. (E) As alegações escritas da ofendida podem fundamentar a concessão da medida protetiva. A ausência de boletim de ocorrência e de prova documental não determina o indeferimento do pedido. A medida poderá ser indeferida se a autoridade avaliar a inexistência de risco à integridade da ofendida ou de seus dependentes, o que não corresponde à situação apresentada.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	19	59	39	D
(A) A atuação em políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres e de promoção da mulher não é reservada ao cargo de Especialista. O Técnico pode executar atividades de natureza executivo-operacional relacionadas à gestão dessas políticas. (B) Formulação, planejamento, coordenação, supervisão e avaliação das políticas integram as atribuições gerais do Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social. Ao Técnico cabem atividades de natureza executivo-operacional. (C) Os campos de atuação da carreira também abrangem políticas relacionadas à igualdade racial, à inclusão da pessoa com deficiência, à promoção da mulher e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. (D) CORRETA. A carreira abrange diferentes políticas públicas, entre elas a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e de Promoção da Mulher. Ao Técnico compete executar atividades de natureza executivo-operacional relacionadas à gestão governamental dessas políticas. (E) As atribuições do Técnico não se limitam a apoio administrativo desvinculado da gestão. O cargo compreende a execução de atividades de natureza executivo-operacional relacionadas às políticas públicas abrangidas pela carreira.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (TDAS)	20	60	40	B
(A) É contraindicado posicionar a vítima sentada ou em pé ou tentar despertá-la em episódios de crise convulsiva. (B) CORRETA. O procedimento adequado em casos de crise convulsiva é manter a vítima ao solo, em local seguro, em posição lateral ou cabeça lateralizada, afastar objetos próximos e proteger a cabeça da vítima contra impactos para evitar possíveis lesões. (C) Manobra de compressão torácica é utilizada em parada cardiorrespiratória (PCR). (D) Este procedimento é recomendado em alguns casos de desmaios e não em episódios de crise convulsiva. (E) Em casos de crise convulsiva não se deve conter os movimentos involuntários e desordenados dos membros.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	21	1	41	B
(A) A PNAS/2004 não estabelece a transferência de renda como uma compensação financeira universal para desempregados com o fim de cobrir a inadequação do salário mínimo. As provisões monetárias no SUAS focam na superação de vulnerabilidades específicas. (B) CORRETA. A “segurança de acolhida” compreende, na PNAS/2004, a provisão de necessidades humanas básicas, como abrigo, alimentação e vestuário. A NOB/SUAS de 2005 explicita a oferta pública de espaços e serviços com recepção, escuta profissional qualificada e abordagem em territórios de incidência de situações de risco. (C) A PNAS e o SUAS operam na lógica da garantia de direitos. A segurança de acolhida não consiste em internação para tratamento da dependência química nem condiciona o convívio social à superação total desse quadro. (D) O fortalecimento de laços de pertencimento é o foco da “segurança de convívio ou vivência familiar e comunitária”, e não da acolhida. Além disso, a oferta de espaços físicos de recepção e de escuta qualificada integra a segurança de acolhida, não sendo facultativa. (E) O acesso aos serviços de acolhida não depende da comprovação de vínculo empregatício anterior. A assistência social é política não contributiva, destinada a quem dela necessitar.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	22	2	42	B
(A) O trabalho infantil configura violação de direitos, o que demanda intervenção da Proteção Social Especial (via CREAS), e não da Básica. (B) CORRETA. A realidade 1 (pobreza sem vínculos rompidos) exige a Proteção Social Básica, focada na prevenção de riscos. A realidade 2 (situação de rua e trabalho infantil) envolve direitos violados, demandando a intervenção da Proteção Social Especial. (C) Extrema pobreza, por si só, não justifica o abrigamento imediato (Alta Complexidade) das famílias. O SUAS prioriza a manutenção da família em seu território. (D) A pobreza extrema (sem rompimento de vínculos) é alvo da Proteção Social Básica. Na segunda realidade, as ofertas da Proteção Social Especial devem ser definidas conforme as necessidades identificadas, podendo incluir proteção integral de Alta Complexidade quando necessário. Portanto, não cabe restringir todos os grupos à Média Complexidade. (E) As duas realidades possuem naturezas distintas. A realidade 1 pertence ao escopo preventivo da Básica, enquanto a realidade 2 demanda acompanhamento de violações na Especial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	23	3	43	C
(A) Embora a renda per capita seja um critério de acesso a certos benefícios (como o BPC), a PNAS recusa a visão da família unicamente como "unidade de cálculo econômico", compreendendo-a de forma ampliada e matricial. (B) O trabalho social no SUAS reconhece que as famílias possuem contradições, conflitos e não se limitam ao modelo de "família nuclear" tradicional. (C) CORRETA. A matricialidade sociofamiliar entende a família como núcleo afetivo, sujeito de direitos e foco das políticas, devendo o Estado prover apoio para sua manutenção, com absoluto respeito à diversidade de seus arranjos. (D) O SUAS não tem caráter substitutivo imediato. O objetivo é fortalecer a função protetiva da família, e o afastamento de crianças e idosos é medida excepcional e de última instância. (E) A PNAS afasta a intervenção exclusivamente individualizada (foco no indivíduo isolado) justamente por entender que a família, mesmo em situação de pobreza, é o núcleo prioritário de proteção e deve ser apoiada pelo Estado para exercer essa função.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	24	4	44	C
(A) A diretriz de territorialização existe justamente porque a desigualdade social não afeta os grupos de maneira uniforme. O território é central para entender as dinâmicas de risco de cada local. (B) A distribuição de recursos não deve ser "homogeneizada em partes iguais", mas sim baseada na equidade: territórios com maior vulnerabilidade demandam maior investimento público e oferta de serviços. (C) CORRETA. O geoprocessamento permite à vigilância socioassistencial enxergar as "desigualdades intraurbanas", superando médias globais (que escondem a pobreza) para direcionar a oferta estatal proativamente aos locais de maior risco. (D) O alto IDH global não isenta o município de ofertar a Proteção Social Básica, pois a territorialização revela bolsões de vulnerabilidade mesmo em cidades ricas. (E) A territorialização se aplica a todos os espaços, tanto urbanos (desigualdades intraurbanas) quanto rurais, sendo a assistência social política pública responsável por ambos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	25	5	45	D
(A) A segurança de convívio visa reconstruir laços familiares e sociais rompidos, não focando primordialmente nas provisões emergenciais de abrigamento físico e escuta inicial. (B) A segurança de desenvolvimento de autonomia foca na emancipação, protagonismo e qualificação (frequentemente para a inclusão produtiva), não sendo a resposta emergencial descrita no enunciado. (C) A segurança de rendimento (ou renda) diz respeito à provisão de transferências monetárias (benefícios de prestação continuada, bolsa família), e não a itens de consumo imediato e espaço de escuta. (D) CORRETA. A situação descrita no enunciado (provisão de comida, roupas, abrigo temporário, escuta e recepção) materializa diretamente a "segurança de acolhida", conforme as diretrizes do SUAS. (E) A segurança de apoio e auxílio, diante de riscos circunstanciais, compreende a oferta transitória de auxílios em bens materiais e em pecúnia, denominados benefícios eventuais. Entretanto, o escopo completo da ação descrita, com abrigo, recepção e escuta, caracteriza principalmente a segurança de acolhida.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	26	6	46	B
(A) A descentralização não é conceituada legalmente como um "princípio ético", mas sim como uma diretriz organizativa do sistema. (B) CORRETA. Conforme a LOAS (Art. 5º), a descentralização político-administrativa e o comando único das ações em cada esfera de governo são formalmente classificados como diretrizes da assistência social. (C) A descentralização rege todo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), englobando tanto a Proteção Básica quanto a Especial, não sendo restrita a uma delas. (D) As seguranças socioassistenciais afiançadas são: acolhida, renda, convívio, desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílio. Descentralização é a forma de organizar a gestão, não uma segurança afiançada ao usuário. (E) O comando único ocorre em "cada esfera de governo" (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), não sendo uma atribuição privativa do Governo Federal.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	27	7	47	C
(A) Não há garantia de "sobrevivência econômica" (segurança de renda) citada nas ações, que focam em habilidades e pertencimento. (B) Acolhida, na proteção básica ou especial, envolve recepção, escuta qualificada e provisões de proteção, como abrigo e alimentação, o que não é o foco do projeto descrito. (C) CORRETA. As atividades de construção de laços de solidariedade e pertencimento garantem a segurança de convívio; simultaneamente, o desenvolvimento de habilidades para o protagonismo e independência atende à segurança de desenvolvimento de autonomia. (D) Não há menção a situações que exijam acolhida especializada (como abrigamento decorrente de violação de direitos com risco à vida). (E) O desenvolvimento de autonomia está contemplado no projeto, mas não há previsão de apoio exclusivo em bens materiais. As atividades de construção e restauração de laços de pertencimento correspondem à segurança de convívio.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	28	8	48	C
(A) A rede privada integra o SUAS e deve observar sua organização descentralizada e a diretriz de territorialização, não ocorrendo desconsideração da gestão municipal. (B) A gestão do SUAS baseia-se na descentralização político-administrativa. Embora haja pactuação nacional, o comando das ações é único em cada esfera (municipal, distrital, estadual e federal).				

(C) CORRETA. O SUAS possui natureza preventiva e proativa. A "precedência da proteção social básica" significa intervir antes que os riscos se transformem em violações de direitos, garantindo o caráter preventivo da política. (D) O SUAS não deve ser exclusivamente focalizado nos indivíduos em extrema pobreza com direitos já violados nem atuar apenas de forma reativa. Ele atua também (e com precedência) de forma universalizada nos territórios vulneráveis para prevenir a violação de direitos, e não apenas esperar que ela ocorra. (E) O SUAS atua de forma articulada (intersectorial) com as demais políticas públicas (saúde, educação, habitação) para garantir a integralidade da proteção social, sendo avesso ao isolamento.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	29	9	49	C
(A) A assistência social é uma política de seguridade não contributiva. O acesso à segurança de renda (como o BPC) não exige qualquer contribuição prévia do beneficiário. (B) A concessão de benefícios eventuais (ou qualquer provisão de renda) é um direito calcado na necessidade e não está condicionado a critérios de "conduta moral". (C) CORRETA. Na lógica da PNAS, a segurança de renda reconhece que todos precisam de recursos monetários para sobreviver, configurando-se como um direito (e não simples compensação compensatória) voltado àqueles excluídos do sistema contributivo (previdenciário). (D) A segurança de renda não tem caráter tutelar, mas emancipatório e garantidor de direitos fundamentais. (E) A segurança de renda não se limita a calamidades públicas, nem é pilar exclusivo da Alta Complexidade. Transferências contínuas de renda (como o BPC e o Bolsa Família) compõem amplamente a Proteção Social Básica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	30	10	50	D
(A) A concessão e o financiamento do BPC são de competência exclusiva do Governo Federal (INSS/Ministério responsável), e não custeados pelos fundos municipais. (B) O SUAS preconiza a articulação entre serviços e benefícios. Substituir a oferta de serviços (que garantem a segurança de convívio) por pagamento em dinheiro viola o princípio de convivência e acompanhamento técnico contínuo. (C) O trabalho da assistência social exige a articulação intersectorial (saúde, educação, trabalho, etc.) para garantir a eficácia da proteção social. A política não deve operar desvinculada. (D) CORRETA. A segurança de acolhida na NOB/SUAS/2012 vai além de oferecer um abrigo físico; exige espaços públicos estruturados com condições técnicas adequadas para recepção, escuta qualificada, informação e referência. (E) A PSB tem caráter essencialmente preventivo (trabalha com riscos e vulnerabilidades). O atendimento especializado às situações de violação de direitos é competência da Proteção Social Especial, sem excluir o acesso dessas famílias às ofertas da PSB. Portanto, o acesso aos CRAS não deve ser condicionado à ocorrência prévia de violação de direitos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	31	11	51	C
(A) A Gestão do Trabalho cuida dos recursos humanos (cargos, carreiras, qualificação dos trabalhadores do SUAS), não do mapeamento de vulnerabilidades do território. (B) O Pacto de Aprimoramento é um instrumento de metas entre os entes federados para a evolução do SUAS, não a função de monitoramento de dados territoriais. (C) CORRETA. A "Vigilância Socioassistencial" é a área da gestão do SUAS responsável por produzir, analisar e sistematizar dados e indicadores, utilizando fontes como o CadÚnico e elaborando mapas de risco, para subsidiar o planejamento territorial da política pública. (D) A PSE de Alta Complexidade refere-se ao atendimento direto a indivíduos e famílias que necessitam de proteção integral (como abrigo), não à produção de dados de gestão. (E) Defesa Social e Institucional garante que os direitos dos usuários não sejam violados pela própria rede ou por terceiros (foco no usuário), diferindo do mapeamento territorial sociodemográfico.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	32	12	52	C
(A) A terceirização integral para ONGs para fugir de encargos trabalhistas precariza o serviço e contraria as diretrizes de Gestão do Trabalho do SUAS, que exige quadro estatal qualificado para as ações continuadas de gestão e serviços. (B) A substituição de profissionais técnicos qualificados (assistentes sociais, psicólogos) por voluntários vai contra a NOB-RH, que prevê equipes de referência compostas por profissionais com a formação e a qualificação exigidas para suas funções. (C) CORRETA. A instituição de Planos de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) e o ingresso por concurso público são diretrizes fundamentais da NOB-RH/SUAS e da NOB/SUAS 2012 para superar a precarização e garantir a estabilidade do vínculo com as famílias. (D) A Educação Permanente é responsabilidade compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo ao município planejar e investir na capacitação de suas próprias equipes. (E) A remuneração por produtividade atrelada a "número de benefícios concedidos" deturpa a lógica do direito socioassistencial, ferindo os princípios éticos do trabalho no SUAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	33	13	53	B
(A) A possibilidade de apoio federal em situações de calamidade não torna o custeio dos benefícios eventuais exclusivo da União nem condiciona sua oferta municipal à decretação federal de calamidade pública. (B) CORRETA. Conforme expressamente definido pela LOAS (arts. 13, I, 14, I, e 15, I) e reforçado pela NOB/SUAS, a provisão e o custeio dos benefícios eventuais são de responsabilidade direta dos Municípios e do Distrito Federal, cabendo aos Estados o cofinanciamento. (C) O pagamento não é exclusivo do Estado. O Município é o ente prioritário na responsabilidade de regulamentar e custear os benefícios eventuais em seu território. (D) O comando único não proíbe municípios de usarem recursos próprios. Pelo contrário, exige-se orçamento municipal no FMS para dar conta das demandas locais (incluindo provisões materiais e pecuniárias eventuais). (E) Os benefícios eventuais são um direito socioassistencial previsto na LOAS e mantidos pela NOB/SUAS. Eles não foram extintos nem podem ser substituídos meramente pela inscrição em programas federais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	34	14	54	E
(A) O CRAS e a Equipe Volante são da Proteção Social Básica. Alta ou Média Complexidade referem-se a CREAS, Abrigos, etc. (B) O IGDSUAS é um recurso repassado para apoiar o aprimoramento da gestão do SUAS, não correspondendo ao repasse calculado pelo número de famílias referenciadas ao CRAS. A equipe volante é cofinanciada pelo Piso Básico Variável, e não por piso de média complexidade. (C) O repasse baseado no número de famílias referenciadas ao CRAS corresponde ao Piso Básico Fixo. Os serviços da equipe volante são cofinanciados pelo Piso Básico Variável, e não pelo piso fixo de alta complexidade.				

(D) A NOB/SUAS reconhece e financia as especificidades territoriais justamente por meio dos pisos variáveis, garantindo equidade (e não homogeneidade cega) no acesso.				
(E) CORRETA. Na lógica dos blocos de financiamento, o cofinanciamento do PAIF ofertado no CRAS ocorre via Piso Básico Fixo. Já as demandas de especificidades territoriais, como os serviços da equipe volante para a comunidade quilombola, são cofinanciadas pelo Piso Básico Variável. Ambos integram o Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	35	15	55	B
(A) Embora o Fundo seja unificado (FMAS), o cofinanciamento federal é vinculado. Recursos transferidos para um bloco específico (ex: Básica) não podem circular livremente para outro bloco (ex: Especial) a bel-prazer da gestão local.				
(B) CORRETA. De acordo com a sistemática da NOB/SUAS 2012, constitui irregularidade transferir recursos repassados pela União entre blocos de níveis de proteção distintos. Os recursos do "Bloco da Proteção Social Básica" devem ser obrigatoriamente executados em serviços desse mesmo nível.				
(C) Nem mesmo a CIB (Comissão Intergestores Bipartite) ou o CMAS têm competência legal para autorizar o desvio de finalidade de verbas carimbadas em blocos de financiamento federal para outros níveis de proteção.				
(D) Não há prerrogativa excepcional para remanejar recursos da Básica para Benefícios Eventuais se a origem da verba federal proíbe essa transposição (os benefícios eventuais possuem sua própria sistemática local/estadual).				
(E) O erro da manobra está na transposição de blocos e não na via bancária. Os recursos do cofinanciamento federal transitam obrigatoriamente pela conta do Fundo Municipal (FMAS), não sendo repassados diretamente aos profissionais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	36	16	56	B
(A) Os Restaurantes Comunitários são equipamentos públicos abertos à população em geral. Embora priorizem famílias em insegurança alimentar, o acesso não é condicionado à participação em programas de transferência de renda.				
(B) CORRETA. O Decreto nº 33.329/2011, com as alterações dos Decretos nº 44.335/2023 e nº 45.715/2024, estabelece taxativamente a isenção de pagamento para pessoas em situação de rua no café da manhã, almoço e jantar.				
(C) As tarifas são diferenciadas: R\$ 1,00 (um real) para o almoço, R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para o café da manhã e R\$ 0,50 (cinquenta centavos) para o jantar.				
(D) O decreto prevê a gestão semidireta dos restaurantes comunitários e a participação de entidades da sociedade civil na execução do plano, não estabelecendo gestão exclusivamente direta e estatal.				
(E) As expressões "todas as unidades" e "horários unificados" tornam o item errado. A normativa prevê a implementação gradual do café da manhã e do jantar. Além disso, existem diferenças nos dias e horários de atendimento da rede: segundo a Carta de Serviços da Sedes, as unidades de Ceilândia, Estrutural e Sol Nascente funcionam de segunda a sábado, e a unidade de Brazlândia possui horário diferenciado para o café da manhã de segunda a sábado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	37	17	57	C
(A) A legislação determina que a concessão dos benefícios eventuais depende de avaliação técnica de profissional que atua nas unidades da Subsecretaria de Assistência Social. A simples apresentação da certidão de nascimento não garante a concessão automática do auxílio-natalidade.				
(B) A norma prevê que o auxílio por morte visa assegurar dignidade nos ritos de despedida, cobrindo não apenas taxas, mas também o transporte dos corpos para famílias impossibilitadas de arcar com tais despesas.				
(C) CORRETA. Esta opção reflete fielmente a definição normativa do Auxílio por Vulnerabilidade Temporária. O benefício é destinado a auxiliar a família ou o indivíduo, em caráter provisório, visando minimizar situações de riscos, perdas e danos decorrentes de contingências sociais.				
(D) Os benefícios eventuais possuem natureza essencialmente temporária, atuando como mitigadores de crises específicas. Eles se diferenciam de programas de longo prazo, como o DF Social, justamente por não possuírem caráter continuado.				
(E) A provisão em situações de desastre e calamidade visa, além do abrigo, garantir o restabelecimento mínimo de condições de sobrevivência e a alimentação imediata das famílias atingidas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	38	18	58	A
(A) CORRETA. A opção reproduz o conteúdo do Artigo 5º do Decreto nº 42.872/2021, que determina o crédito das parcelas em nome do responsável familiar definido no CadÚnico, preferencialmente mulheres.				
(B) O Parágrafo único do Art. 5º do Decreto é claro ao determinar que "apenas um membro da família faz jus ao recebimento do benefício". A alegação de cumulação é um erro técnico direto contra a norma.				
(C) O parâmetro de renda para "família em situação de baixa renda" elegível ao programa é de meio salário mínimo per capita, e não um salário inteiro, conforme definido no Art. 2º, inciso IV e no Art. 6º, inciso II.				
(D) O § 2º do Art. 6º impõe como requisito obrigatório que o beneficiário providencie a abertura de conta específica junto ao Banco de Brasília (BRB), não havendo liberdade de escolha da instituição bancária para o repasse desse recurso público específico.				
(E) O Art. 7º do Decreto define uma ordem específica. A população em situação de rua é o sexto grupo (VI) na ordem de priorização, enquanto as famílias beneficiárias do DF Sem Miséria em outubro de 2021 que não atinjam renda familiar per capita mensal de R\$ 140,00, enquanto mantida essa condição, ocupam a primeira posição.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	39	19	59	D
(A) O benefício não possui natureza continuada nem concessão por prazo indeterminado. O Cartão Prato Cheio é um programa de provimento alimentar em caráter emergencial, sujeito aos critérios, prazos e condições definidos na legislação e em sua regulamentação, não permanecendo ativo apenas em razão da persistência da vulnerabilidade econômica.				
(B) O Cartão Prato Cheio destina-se especificamente à aquisição de gêneros alimentícios. A regulamentação não autoriza sua utilização para a compra de produtos de higiene ou de materiais de limpeza, ainda que sejam considerados itens essenciais ao cotidiano das famílias.				
(C) O benefício é pessoal e vinculado ao núcleo familiar beneficiário, não sendo permitido o compartilhamento do cartão ou do crédito entre famílias, ainda que residem no mesmo território ou possuam vínculo de parentesco.				
(D) CORRETA. O Cartão Prato Cheio destina-se à disponibilização de crédito financeiro para a aquisição de gêneros alimentícios pelo beneficiário, observadas as condições previstas na regulamentação. Sua utilização é pessoal e não admite o compartilhamento do benefício entre famílias, preservando a finalidade do programa e a observância dos critérios de concessão.				
(E) O recebimento do benefício alimentar não afasta a atuação da rede socioassistencial. Ao contrário, o acompanhamento da família pode permanecer necessário para o atendimento de outras demandas, o fortalecimento da proteção social e o acesso a direitos, conforme sua situação de vulnerabilidade.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (TDAS)	40	20	60	B
(A) O Cartão Gás não consiste em benefício de pagamento mensal nem se destina à aquisição de qualquer fonte de energia. Sua finalidade é viabilizar a aquisição de botijão de gás liquefeito de petróleo (GLP) de 13 kg, observadas as regras estabelecidas na legislação distrital. (B) CORRETA. O programa consiste em benefício financeiro destinado à aquisição de botijão de GLP de 13 kg, sendo a seleção das famílias realizada com base nos critérios previstos na legislação, que consideram as informações constantes do Cadastro Único e a residência no Distrito Federal. (C) A legislação do Cartão Gás não estabelece incompatibilidade automática com outros programas de segurança alimentar nem exige que a família renuncie a outro benefício como condição para sua concessão. (D) A elegibilidade ao Cartão Gás não decorre de simples autodeclaração apresentada pela família. A identificação dos beneficiários observa os critérios definidos na legislação, utilizando as informações constantes do Cadastro Único. (E) O programa não possui finalidade exclusivamente econômica. Além de reduzir o impacto do custo do gás de cozinha sobre o orçamento familiar, integra as estratégias de proteção social voltadas à segurança alimentar e nutricional, favorecendo condições adequadas para o preparo dos alimentos e contribuindo para a redução de situações de vulnerabilidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	41	21	1	B
(A) O PAEFI é executado no CREAS (Proteção Especial) e não no CRAS. (B) CORRETA. De acordo com a Tipificação Nacional e as diretrizes do SUAS, o PAIF é o serviço base do CRAS, de execução obrigatória e exclusiva por entes estatais, visando à prevenção de riscos e ao fortalecimento de vínculos. (C) O SCFV é da Proteção Básica, e não da Proteção Especial. (D) O acolhimento institucional é da Alta Complexidade. (E) O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas integra a Proteção Básica, e não a Proteção Especial de Alta Complexidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	42	22	2	C
(A) Os indicadores estatísticos e as cifras, embora necessários, são insuficientes e muitas vezes encobrem processos evolutivos e dinâmicas relacionais cuja compreensão requer também a escuta das vivências e histórias de "pessoas comuns". O diagnóstico deve valorizar tanto os dados técnicos quanto as experiências cotidianas para superar a leitura subjetiva e pontual. (B) Analisar vulnerabilidades supõe problematizar a relação de proteção-desproteção engendrada nas relações sociais e históricas, não se limitando apenas à falta de serviços de infraestrutura. A vulnerabilidade não está posta no sujeito, mas nos processos sociais que o tornam vulnerável. (C) CORRETA. A Vigilância Socioassistencial é definida como uma das funções da política de assistência social, devendo produzir e analisar informações territorializadas sobre situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos. Ela não deve ser um setor isolado, mas sim produzir resultados capazes de apontar consequências e medidas de correção no desempenho da política. (D) A leitura das desigualdades intraurbanas demonstra que nem todos os lugares apresentam as mesmas demandas, exigindo respostas diferenciadas mesmo dentro de um mesmo município. A concentração populacional deve ser associada a indicadores de vulnerabilidade social e risco para definir prioridades, e não apenas ao volume populacional bruto. (E) O diagnóstico socioterritorial possui como principal característica a incompletude por excelência, devendo ser um processo de continuidade e não apenas um ponto de partida, mantendo-se sempre atento à dinâmica viva da realidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	43	23	3	A
(A) CORRETA. A opção descreve uma aplicação da contrarreferência. Após a intervenção do CREAS, a família pode ser encaminhada ao acompanhamento do CRAS, conforme avaliação técnica, para seguir com o fortalecimento de vínculos e inclusão em serviços preventivos. (B) As equipes de referência não devem funcionar na lógica de "soma de intervenções isoladas" ou de mero "encaminhamento formal". O SUAS exige uma referência compartilhada e articulada entre as equipes de PSB e PSE. (C) O acesso ao CREAS/PAEFI ocorre por diversas formas de identificação de violações de direitos, e não apenas por via judicial. A função de defesa socioinstitucional visa justamente superar obstáculos para a efetivação de direitos no cotidiano. (D) O acolhimento institucional deve focar na preservação de laços e na mobilização da família extensa/ampliada, exigindo articulação interinstitucional e com a rede socioassistencial para a futura desinstitucionalização. (E) De acordo com a Tipificação Nacional, o Serviço Especializado em Abordagem Social integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e não a Proteção Básica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	44	24	4	A
(A) CORRETA. A NOB-RH define equipes de referência multiprofissionais para o CRAS e o CREAS, com presença obrigatória de profissionais de nível superior e previsão de servidores concursados, para garantir a continuidade e a qualidade técnica do trabalho social. (B) A coordenação do CRAS exige formação de nível superior, não sendo suficiente a experiência em gestão comunitária. (C) O parecer técnico não pode ser emitido indistintamente por qualquer servidor. A avaliação de vulnerabilidade deve observar as competências e atribuições dos profissionais responsáveis, bem como as regras de concessão do benefício. (D) O referenciamento técnico integra a proteção social qualificada e não pode ser considerado genericamente dispensável. Os requisitos específicos de avaliação para acesso aos programas de provimento alimentar devem observar a regulamentação de cada programa. (E) A NOB-RH/SUAS orienta a despreciação dos vínculos, a realização de concursos públicos e a superação da terceirização. Não estabelece a transferência da responsabilidade técnica das equipes de referência para empresas de consultoria externa como medida de eficiência administrativa.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	45	25	5	D
(A) Conforme a Tipificação Nacional, o serviço de acompanhamento de adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas de LA e PSC integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade, cabendo às equipes de referência do SUAS sua execução e acompanhamento técnico, e não apenas a fiscalização administrativa dessas medidas. (B) A PNAS/2004 prevê a articulação SUAS/SUS para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteções articuladas ao fortalecimento de vínculos familiares e sociais, indo muito além do encaminhamento para tratamento de saúde. (C) A intersetorialidade pressupõe a interação e o comprometimento de diversas políticas e não a responsabilização de apenas uma ou a soma de ações isoladas. O SUAS rechaça a lógica de "soma de intervenções isoladas", pois a fragmentação das respostas sobrecarrega as equipes e não atende às necessidades sociais. O canal eficaz para a intersetorialidade é o fortalecimento do trabalho em rede nos territórios.				

(D) CORRETA. De acordo com a PNAS/2004 e a Tipificação Nacional, a Proteção Social Especial atua em estreita interface com o Sistema de Justiça, sendo responsável por prover a rede de acolhida (Alta Complexidade) para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar sob decisão judicial, visando a sua proteção integral e a preservação de vínculos com a família de origem, quando possível. (E) Operações violentas e práticas higienistas são incompatíveis com a garantia de direitos no SUAS. O Serviço Especializado em Abordagem Social integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e não se subordina aos órgãos de Segurança Pública.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	46	26	6	B
(A) O PAIF é de exclusividade estatal; entidades privadas podem executar outros serviços da Proteção Básica (como o SCFV), mas não o PAIF. (B) CORRETA. A Tipificação Nacional (Resolução CNAS nº 109/2009) e a LOAS (Arts. 24-A e 6º-C, § 1º) definem o PAIF como serviço de execução exclusiva do CRAS, que é uma unidade pública estatal de base territorial. (C) A Tipificação define o PAIF como serviço de caráter continuado, e não emergencial ou episódico. (D) A norma veda o caráter terapêutico. O PAIF realiza trabalho social focado na matricialidade sociofamiliar e no acesso a direitos. (E) O PAIF é um serviço de base territorial. A centralização e a dispensa do território contrariam os princípios de descentralização e territorialização do SUAS, que visam à proximidade com o cotidiano de vida do cidadão.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	47	27	7	C
(A) O SCFV deve ser referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF, não constituindo oferta independente dessa organização da Proteção Social Básica. O CRAS é a unidade de base territorial destinada à articulação dos serviços em sua área de abrangência. A NOB-RH/SUAS reforça que serviços como o SCFV devem ser prestados de forma "conjunta e articulada" com a equipe de referência do CRAS. (B) O PAIF é um serviço de caráter continuado que visa superar desproteções da unidade familiar como um todo. A maioria ou inserção no trabalho de um membro não extingue a necessidade de acompanhamento familiar. Além disso, o SCFV possui percursos específicos para todas as etapas do ciclo de vida, incluindo adultos e idosos, não sendo um "substituto" por critério de idade. (C) CORRETA. A Tipificação define o PAIF como o serviço estruturante da Proteção Social Básica. O SCFV é organizado em grupos de modo a "complementar as ações da família" e o trabalho social realizado no PAIF. A Tipificação Nacional estabelece que os serviços da Proteção Social Básica desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, inclusive os executados por entidades, devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF, garantindo que a matricialidade sociofamiliar seja o eixo condutor da proteção, evitando o atendimento fragmentado. (D) A proposta metodológica do SUAS exige a ruptura com a centralidade do "caso" isolado, devendo o trabalho técnico "transitar, sempre, entre o individual e o coletivo". A consideração das condições sociofamiliares é indispensável, devendo o estudo sociofamiliar ser realizado conforme as necessidades identificadas no trabalho técnico. Focar estritamente no grupal e ignorar a família fere a diretriz da matricialidade sociofamiliar. (E) A Tipificação dedica descritores específicos para o SCFV voltado para Jovens (18 a 29 anos), Adultos (30 a 59 anos) e, explicitamente, para Idosos com idade igual ou superior a 60 anos. O foco para os idosos é o desenvolvimento da autonomia, sociabilidades e fortalecimento de vínculos familiares.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	48	28	8	C
(A) O acolhimento institucional integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, conforme a Tipificação Nacional e a PNAS/2004, mas o rompimento de vínculos, por si só, não determina sua necessidade imediata. A PSB atua preventivamente no fortalecimento de vínculos, que podem estar fragilizados pela pobreza ou privação. (B) A LOAS (Art. 6º, inciso VI) e a PNAS/2004 estabelecem a integração entre serviços e benefícios. Afirmar que serviços são "secundários" ou "facultativos" contraria o princípio da universalização dos direitos sociais e o dever do Estado de prover proteção continuada, independentemente do porte do município. (C) CORRETA. A opção corresponde ao objetivo da Proteção Social Básica definido na PNAS/2004 e ratificado na LOAS (Art. 6º-A, inciso I). A norma estabelece que a PSB visa a prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social. (D) A PNAS/2004 define que o público da assistência social inclui indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da inserção precária no mercado de trabalho e trabalhadores informais. A proteção social não se limita ao desemprego total, mas abrange a precarização das condições de vida. (E) O SUAS adota o território como base de organização (LOAS, Art. 6º, § 1º). O Trabalho Social com Famílias (TSF) rejeita abordagens baseadas apenas na psicologia individual ou na "autodeterminação" descontextualizada, enfatizando que a autonomia depende do pleno usufruto de serviços públicos e da infraestrutura do território.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	49	29	9	C
(A) O uso do TSF para "verificação moral" contraria o Art. 4º, inciso III da LOAS, que estabelece o "respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia... vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade". Além disso, as fontes rechaçam a tradição da "tutela e do disciplinamento" em favor da "defesa dos direitos sociais". (B) A PNAS/2004 e a NOB/SUAS 2012 preveem a "gestão democrática e participativa" como eixo estruturante, incentivando que os usuários participem de "fóruns, conselhos, movimentos sociais" para o exercício da cidadania ativa e não apenas como receptores de normas. (C) CORRETA. A opção reflete a definição de ações político-organizativas contida no documento "Fundamentos Ético-Políticos... TSF". O documento estabelece que essas ações visam "incrementar discussões e efetivar soluções que redundem em atendimento às necessidades demandadas" e que "busca-se interferir no campo da esfera pública ancorando-se na perspectiva da garantia e ampliação de direitos". (D) De acordo com o documento "Fundamentos Ético-Políticos... TSF", o encaminhamento é um recurso importante para o acesso a direitos, porém "exige monitoramento para que possa ser efetivo". A omissão do monitoramento fragmenta a atenção e fere o princípio da integralidade. (E) O documento opõe-se explicitamente à ideia de autonomia como "autodeterminação" desvinculada do Estado. O texto afirma que isso significaria superdimensionar a perspectiva e as responsabilidades dos indivíduos na superação da pobreza. A autonomia no SUAS depende do "pleno usufruto dos aportes de serviços públicos" e do acesso à informação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	50	30	10	E
(A) O documento de Fundamentos do TSF exige a "ruptura com a lógica histórica do TSF centrado no problema" em favor de uma lógica ancorada nas necessidades das famílias. O foco em "patologias" ou "disfuncionalidades" remete à herança conservadora da tutela e do disciplinamento que o SUAS busca superar. (B) A PNAS/2004 e o documento de Fundamentos do TSF afirmam que o SUAS busca "desonerar os grupos familiares de encargos que não mais são compatíveis com suas características contemporâneas". O caráter protetivo do Estado reside na "antecipação dos custos do bem-estar" por meio de direitos, benefícios e serviços, e não em uma atuação apenas residual ou subsidiária. (C) É um imperativo do SUAS "abandonar a centralidade do 'caso', colocando as situações familiares singulares no conjunto das relações sociais". O TSF não pode ser pautado apenas em situações singulares, pois as mudanças na vida das famílias dependem de transformações nas relações sociais e no território. (D) O documento de Fundamentos do TSF é taxativo ao determinar que deve ser "preservado o seu caráter laico, desvinculado de qualquer orientação religiosa", mantendo-se o respeito absoluto à diversidade das configurações familiares e culturais.				

(E) CORRETA. O documento de Fundamentos do TSF define que o TSF deve ser visualizado como uma "construção em espiral". Propõe uma intervenção tridimensional que contempla: a) avaliação e proposição de políticas no território; b) planejamento e gestão dos serviços; e c) atendimento direto focado em novas formas de relações familiares. O objetivo final é superar a lógica do "caso isolado" para entender a família inserida na totalidade das relações sociais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	51	31	1	E
(A) Embora o CRAS desempenhe papel importante na Proteção Social Básica, situações que envolvem violação de direitos e demandam acompanhamento especializado extrapolam sua competência principal, exigindo atuação da Proteção Social Especial. (B) A ocorrência de violência não implica, por si só, acolhimento institucional. O afastamento do convívio familiar constitui medida excepcional, precedida de avaliação técnica e observância dos pressupostos legais. (C) O acesso aos serviços especializados da Proteção Social Especial não depende exclusivamente de determinação judicial. O encaminhamento pode decorrer da identificação da situação de violação de direitos pelos diversos órgãos da rede de proteção. (D) O CREAS não atua exclusivamente com pessoas em situação de rua. Sua atuação abrange diferentes situações de violação de direitos previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. (E) CORRETA. Situações que envolvem violação de direitos, mas nas quais não há necessidade de afastamento imediato do convívio familiar, integram o campo de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, desenvolvida em unidade pública especializada, mediante acompanhamento técnico e articulação com a rede de proteção.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	52	32	12	A
(A) CORRETA. O PAEFI desenvolve trabalho social especializado com famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, buscando fortalecer a capacidade protetiva da família, contribuir para a superação das situações de violação e promover a articulação com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas, conforme as necessidades identificadas. (B) O ingresso no PAEFI não pressupõe rompimento definitivo dos vínculos familiares ou comunitários. Ao contrário, o serviço atua, sempre que possível, no fortalecimento desses vínculos e na ampliação da capacidade protetiva da família, sem prejuízo das medidas de proteção cabíveis. (C) Embora o PAEFI possa atuar de forma articulada com órgãos do sistema de justiça e da rede de proteção, sua finalidade não é a responsabilização criminal dos autores das violações, mas o atendimento especializado às famílias e aos indivíduos, visando à superação das situações de violação de direitos. (D) O PAEFI não constitui serviço de natureza terapêutica ou clínica. Sua atuação é socioassistencial, mediante acompanhamento especializado, fortalecimento de vínculos, garantia de direitos e articulação intersetorial. (E) O PAEFI atende diversas situações de violação de direitos, como violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono, trabalho infantil, entre outras. Os casos de violência doméstica integram o escopo de atuação da Proteção Social Especial de Média Complexidade, não sendo atribuição exclusiva da Proteção Social Básica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	53	33	13	D
(A) As unidades de acolhimento devem estar inseridas na comunidade e articuladas à rede local de serviços, favorecendo a convivência comunitária e o acesso a direitos. A localização em áreas isoladas contraria os princípios que orientam a organização desses serviços. (B) A Tipificação orienta que os serviços de acolhimento sejam organizados em ambiente que favoreça atendimento personalizado e convivência em pequenos grupos, não em grandes instituições voltadas à racionalização administrativa. (C) O acolhimento familiar destina-se a crianças e adolescentes e possui caráter provisório e excepcional. Não corresponde à inserção definitiva em família nem substitui o acompanhamento voltado ao desenvolvimento da autonomia de pessoas maiores de 18 anos. (D) CORRETA. A república é uma modalidade de acolhimento destinada a pessoas maiores de 18 anos que ainda necessitam de apoio para fortalecer sua autonomia e organizar seu processo de inclusão social, oferecendo moradia compartilhada e acompanhamento socioassistencial compatíveis com essa etapa de transição. (E) A Casa de Passagem é uma modalidade de acolhimento destinada a pessoas que necessitam de proteção temporária, e não a indivíduos que já possuem moradia e buscam apenas atividades de convivência.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	54	34	14	B
(A) A Alta Complexidade destina-se às situações em que há necessidade de afastamento do convívio familiar ou de oferta de acolhimento. No caso apresentado, os vínculos familiares permanecem existentes, embora marcados por violações de direitos, o que caracteriza demanda da Proteção Social Especial de Média Complexidade. (B) CORRETA. Nas situações de violação de direitos em que os vínculos familiares permanecem preservados, o acompanhamento especializado busca interromper as violações, fortalecer a função protetiva da família e articular o acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, sem pressupor o rompimento da convivência familiar. (C) A permanência da pessoa idosa junto à família não afasta a atuação da Proteção Social Especial quando há violação de direitos. Nesses casos, o acompanhamento especializado é compatível com a manutenção do convívio familiar. (D) A Proteção Social Especial desenvolve trabalho socioassistencial especializado. Sua finalidade não é a realização de tratamento clínico ou terapêutico, mas a proteção social, a garantia de direitos e a superação das situações de violação. (E) O atendimento não se restringe à inclusão em benefícios de renda nem ao acompanhamento administrativo. Situações de violação de direitos demandam intervenção técnica especializada e articulação da rede de proteção.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	55	35	15	D
(A) Embora a condição socioeconômica seja um elemento relevante para a compreensão da vulnerabilidade, a definição da população em situação de rua não se fundamenta predominantemente na ausência de renda formal ou na condição de beneficiário da assistência social. (B) O acolhimento institucional constitui medida de proteção social e não descaracteriza, por si só, a condição da pessoa em situação de rua, cuja identificação considera um conjunto mais amplo de circunstâncias sociais. (C) A localização da pessoa durante a abordagem não é suficiente para caracterizar sua condição. A identificação pressupõe análise integrada das condições de moradia, das estratégias de sobrevivência e da situação dos vínculos familiares ou comunitários. (D) CORRETA. O Decreto nº 7.053/2009 reconhece expressamente a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, cuja identificação decorre da conjugação de características relacionadas às condições de moradia, às formas de sobrevivência e à fragilização ou rompimento de vínculos familiares. (E) O exercício de atividade remunerada não afasta, por si só, a condição de pessoa em situação de rua. Muitas pessoas obtêm renda por diferentes formas de trabalho e, ainda assim, utilizam logradouros públicos ou unidades de acolhimento como espaço de moradia.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	56	36	16	A
(A) CORRETA. As Orientações Técnicas do Centro POP estabelecem que o Serviço de Abordagem Social deve possibilitar que a atenção especializada seja iniciada no próprio contexto da rua, viabilizando a "vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais". O trabalho deve ser pautado no "respeito à dignidade e diversidade" e no reconhecimento do usuário como "sujeito autônomo e protagonista", e não mero objeto de intervenção. (B) O transporte compulsório para acolhimento e as remoções forçadas de pessoas em situação de rua são vedados pela decisão do STF na ADPF 976. A resistência ao diálogo não autoriza essas práticas, devendo a atuação priorizar o atendimento humanizado e a inclusão social. (C) Embora espaços de higiene e alimentação sejam "elementos estratégicos para a atração", a finalidade do serviço é assegurar "atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades" e o resgate de vínculos para a construção de "novos projetos de vida". Restringir a ação à provisão material caracteriza assistencialismo e nega o direito ao acompanhamento especializado previsto na Tipificação Nacional. (D) De acordo com o Art. 6º, inciso X, do Decreto nº 7.053/2009, a diretriz é a "democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos". O uso de equipes de abordagem para auxiliar no descarte forçado de pertences desvirtua a finalidade socioassistencial, viola a dignidade humana e reproduz práticas higienistas repudiadas pelas normativas do SUAS. (E) A Política Nacional fundamenta-se no "atendimento humanizado e universalizado". Impor o tratamento de saúde ou a sobriedade como barreira de acesso à assistência ou moradia contraria esses princípios. A articulação com a saúde deve respeitar a autonomia do usuário, sem transformar a adesão ao tratamento em condição para o acesso à proteção social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	57	37	17	D
(A) A abordagem social deve alcançar também pessoas que ainda não manifestam interesse imediato em acessar os serviços. A construção do vínculo pressupõe continuidade das ações e respeito ao tempo de cada usuário. (B) A efetividade do trabalho social não pode ser medida apenas pelo número de encaminhamentos ou acolhimentos realizados. A construção de vínculos, a ampliação do acesso à informação e o fortalecimento da confiança também constituem resultados relevantes da intervenção. (C) As ofertas socioassistenciais não podem ser utilizadas como mecanismo de condicionamento ou barganha para induzir o usuário à aceitação de determinado encaminhamento. (D) CORRETA. O trabalho social desenvolvido junto à população em situação de rua deve respeitar a autonomia e o protagonismo do usuário, reconhecendo que a construção de vínculos é um processo gradual, baseado na confiança, na escuta qualificada e na garantia de acesso aos direitos. (E) A elaboração das estratégias de acompanhamento deve ocorrer com participação do usuário, respeitando sua autonomia e suas escolhas, não cabendo à equipe definir unilateralmente os objetivos do processo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	58	38	18	B
(A) De acordo com a Tipificação Nacional, o Centro POP é unidade de referência da Média Complexidade e possui caráter diurno. A oferta de moradia, pernoite e proteção integral é competência dos serviços de Alta Complexidade, como abrigos institucionais e casas de passagem. (B) CORRETA. O Centro POP é uma unidade de Média Complexidade voltada ao atendimento especializado diurno para o desenvolvimento de sociabilidades e novos projetos de vida. As normativas estabelecem que a articulação entre este serviço e os de Alta Complexidade (acolhimento e repúblicas) é um elemento fundamental para a efetividade do processo de saída das ruas e para a restauração da autonomia dos usuários. (C) O serviço de acolhimento em República é destinado exclusivamente a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono ou em processo de saída das ruas. Para crianças e adolescentes, as modalidades previstas na Alta Complexidade são o acolhimento institucional ou família acolhedora. (D) A Política Nacional fundamenta-se no "atendimento humanizado e universalizado" e no respeito à autonomia. Impor tratamentos clínicos ou condições morais (como a abstinência) como barreira de acesso aos serviços socioassistenciais contraria o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito ao acesso à rede de proteção social. (E) Embora o CREAS possa atender PSR em municípios de pequeno porte, o Art. 7º, inciso XII, do Decreto nº 7.053/2009 prevê a implantação de centros de referência especializados para esse público. As Orientações Técnicas estabelecem que o planejamento da implantação do Centro POP deve considerar a demanda e o diagnóstico socioterritorial, não cabendo centralizar todos os atendimentos no CREAS independentemente dessas condições.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	59	39	19	E
(A) A equipe do SUAS não possui competência para realizar diagnóstico clínico ou definir tratamento em saúde mental. Sua atuação é socioassistencial, devendo articular-se com a rede de saúde quando necessário. (B) A assistência social não se limita à concessão de benefícios ou encaminhamentos burocráticos. O trabalho social compreende acompanhamento especializado, fortalecimento de vínculos, garantia de direitos e articulação com outras políticas públicas. (C) O uso abusivo de álcool ou outras drogas não exclui a atuação da assistência social. Nessas situações, o acompanhamento deve ocorrer de forma articulada com a rede de saúde, considerando as múltiplas vulnerabilidades vivenciadas pelo usuário. (D) O encaminhamento ao SUS não encerra a responsabilidade do SUAS. A atuação intersetorial pressupõe acompanhamento compartilhado, respeitando as competências de cada política pública. (E) CORRETA. A atuação diante de situações de sofrimento psíquico e vulnerabilidade social exige articulação entre SUAS e SUS, preservando as atribuições de cada política e integrando ações voltadas ao cuidado em saúde, à proteção social, ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e ao acesso a direitos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Agente Social)	60	40	20	E
(A) A redução de danos não condiciona o acesso ao acompanhamento ou aos direitos à interrupção do consumo de substâncias. Exigir abstinência como requisito para atendimento contraria os princípios dessa abordagem. (B) Respeitar a autonomia do usuário não significa omissão profissional. A equipe deve dialogar sobre os riscos e construir estratégias de cuidado, preservando o protagonismo do usuário. (C) Embora amplamente utilizada na política de saúde, a perspectiva da redução de danos também orienta práticas intersetoriais e pode subsidiar a atuação socioassistencial junto a pessoas em situação de vulnerabilidade. (D) A redução de danos não restringe o atendimento às demandas materiais nem evita discutir os impactos do consumo. Ao contrário, pressupõe diálogo qualificado, construção de estratégias compartilhadas e fortalecimento da capacidade de proteção do usuário. (E) CORRETA. A estratégia de redução de danos parte do reconhecimento de que o cuidado pode ocorrer mesmo quando não há interrupção imediata do consumo de substâncias, valorizando a construção compartilhada de estratégias que reduzam riscos, fortaleçam a autonomia e ampliem o acesso a direitos e à proteção social.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	41	21	1	D
(A) O PAIF, embora seja porta de entrada no CRAS, realiza acompanhamento social preventivo, e não atendimento psicológico clínico. (B) O acolhimento institucional é um serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e não da Básica. (C) O afastamento não extingue a necessidade de acompanhamento da família de origem; pelo contrário, a rede deve trabalhar a reintegração familiar. (D) CORRETA. A violação de direitos com afastamento exige articulação com o CREAS (oferta do PAEFI) e o Sistema de Garantia de Direitos para o acolhimento. (E) O acolhimento deve primar pela intersectorialidade (incompletude institucional), comunicando-se com saúde e escola para o cuidado integral.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	42	22	2	B
(A) O Estado não deve operar o abrigo como uma instituição total que supre tudo internamente, pois isso gera segregação. (B) CORRETA. A proposta contraria a "incompletude institucional", princípio que determina o uso da rede comunitária local para saúde e educação, promovendo a integração social. (C) Abrigos são equipamentos da assistência social, não sendo unidades de saúde do SUS. (D) A legislação não proíbe a escolarização; ela exige que a escolarização seja garantida na rede regular de ensino. (E) Espaços exclusivos internos geram estigma e isolamento, prejudicando o convívio comunitário da criança.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	43	23	3	D
(A) A família não deve ser vista apenas como unidade de cálculo econômico ou renda per capita. (B) A assistência social reconhece a família em seus diversos arranjos, e não apenas o modelo tradicional de pais casados. (C) A política atua de forma preventiva para apoiar a família, sendo a substituição da guarda uma medida extrema e excepcional. (D) CORRETA. A matricialidade sociofamiliar compreende a família em sua diversidade, cabendo ao Estado apoiá-la para que exerça sua função de cuidado e proteção. (E) A territorialização organiza a demanda, mas não impede fluxos referenciados de encaminhamentos quando necessário.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	44	24	4	B
(A) O CRAS não tem autoridade legal para determinar acolhimento de forma autônoma sem o Judiciário ou Conselho Tutelar. (B) CORRETA. O afastamento exige estudo diagnóstico interprofissional e decisão da autoridade competente (Conselho Tutelar ou Justiça), salvo emergências. (C) A família de origem não deve ser excluída da comunicação; o trabalho social exige sua participação. (D) O encaminhamento não dispensa a construção do Plano Individual e Familiar de Atendimento (PIA). (E) A inserção no CadÚnico é um direito que se mantém para garantir o acesso a outras políticas e benefícios.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	45	25	5	C
(A) O cuidador não deve assumir a identidade de pai/mãe nem substituir a família biológica da criança. (B) O trabalho exige vínculo e afetividade, não "neutralidade afetiva", pois o afeto é parte do cuidado. (C) CORRETA. O cuidador organiza a rotina, presta cuidados básicos, constrói vínculo personalizado e é referência, respeitando o lugar da família de origem. (D) Avaliações psiquiátricas e prescrição de medicamentos são atribuições de profissionais de saúde habilitados, não do cuidador. (E) O educador/cuidador tem papel direto na educação e no afeto, não sendo apenas um guarda patrimonial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	46	26	6	C
(A) Uniformes com logotipo da instituição estigmatizam a criança e são desaconselhados. (B) Confiar pertences para "equidade" desrespeita a identidade e a história do indivíduo. (C) CORRETA. A instituição deve garantir espaço privado para a guarda de objetos pessoais, respeitando a individualidade e a identidade do acolhido. (D) A criança e o adolescente devem participar das decisões da rotina doméstica. (E) Regras e limites são importantes para a organização e a segurança do ambiente, não sendo adequadas vivências sem restrições.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	47	27	7	D
(A) A equipe não deve formular o PIA sozinha; a escuta do acolhido e da família é obrigatória. (B) O cuidador social convive diariamente com o acolhido e deve, sim, participar da construção do PIA. (C) A meta é o retorno ou a colocação em família substituta no menor tempo possível, não se esperando a maioria. (D) CORRETA. O PIA exige elaboração conjunta baseada na escuta do adolescente, de sua família e com a participação do educador/cuidador. (E) O ECA e as normativas priorizam a não separação de grupos de irmãos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	48	28	8	B
(A) O desligamento não ocorre abruptamente na data do aniversário. (B) CORRETA. O desligamento deve ser gradativo, com preparação, qualificação profissional e, quando aplicável, transição para Repúblicas. (C) A permanência não é condicionada a exames, e a guarda protetiva em abrigo regular encerra-se na maioria civil. (D) O fortalecimento da autonomia não exige a interrupção total e abrupta de vínculos afetivos construídos na unidade. (E) Ao completar 18 anos, a transição para a vida adulta é o foco, não havendo exigência legal de consulta à família biológica para legitimar o desligamento por maioria.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	49	29	9	C
(A) A história passada não deve ser desconsiderada, mas sim trabalhada para ressignificação. (B) A interação e a convivência com a família extensa são estimuladas. (C) CORRETA. Organizar fotos, registros e memórias ajuda a preservar a história de vida e a construção da identidade do indivíduo. (D) O histórico de violações é sigiloso e não deve ser exposto à comunidade. (E) Registros médicos são dados sensíveis e sigilosos, não devendo ser socializados com outros acolhidos.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	50	30	10	B
(A) Expor os motivos do abrigo na escola viola a privacidade da criança. (B) CORRETA. A acolhida deve ser calorosa, apresentando o cuidador de referência, os espaços e as regras de forma gradativa para gerar segurança. (C) A prioridade imediata é acolher a criança e oferecer segurança emocional, respeitando seu tempo para abordar a violência vivenciada, sem subordinar esse momento ao pronto preenchimento do prontuário. (D) Explicitar todas as regras de imediato pode ser aversivo e gerar mais insegurança no momento da chegada. (E) Não existe isolamento ou "quarentena profilática" obrigatória que impeça o acesso inicial da criança aos espaços e colegas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	51	31	1	C
(A) A medida não é definitiva, e o Estado não assume guarda perpétua automaticamente no acolhimento. (B) O afastamento visa à proteção da criança, não operando como ferramenta de sanção penal aos pais. (C) CORRETA. Conforme o ECA, o acolhimento institucional é medida provisória e excepcional, utilizada como transição para reintegração ou família substituta. (D) Acolhimento protetivo difere totalmente de medidas socioeducativas com privação de liberdade. (E) Insuficiência financeira familiar, por si só, não é motivo legal para o afastamento protetivo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	52	32	12	D
(A) O Abrigo Institucional opera com profissionais em turnos, preferencialmente fixos diários, e não com moradia permanente de um cuidador. (B) Família Acolhedora refere-se a famílias da comunidade que recebem temporariamente as crianças em suas próprias casas, não sendo o equipamento descrito. (C) Repúblicas são voltadas para o ganho de independência de jovens em transição, operando em outro modelo. (D) CORRETA. A "Casa-Lar" caracteriza-se exatamente por funcionar em uma residência onde um educador/cuidador residente permanece de forma contínua com as crianças. (E) Residência Inclusiva foca em jovens e adultos com deficiência que não dispõem de autossustento.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	53	33	13	B
(A) O abrigo socioassistencial não é uma clínica de reabilitação, mas um espaço de convívio para crianças protegidas. (B) CORRETA. As normativas determinam que crianças com deficiência sejam incluídas em abrigos regulares com seus irmãos, garantindo-se acessibilidade e não segregação. (C) Crianças com deficiência com vínculos rompidos também são público da assistência social. (D) A incompletude institucional significa usar a rede (SUS) para tratamento clínico, e não recusar a criança no abrigo. (E) Residências Inclusivas destinam-se a jovens e adultos com deficiência, enquanto crianças devem ser inseridas nos serviços de acolhimento infantil regulares.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	54	34	14	C
(A) Famílias acolhedoras não são famílias cadastradas para adoção; o programa tem foco protetivo e temporário. (B) O programa ocorre nas residências das famílias inscritas, diferindo do caráter institucional do abrigo. (C) CORRETA. O serviço consiste exatamente no acolhimento provisório em lares de famílias da comunidade capacitadas, até a reintegração ou adoção. (D) A família acolhedora recebe supervisão sistemática e contínua da equipe técnica. (E) O contato com a família biológica é preservado e estimulado, salvo determinação judicial em contrário, visando à reintegração quando possível.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	55	35	15	A
(A) CORRETA. O Decreto nº 7.053/2009 estabelece que a estruturação e a reestruturação dos serviços de acolhimento devem considerar a necessidade de cada município e os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua. (B) O recolhimento compulsório de pertences pessoais é considerado prática violadora de direitos, não sendo diretriz legítima. (C) Os equipamentos devem ficar próximos às áreas de vivência dessa população (centros urbanos), não isolados. (D) A condução coercitiva fere frontalmente a autonomia e os direitos humanos da população em situação de rua. (E) A política promove a inserção, mas não foca na institucionalização compulsória prolongada para todos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	56	36	16	C
(A) Práticas higienistas (foco apenas na limpeza urbana ou asseio forçado) são rechaçadas pelo SUAS. (B) O foco da abordagem não é cadastrar para encaminhar a asilos ou sanatórios, mas construir vínculos e viabilizar o acesso à rede de proteção conforme as necessidades identificadas. (C) CORRETA. O foco da abordagem é a construção de vínculo e respeito às escolhas do usuário. (D) A assistência social não condiciona o atendimento humano emergencial à apresentação de documentação civil. (E) O uso de substâncias é tratado como questão de saúde pública/redução de danos, não requerendo encaminhamento policial imediato.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	57	37	17	B
(A) O SUAS atua na perspectiva da redução de danos e não exige abstinência como pré-requisito para acesso a abrigo. (B) CORRETA. A abordagem humanizada garante a acolhida, o teto, o banho e o repouso para o usuário, independentemente do consumo prévio. (C) Abrigos não dispõem de salas hospitalares de desintoxicação. (D) O SAMU é acionado para urgências e emergências médicas, não servindo para terceirizar o acolhimento. (E) Não há vedação de pernoite para usuários sob efeito de álcool, desde que não representem risco iminente.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	58	38	18	C
(A) A Reforma Psiquiátrica combate o modelo focado em longos internamentos em manicômios/hospitais. (B) A manutenção dos laços e convívio familiar é central na Lei 10.216/2001. (C) CORRETA. A premissa central é a reinserção social, sendo a internação um último recurso excepcional, e não a regra. (D) A opção sugere substituir (encerrar) os CAPS, o que contraria totalmente a lei, pois os CAPS são justamente a base do atendimento. (E) Tratamentos utilizados como forma de imposição de disciplina comportamental chocam-se com a ética da nova atenção psicossocial.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	59	39	19	C
(A) O isolamento do indivíduo contraria o cuidado humanizado em saúde mental. (B) A equipe do abrigo não tem competência médica para emitir diagnóstico psiquiátrico definitivo. (C) CORRETA. O fluxo adequado da RAPS prevê o acionamento da UBS e CAPS para manejo clínico e avaliação longitudinal intersetorial, sem prejuízo do acionamento da rede de urgência e emergência em caso de risco imediato à vida. (D) Ideação suicida requer avaliação e acompanhamento conforme o risco, mas não implica automaticamente internação em asilo psiquiátrico permanente. (E) Condicionar o acesso à comprovação prévia de internações é barreira ilegítima no atendimento socioassistencial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Cuidador Social)	60	40	20	D
(A) A abordagem inicial foca no manejo e acolhimento do risco, não na definição de diagnóstico psiquiátrico definitivo. (B) A avaliação de saúde mental deve ser biopsicossocial, envolvendo a compreensão conjunta de fatores sociais, e não apenas orgânicos. (C) A família e a rede de apoio são elementos centrais a serem investigados durante a avaliação de risco. (D) CORRETA. A classificação de risco é ampla: cruza sinais clínicos com a análise de fatores protetivos (vínculos) e vulnerabilidades sociais. (E) A classificação de saúde mental não é ferramenta para liberar ou negar benefícios eventuais em dinheiro no SUAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	41	21	1	C
(A) A erradicação da pobreza e da marginalização é objetivo fundamental (art. 3º, III), e não fundamento. Os fundamentos estão taxativamente listados no art. 1º: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. (B) A dignidade da pessoa humana é fundamento da República (art. 1º, III), integrando a base do Estado Democrático de Direito. Não está enumerada entre os objetivos fundamentais do art. 3º. (C) CORRETA. A redução das desigualdades sociais e regionais é objetivo fundamental (art. 3º, III). O programa descrito, centrado em famílias em extrema pobreza, é instrumento típico de concretização dessa finalidade constitucional. (D) Troca dos arts. 3º e 4º. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária é objetivo fundamental interno (art. 3º, I). O art. 4º trata dos princípios que regem o Brasil nas relações internacionais (independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, entre outros). (E) O pluralismo político é fundamento (art. 1º, V), não objetivo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	42	22	2	A
(A) CORRETA. O art. 6º da CF enumera expressamente a moradia, a alimentação e o transporte entre os direitos sociais, neles incluídos, respectivamente, pelas Emendas Constitucionais nº 26/2000, nº 64/2010 e nº 90/2015. As demandas descritas encontram, portanto, previsão constitucional direta, e a vaga em creche conta ainda com o amparo específico do art. 208, IV, da CF. (B) O art. 7º da CF disciplina uma categoria determinada de direitos sociais (a dos trabalhadores urbanos e rurais), mas não exaure a matéria. O art. 6º arrola direitos sociais de titularidade universal, cuja fruição independe de vínculo empregatício, como evidencia a própria menção à assistência aos desamparados. (C) Ambos constam do texto expresso do art. 6º. A cláusula na forma desta Constituição condiciona o modo de concretização dos direitos sociais, e não a sua existência ou o seu reconhecimento. (D) Os direitos sociais integram o Título II da Constituição, dedicado aos direitos e garantias fundamentais. (E) O art. 6º enumera a assistência aos desamparados como direito social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	43	23	3	E
(A) A discricionariedade na nomeação para cargo em comissão não afasta os princípios do art. 37, caput. A nomeação de irmão (parente colateral de segundo grau) pela autoridade nomeante caracteriza nepotismo, vedado por força da impessoalidade e da moralidade, conforme entendimento consolidado na Súmula Vinculante nº 13 do STF. (B) O art. 37, IX, autoriza a contratação por tempo determinado e para necessidade temporária de excepcional interesse público. A prorrogação por prazo indeterminado desvirtua o instituto e configura burla à exigência de concurso público (art. 37, II). (C) O art. 37, § 1º, é expresso ao vedar que da publicidade oficial constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades. A finalidade de prestação de contas não legitima a personalização da campanha. (D) O próprio art. 37, II, ressalva expressamente as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, que dispensam concurso público. (E) CORRETA. Haveria desvirtuamento da contratação temporária (art. 37, IX).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	44	24	4	B
(A) Inverte os sentidos da expressão. Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a administração pública designa o conjunto de órgãos, entidades e agentes incumbidos da função administrativa; o conjunto de atividades materiais corresponde ao sentido objetivo, material ou funcional. (B) CORRETA. A desconcentração pressupõe uma única pessoa jurídica, no interior da qual as competências se distribuem entre órgãos ligados por vínculo hierárquico. A descentralização implica transferência de atribuições a outra pessoa, como ocorre com as entidades arroladas no art. 4º, II, do Decreto-Lei nº 200/67, expressamente qualificadas como dotadas de personalidade jurídica própria e sujeitas a controle finalístico, e não a subordinação hierárquica. (C) O Decreto-Lei nº 200/67 arrola as autarquias entre as entidades da administração indireta e lhes reconhece personalidade jurídica própria, atributo que precisamente as distingue dos órgãos da administração direta. (D) Governo corresponde à função política de direção, que define rumos e prioridades do Estado; administração pública corresponde ao aparato de execução dessas diretrizes, vinculado à ordem jurídica. (E) Nos termos do art. 37, XIX, da Constituição Federal, somente por lei específica pode ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação. Ato administrativo interno não possui essa aptidão.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	45	25	5	D
(A) Não há informação de omissão ou irregularidade nas formalidades do ato. O vício de forma pressupõe inobservância da exteriorização legalmente prescrita, o que não foi indicado no enunciado. (B) A remoção de ofício insere-se, ordinariamente, nas atribuições da autoridade administrativa competente pela lotação, não sendo privativa do chefe do Executivo. Não há, no caso, indicação de incompetência do agente.				

(C) A intenção do agente é juridicamente relevante. Ademais, pela teoria dos motivos determinantes, o ato vincula-se aos motivos declarados, ou seja, comprovada a inexistência de carência de pessoal, ruem tanto o motivo alegado quanto a legitimidade do ato. (D) CORRETA. A competência para remover de ofício existe para atender à necessidade do serviço, e não para punir servidor que exerceu o direito de representação. Praticado o ato para fim estranho ao previsto na regra de competência, configura-se o desvio de finalidade (art. 2º, "e", e parágrafo único, "e", da Lei nº 4.717/65). (E) A remoção é providência lícita e corriqueira na administração pública; o objeto do ato, em si, não é juridicamente impossível. O vício está na finalidade, não no objeto.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	46	26	6	A
(A) CORRETA. Da presunção de legitimidade e de veracidade decorrem as duas consequências indicadas. Assim, em regra, o ato produz efeitos imediatos, sem necessidade de prévia chancela judicial, e o ônus de provar o vício recai sobre quem o alega. Trata-se de presunção relativa, que admite prova em contrário. (B) O art. 61 da Lei 9784/99 estabelece que, salvo disposição legal em contrário, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo. O parágrafo único autoriza a concessão do efeito, de ofício ou a pedido, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, o que é excepcional. (C) A autoexecutoriedade não é atributo universal, pois depende de expressa previsão legal ou de urgência que a justifique. As sanções pecuniárias ilustram bem o ponto, pois sua satisfação forçada demanda cobrança judicial. (D) A imperatividade significa justamente que o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância, sendo esse o traço que distingue os atos administrativos dotados desse atributo dos negócios jurídicos de direito privado. (E) O art. 50, I, da Lei 9.784/99 exige motivação nos atos que neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses, e o § 1º impõe que ela seja explícita, clara e congruente, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	47	27	7	C
(A) Apenas a primeira situação envolve ilegalidade. A segunda decorre de reavaliação de conveniência e oportunidade quanto à destinação do imóvel, hipótese de revogação, cujos efeitos são prospectivos. (B) A regra do art. 54 da Lei nº 9.784/1999 é justamente a oposta: em prol da segurança jurídica e da boa-fé, o direito de anular atos favoráveis ao destinatário decai em cinco anos, contados, no caso de efeitos patrimoniais contínuos, da percepção do primeiro pagamento. A ressalva legal é a má-fé comprovada, expressamente afastada no enunciado. (C) CORRETA. Primeira situação: ato favorável ao destinatário, primeiro pagamento em 2016 e ausência de má-fé — transcorridos dez anos até 2026, operou-se a decadência do direito de anular. Segunda situação: a autorização de uso é ato discricionário e precário, extingüível por revogação por razões de interesse público, com efeitos ex nunc. (D) Confunde os institutos. A cassação pressupõe o descumprimento, pelo beneficiário, das condições ou exigências para a manutenção do ato — o que não ocorreu. A reavaliação de conveniência e oportunidade pela administração caracteriza revogação. (E) Os efeitos estão invertidos. A anulação, por reconhecer vício de legalidade, opera, em regra, ex tunc; a revogação, por atingir ato válido, opera ex nunc, respeitados os efeitos já produzidos e os direitos adquiridos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	48	28	8	E
(A) A opção confunde o poder disciplinar com o poder de polícia. O disciplinar incide sobre servidores e sobre particulares submetidos a vínculo especial com a administração, como o contratado; a sujeição geral dos administrados às limitações administrativas é objeto do poder de polícia. (B) O poder de polícia é a atividade da administração pública. Ao legislador cabe estabelecer as limitações em abstrato; à administração compete concretizá-las por meio dos atos de consentimento, fiscalização e sanção. (C) O regulamento é ato normativo secundário, destinado à fiel execução da lei (CF, art. 84, IV). A criação de obrigações originárias é matéria reservada à lei, por força do princípio da legalidade (CF, art. 5º, II). (D) O poder hierárquico é bem mais amplo: dele decorrem as prerrogativas de ordenar, fiscalizar, rever, delegar e avocar. A aplicação de sanções a servidores é manifestação do poder disciplinar, que se apoia na hierarquia, mas com ela não se confunde. (E) CORRETA. Sintetiza o critério que distingue os dois poderes. O poder de polícia opera sobre a generalidade dos administrados, em razão da supremacia geral do Estado; o poder disciplinar decorre da supremacia especial e pressupõe vínculo jurídico específico do infrator com a administração.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	49	29	9	B
(A) Entre 3 e 28 de março transcorreram vinte e cinco dias, prazo inferior aos trinta dias do art. 17, § 1º. A posse, portanto, foi tempestiva, não incidindo a hipótese do § 5º. (B) CORRETA. O art. 19, § 2º, fixa em cinco dias úteis, contados da posse, o prazo para entrada em exercício. Tendo o servidor se apresentado apenas vinte dias corridos depois, a consequência legal é a exoneração, nos termos do art. 19, § 5º (hipótese igualmente prevista como exoneração de ofício no art. 51, parágrafo único, II, da mesma lei). (C) Trata-se de transposição indevida da Lei federal nº 8.112/1990. O art. 8º da LC nº 840/2011 arrola apenas cinco formas de provimento (nomeação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), não incluindo promoção nem readaptação. A promoção é tratada como movimentação na carreira (art. 56). (D) A consequência é a exoneração, ato sem caráter punitivo. A demissão é sanção disciplinar. O abandono de cargo, por sua vez, pressupõe faltas injustificadas por mais de trinta dias consecutivos de servidor já em exercício. (E) O prazo não é de trinta dias corridos, mas sim cinco dias úteis contados da posse.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	50	30	10	D
(A) As esferas são independentes, nos termos do art. 181, § 1º da LC 840/2011. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, e sua apuração não se condiciona ao desfecho da ação penal. (B) O art. 181, § 1º, da LC 840/2011 afirma expressamente que as sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si. O curso da ação penal não suspende nem condiciona o processo disciplinar. (C) A apuração disciplinar é conduzida por comissão composta de servidores estáveis, exigência voltada a resguardar a independência de seus membros. O servidor em estágio probatório encontra-se, ele próprio, em situação de maior vulnerabilidade funcional, o que inverteria a lógica da garantia. (D) CORRETA. Reproduz a hipótese de afastamento da responsabilidade administrativa prevista no art. 181, § 2º, da LC 840/2011. Fora dela, como na absolvição por insuficiência de provas ou por atipicidade penal da conduta, a apuração administrativa prossegue, pois a ilicitude administrativa não coincide necessariamente com a penal. (E) Conforme o art. 37, § 6º, da Constituição Federal e a chamada teoria da dupla garantia, o terceiro lesado demanda contra a pessoa jurídica de direito público, assegurado a esta o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	51	31	1	A
(A) CORRETA. Reúne, de forma integrada, quatro diretrizes do art. 5º da Lei nº 13.460/2017. Verifica-se a prioridade legal assegurada a idosos e pessoas com deficiência (inciso III), a presunção de boa-fé do usuário (inciso II), a vedação de exigir nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada (inciso XV) e o dever de urbanidade e acessibilidade no atendimento (inciso I). (B) Contraria frontalmente o inciso XV do art. 5º da Lei nº 13.460/2017. A reapresentação de documento válido já constante dos autos configura exigência desnecessária, incompatível também com a adequação entre meios e fins prevista no inciso IV. (C) O inciso III do art. 5º da Lei nº 13.460/2017 consagra o atendimento por ordem de chegada, mas ressalva expressamente as prioridades legais. A igualdade a que alude o inciso V é material, e não formal: tratar de modo idêntico situações desiguais é justamente o que a norma afasta. (D) A ouvidoria tem por atribuição o recebimento de manifestações dos usuários (reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitações), não sendo instância de triagem prévia do atendimento ordinário. A conduta descrita transfere indevidamente a responsabilidade funcional. (E) Viola a presunção de boa-fé (inciso II) e a vedação de discriminação (inciso V), consoante dispõe o art. 5º da Lei nº 13.460/2017. Eventual dúvida quanto às informações prestadas deve ser apurada pelos meios próprios, sem obstar o atendimento nem submeter a usuária a juízo depreciativo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	52	32	12	C
(A) A terceira edição do manual extinguiu essa distinção: ofício, aviso e memorando foram unificados no padrão ofício, aplicável indistintamente às comunicações internas e externas. (B) Inverte a regra dos fechos. "Respeitosamente" destina-se a autoridades de hierarquia superior, inclusive ao Presidente da República; para as de mesma hierarquia, de hierarquia inferior e nos demais casos, emprega-se "Atenciosamente". (C) CORRETA. Verifica-se a impessoalidade, que decorre da circunstância de ser sempre o serviço público quem comunica e de ser o assunto sempre relativo às atribuições do órgão, e a unificação dos antigos expedientes no padrão ofício, que comporta as finalidades de encaminhamento, solicitação e comunicação. (D) A formalidade e o uso da norma padrão da língua portuguesa figuram entre os atributos da redação oficial. Coloquialismos e regionalismos comprometem a padronização e podem gerar ambiguidade na comunicação. (E) As formas "Digníssimo" e "Ilustríssimo" foram abolidas das comunicações oficiais, por já estarem a dignidade e a distinção pressupostas no exercício da função pública. No vocativo, emprega-se "Senhor" ou "Senhora", seguido do cargo do destinatário, ressalvados os Chefes de Poder, aos quais o Manual destina "Excelentíssimo Senhor" ou "Excelentíssima Senhora", seguido do cargo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	53	33	13	E
(A) A correspondência particular, ainda que remetida ao endereço do órgão, não integra a documentação institucional e não deve ser aberta pelo protocolo. Seu recebimento e encaminhamento seguem os procedimentos determinados pelo órgão ou entidade, preservado o sigilo da correspondência assegurado pelo art. 5º, XII, da Constituição Federal. (B) O arquivamento pressupõe o cumprimento da função administrativa do documento. Ofício que demanda decisão da autoridade está no início da tramitação, e não em seu termo final; além disso, o arquivamento não é atribuição decisória do protocolo. (C) Documento avulso referente a processo já existente deve ser objeto de juntada, e não de autuação. A abertura de novo processo fragmentaria a instrução e comprometeria o controle da tramitação. (D) O registro é ato de formalização da entrada ou saída do documento e permanece exigível na tramitação eletrônica, na qual é realizado no próprio sistema. O meio empregado altera o suporte, não a rotina. (E) CORRETA. Distribui corretamente as duas operações previstas nos procedimentos gerais de protocolo da Portaria Interministerial nº 1.677/2015: autuação para o documento avulso que inaugura processo (o ofício externo) e juntada para a peça que se agrega a processo em curso.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	54	34	14	B
(A) O art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.159/91 define como correntes os documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação, sejam objeto de consultas frequentes. A frequência de consulta é justamente o critério que os mantém na primeira idade. (B) CORRETA. Reproduz a definição do art. 8º, § 2º, da Lei nº 8.159/91. A fase intermediária caracteriza-se pela conjugação de dois elementos: a baixa frequência de uso e a subsistência de interesse administrativo, legal ou fiscal que impede a eliminação imediata. (C) Transferência é a passagem do arquivo corrente para o intermediário; recolhimento é a entrada dos documentos no arquivo permanente, após o reconhecimento de seu valor secundário. (D) O método alfabético é direto, pois a busca faz-se diretamente pelo nome, sem instrumento auxiliar. São indiretos, entre outros, os métodos numérico simples, numérico-cronológico e duplex, que exigem consulta prévia a índice. (E) O art. 9º da Lei nº 8.159/91 condiciona a eliminação de documentos públicos à autorização da instituição arquivística pública na respectiva esfera de competência, mediante prévia avaliação e observância da tabela de temporalidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	55	35	15	D
(A) O Decreto nº 10.278/2020 ressalva expressamente do descarte o documento que apresente conteúdo de valor histórico, o qual deve ser preservado em razão de seu valor secundário. (B) A preservação digital exige políticas de segurança que protejam os arquivos contra alteração, destruição e acesso ou reprodução não autorizados. A guarda em suporte único, sem redundância, expõe o acervo à perda definitiva e é incompatível com a exigência de confiabilidade do art. 4º, I, do Decreto nº 10.278/2020. (C) O art. 5º do Decreto nº 10.278/2020 condiciona a equiparação, perante pessoa jurídica de direito público interno, à assinatura digital com certificado no âmbito da ICP-Brasil, além da observância dos padrões técnicos e dos metadados regulamentares. (D) CORRETA. Conjuga os requisitos de assinatura digital ICP-Brasil e de registro dos metadados do Anexo II do Decreto nº 10.278/2020 para que o documento digitalizado produza os efeitos do original perante pessoa jurídica de direito público interno, observados também os padrões técnicos do Anexo I. (E) Os metadados não são facultativos: sua adoção decorre de previsão expressa do art. 5º e do Anexo II do Decreto nº 10.278/2020, sendo elemento essencial da rastreabilidade e da auditabilidade do processo de digitalização.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	56	36	16	A
(A) CORRETA. Reúne dois critérios expressos na Instrução Normativa nº 205/1988, quais sejam, o fornecimento prioritário dos materiais estocados há mais tempo (regra conhecida como PEPS, primeiro a entrar, primeiro a sair, voltada a evitar o envelhecimento do estoque) e a alocação dos itens de maior movimentação em locais de fácil acesso, próximos à expedição. (B) Inverte a alínea "h" do item 4.1 da Instrução Normativa nº 205/1988, em que materiais pesados e volumosos devem ficar nas partes inferiores das estantes, por razões de segurança e de facilidade de movimentação.				

(C) A curva ABC é técnica de classificação por relevância, construída a partir do valor de consumo de cada item (quantidade multiplicada pelo custo unitário), e não da quantidade física isoladamente considerada. (D) A alínea "e" do item 4.1 da Instrução Normativa nº 205/1988 veda expressamente a estocagem em contato direto com o piso, providência destinada a proteger os materiais da umidade e a viabilizar sua movimentação. (E) A definição apresentada é a de material de consumo. Material permanente é aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a identidade física nem tem sua utilização limitada a dois anos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	57	37	17	C
(A) O valor de 300 unidades corresponde apenas ao estoque mínimo (Em), obtido isoladamente. Adotá-lo como ponto de pedido implica desprezar integralmente o consumo previsto para o tempo de aquisição, o que provocaria ruptura de estoque antes da entrega. (B) O valor de 600 unidades resulta de $c \times T$ (300×2), isto é, do consumo estimado durante o tempo de aquisição, sem o acréscimo do estoque de segurança exigido pela fórmula. (C) CORRETA. O consumo médio mensal é $c = 3.600 \div 12 = 300$ unidades. Como $f = 0,50$ de T e $T = 2$ meses, tem-se $f = 1$, de modo que $Em = c \times f = 300 \times 1 = 300$ unidades. Aplicando-se $Pp = Em + (c \times T)$, obtém-se $Pp = 300 + (300 \times 2) = 300 + 600 = 900$ unidades. (D) O valor de 1.200 unidades decorre de erro na aplicação do fator de segurança, com o emprego de $f = 2$ — confundido com o próprio tempo de aquisição — em lugar de $f = 0,50 \times T = 1$. (E) O valor de 1.500 unidades não corresponde ao ponto de pedido, que é de 900 unidades.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	58	38	18	E
(A) O tombamento patrimonial (atribuição de número de registro ao bem permanente) decorre da incorporação do bem ao acervo, qualquer que seja a forma de aquisição, a saber: compra, doação, permuta, produção interna ou dação em pagamento. (B) A baixa é ato formal de desincorporação, precedido de avaliação quanto ao estado do bem e condicionado à autorização da autoridade competente, com o consequente registro contábil. O usuário é detentor da guarda, não titular de competência decisória sobre o acervo. (C) O levantamento contínuo e seletivo, realizado de forma programada ao longo do exercício para abranger todos os bens, é o inventário rotativo. O inventário anual é o levantamento de todos os bens, realizado ao final do exercício financeiro, para comprovação dos saldos. (D) A opção inverte os arts. 94 e 95 da Lei nº 4.320/64, em que os registros analíticos, com a caracterização individualizada de cada bem e a indicação do responsável pela guarda, cabem às unidades administrativas; à contabilidade compete a manutenção dos registros sintéticos. (E) CORRETA. Aplica corretamente o art. 94 da Lei nº 4.320/64 quanto aos equipamentos recebidos, que, incorporados ao acervo, devem ser tombados e escriturados analiticamente, com identificação do agente responsável.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	59	39	19	B
(A) A ordem legal do art. 17 da Lei nº 14.133/2021 posiciona a habilitação (inciso V) após a apresentação de propostas (inciso III) e o julgamento (inciso IV). A regra adotada pela lei é, portanto, a inversão de fases em relação ao modelo tradicional da Lei nº 8.666. (B) CORRETA. Reproduz o art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. São dois os requisitos, cumulativos, quais sejam, o ato motivado, com explicitação dos benefícios da antecipação, e a previsão expressa no edital, que assegura o conhecimento prévio da regra por todos os interessados. (C) A homologação é a última fase do processo licitatório (inciso VII do art. 17 da Lei nº 14.133/2021), posterior à fase recursal, e compete à autoridade superior. A etapa preparatória é a primeira do procedimento (inciso I do art. 17 da Lei nº 14.133/2021). (D) A contratação direta afasta o certame competitivo, mas não a formalização do processo, que deve ser instruído com o documento de formalização da demanda, a estimativa de despesa, a justificativa de preço e a razão da escolha do contratado, entre outros elementos. (E) A fase preparatória antecede a divulgação do edital: nela se define o objeto e se elaboram o estudo técnico preliminar, o termo de referência e a pesquisa de preços. O edital é produto dessa etapa, e não o seu marco inicial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (TDAS-Técnico Administrativo)	60	40	20	D
(A) O critério descrito é o do pregão, conforme o caput do art. 29 da Lei nº 14.133/2021. A concorrência, embora siga o mesmo rito procedimental comum, destina-se aos demais objetos, entre eles as obras e os serviços de engenharia não enquadrados como comuns. (B) O leilão destina-se à alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, a quem oferecer o maior lance. Não se presta à contratação de serviços. (C) O diálogo competitivo é reservado a contratações que envolvam inovação tecnológica ou técnica, ou cuja solução a administração não tenha condições de definir previamente com precisão suficiente, observadas as condições do art. 32 da Lei nº 14.133/2021. A aquisição de bens e serviços comuns de ampla oferta no mercado não constitui, por si só, hipótese de adoção dessa modalidade. (D) CORRETA. Conjugua o caput do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, que fixa o critério de adoção do pregão, e o seu parágrafo único, que exclui expressamente dessa modalidade os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, bem como as obras e os serviços de engenharia não enquadrados como comuns. (E) O concurso destina-se à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, tendo por contrapartida prêmio ou remuneração. A alienação de bens móveis inservíveis a quem oferecer o maior lance é objeto do leilão.				

ESPECIALISTA EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (EDAS)

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	1	41	21	B
(A) O texto afirma que a EAN possui caráter transdisciplinar, multissetorial e multiprofissional, sendo desenvolvida em diferentes programas e políticas públicas. Portanto, sua atuação não se restringe à divulgação de recomendações nutricionais nem apenas aos beneficiários de programas de transferência de renda. (B) CORRETA. A construção do texto permite inferir que a EAN possui alcance ampliado, articulando diferentes áreas do conhecimento e políticas públicas, favorecendo a reflexão crítica, a autonomia, o protagonismo dos indivíduos e a compreensão da cadeia produtiva dos alimentos, ultrapassando a simples orientação alimentar. (C) O texto não atribui à EAN funções de fiscalização sanitária ou controle da qualidade dos alimentos comercializados. (D) A EAN é apresentada como diretriz e estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e não como substituta dessa política. (E) O texto informa que as ações alcançam diversos públicos e unidades do SUAS, além dos Restaurantes Comunitários, razão pela qual essa afirmação restringe indevidamente seu alcance.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	2	42	22	B
(A) O texto afirma que a EAN articula ações tanto com a Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional quanto com a Política de Assistência Social, evidenciando atuação integrada. Não afirma, contudo, que a efetividade das ações dependa da atuação dessa Subsecretaria. (B) CORRETA. O texto apresenta explicitamente a EAN como ação desenvolvida de forma transversal, integrada a diferentes programas, serviços e unidades da Sedes e do SUAS, característica que demonstra sua articulação entre distintas políticas públicas. (C) O texto não estabelece relação de substituição entre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o SUAS. Ao contrário, evidencia a articulação entre diferentes políticas. (D) Embora os servidores também participem das ações de EAN, eles constituem apenas um dos públicos contemplados, não sendo os destinatários prioritários. (E) O Programa Cartão Prato Cheio é apenas uma das frentes de atuação mencionadas. O texto também cita Restaurantes Comunitários, PAIF, SCFV, Centros POP, Unidades de Acolhimento e outras ações desenvolvidas no âmbito do SUAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	3	43	23	E
(A) O texto informa que a EAN desenvolve ações educativas articuladas a diferentes programas e políticas públicas. Não afirma que sua atuação dispensa ações relacionadas à distribuição de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social. (B) O texto evidencia que a EAN possui atuação transversal, alcançando diferentes programas, unidades e públicos, e não apenas as unidades da Política de Assistência Social. (C) O texto não atribui à EAN a função de estabelecer critérios para concessão de benefícios sociais. Essa atividade não integra as finalidades apresentadas. (D) Em nenhum momento o texto afirma que a EAN substitui programas de segurança alimentar. Ao contrário, ela é apresentada como estratégia integrada às políticas públicas existentes. (E) CORRETA. O texto relaciona diretamente a promoção da alimentação adequada e saudável ao desenvolvimento da autonomia, da reflexão crítica e da articulação da EAN com diferentes políticas públicas, evidenciando a relação de causa e efeito entre essas ações e seus objetivos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	4	44	24	B
(A) O texto informa que o CRAS facilita o acesso a benefícios e programas, mas sua atuação não se limita à concessão de benefícios financeiros, abrangendo acompanhamento familiar e fortalecimento de vínculos. (B) CORRETA. O texto evidencia que o PAIF realiza acompanhamento continuado para fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, ampliar o acesso a direitos e integrar os usuários às políticas públicas, revelando uma atuação articulada e abrangente. (C) O CRAS Móvel é apresentado como estratégia para ampliar o acesso em localidades sem unidade fixa, sem que as famílias dessas localidades sejam apresentadas como público prioritário ou exclusivo do atendimento. (D) O encaminhamento para programas constitui apenas uma das ações desenvolvidas. O texto descreve diversas atividades preventivas, protetivas e de fortalecimento da autonomia. (E) O texto afirma que o CRAS facilita o acesso às demais políticas públicas, e não que as substitui.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	5	45	25	D
(A) O texto não apresenta resultados quantitativos referentes aos atendimentos realizados, resultados de gestão ou prestação de contas, características próprias de um relatório administrativo. (B) O memorando caracteriza-se pela comunicação interna entre unidades administrativas. O texto dirige-se aos cidadãos, e não aos servidores públicos. (C) Não há análise técnica ou jurídica nem emissão de parecer sobre determinada matéria administrativa. (D) CORRETA. O texto apresenta elementos característicos de uma carta institucional: vocativo “Prezados(as) cidadãos(ãs)”, linguagem objetiva, finalidade informativa e orientadora, além de encerramento formal com assinatura institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. (E) O texto não estabelece normas, requisitos ou procedimentos de seleção típicos de um edital; sua finalidade é informar e orientar a população sobre os serviços ofertados pelo CRAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	6	46	26	B
(A) Embora o PAIF seja ofertado no âmbito do CRAS, a expressão “desse serviço” não retoma o CRAS, mas o serviço específico mencionado imediatamente antes. (B) CORRETA. A expressão demonstrativa “desse serviço” realiza a retomada anafórica de “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)”, evitando a repetição e assegurando a progressão textual. É um mecanismo de coesão referencial bastante frequente em textos institucionais. (C) Os programas de transferência de renda aparecem como um dos recursos aos quais as famílias podem ter acesso por intermédio do PAIF, não sendo o referente da expressão. (D) Os serviços socioassistenciais são mencionados como parte do conjunto de direitos e serviços aos quais o PAIF facilita o acesso, mas não constituem o antecedente de “desse serviço”. (E) A equipe de atendimento é mencionada apenas no encerramento do texto e não mantém relação de referência com a expressão analisada.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	7	47	27	C
(A) No trecho analisado, o presente do indicativo não expressa fato concluído no passado. A referência histórica do projeto aparece em outro trecho “está em funcionamento desde janeiro de 2021”, mas não justifica o emprego verbal analisado. (B) Não há emprego de futuro nem indicação de que as ações dependam de condição posterior. (C) CORRETA. Em textos institucionais, o presente do indicativo é empregado para apresentar atribuições, competências e atividades permanentes ou regularmente desempenhadas pelo órgão ou serviço. No trecho, o verbo “assegura” descreve uma função atualmente exercida pelo Projeto Warao. (D) Hipótese ou possibilidade normalmente são expressas pelo modo subjuntivo ou por construções modais. O trecho apresenta fatos afirmados como vigentes. (E) O presente empregado possui valor descritivo e institucional, não eventual ou condicionado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	8	48	28	A
(A) CORRETA. O núcleo do sujeito é equipe (singular); por isso, o verbo é permanece no singular, assim como o predicativo responsável. Os verbos no infinitivo “apoiar”, “realizar” e “promover” coordenam-se entre si, em complementos do adjetivo “responsável” introduzidos pela preposição “por”. (B) O verbo são e o predicativo responsáveis concordam inadequadamente com “equipe”, cujo núcleo está no singular. (C) O verbo promoverem deveria permanecer no infinitivo impessoal (promover), mantendo paralelismo sintático com “apoiar” e “realizar”.				

(D) Há inadequação de concordância verbal: o verbo <i>são</i> deveria estar no singular, concordando com o núcleo “equipe”. O predicativo responsável está corretamente no singular. (E) Embora o verbo esteja corretamente flexionado no singular, o predicativo responsáveis deveria concordar com o núcleo singular do sujeito, sendo a forma correta “responsável”.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	9	49	29	B
(A) A RIDE não é região metropolitana. As regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões são instituídas pelos Estados, mediante lei complementar estadual, e reúnem municípios limítrofes (art. 25, § 3º, da Constituição Federal). As regiões metropolitanas e aglomerações urbanas podem abranger municípios de mais de um Estado, mediante leis complementares dos Estados envolvidos (art. 4º da Lei nº 13.089/2015). A RIDE foi instituída pela União, com fundamento no art. 43 da Constituição Federal (art. 1º da Lei Complementar nº 94/1998). (B) CORRETA. A RIDE foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 94/1998, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal, com fundamento nos arts. 21, IX, 43 e 48, IV, da Constituição Federal; constitui instrumento de articulação administrativa, sem personalidade jurídica própria e sem a natureza de ente federativo. (C) A RIDE não é ente federativo nem integra a organização político-administrativa da República, composta pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios (art. 18 da Constituição Federal); constitui instrumento de articulação da ação da União (art. 43 da Constituição Federal), sem autonomia política ou competência legislativa própria. (D) A instituição da RIDE não decorre de competência concorrente exercida por leis complementares de cada ente; deu-se por lei complementar federal única (Lei Complementar nº 94/1998), com fundamento no art. 43 da Constituição Federal. (E) A RIDE não constitui consórcio público. Os consórcios públicos, fundados no art. 241 da Constituição Federal e disciplinados pela Lei nº 11.107/2005, resultam da vontade associativa dos entes federados, adquirem personalidade jurídica própria e dependem, em regra, de ratificação, por lei de cada ente, do protocolo de intenções. A RIDE, ao contrário, foi instituída por lei complementar federal única, não tem personalidade jurídica própria e não decorre de adesão voluntária dos entes.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	10	50	30	D
(A) A assistência social é dever do Estado e será prestada a quem dela necessitar (art. 217 da Lei Orgânica do Distrito Federal), de modo que o dever de amparo decorre da situação de necessidade, e não de prévia inscrição em cadastro. A inscrição em cadastros socioassistenciais é instrumento de operacionalização e de acesso a determinados benefícios, não constituindo condição do direito ao atendimento inicial; sua ausência, portanto, não autoriza a recusa desse atendimento a quem dele necessita. (B) A assistência social integra a seguridade social, mas, diferentemente da previdência social — que tem caráter contributivo —, é prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (art. 217 da Lei Orgânica do Distrito Federal). Não há, portanto, exigência de contribuição prévia nem de comprovação de recolhimentos ao INSS como condição do atendimento; a exigência confunde o regime assistencial com o previdenciário. (C) A assistência social é prestada a quem dela necessitar (art. 217 da Lei Orgânica do Distrito Federal), sem que o texto condicione o atendimento inicial ao domicílio do requerente no Distrito Federal. A exigência de comprovação de domicílio como requisito de acesso a esse atendimento não encontra amparo na norma, sendo indevida a recusa fundada na circunstância de residir o morador em município do entorno. (D) CORRETA. A assistência social é dever do Estado e será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (art. 217 da Lei Orgânica do Distrito Federal). O direito ao atendimento inicial decorre da situação de necessidade, não se condicionando a contribuição prévia, a inscrição em cadastro socioassistencial ou a domicílio no Distrito Federal; presentes os pressupostos de necessidade relatados no enunciado, o atendimento lhe é devido. (E) As ações governamentais de assistência social são financiadas com recursos do orçamento da seguridade social do Distrito Federal (art. 220 da Lei Orgânica do Distrito Federal); a assistência social, contudo, é dever do Estado, prestada a quem dela necessitar (art. 217), e integra o núcleo do mínimo existencial. Segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, a cláusula da reserva do possível não pode ser oposta à realização do mínimo existencial nem invocada de forma genérica para frustrar direitos assegurados constitucionalmente, cabendo ao poder público o ônus de demonstrar concretamente eventual impossibilidade. A ausência de dotação específica não autoriza, por si só, a recusa do atendimento a quem dele necessita.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	11	51	31	A
(A) CORRETA. Corresponde ao art. 289, caput, da Lei Orgânica do Distrito Federal: exige-se estudo prévio de impacto ambiental para empreendimentos ou atividades potencialmente causadores de significativa degradação, ao qual se dará publicidade, ficando à disposição do público por no mínimo trinta dias antes da audiência pública obrigatória. (B) O estudo prévio de impacto ambiental será realizado por equipe multidisciplinar, cujos membros deverão ser cadastrados no órgão ambiental do Distrito Federal (art. 289, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal). A afirmação erra ao admitir profissional único e ao dispensar o cadastramento, exigido pela norma. (C) Ainda que, nas hipóteses de parcelamento do solo de pequena área, o órgão ambiental possa substituir a exigência do estudo de impacto ambiental pela avaliação de impacto ou pelo licenciamento ambiental simplificado, a norma mantém expressamente a obrigatoriedade da realização de audiência pública (art. 289, § 6º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); não há, portanto, dispensa da audiência. (D) A execução das atividades referidas depende de prévio licenciamento pelo órgão ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigidas por lei (art. 289, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); o estudo prévio de impacto ambiental não supre nem substitui as demais licenças ambientais. (E) Pode ser exigido estudo de impacto ambiental e respectivo relatório em empreendimento ou atividades já instaladas, a qualquer tempo, na hipótese de realização de auditoria ambiental (art. 289, § 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal); logo, é incorreto afirmar que o estudo somente seria exigível antes da instalação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	12	52	32	A
(A) CORRETA. A ação disciplinar prescreve em cinco anos quanto às infrações puníveis com demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade (art. 208, I, da Lei Complementar nº 840/2011), começando o prazo a correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar (art. 208, § 1º). (B) A ação disciplinar relativa à infração punível com advertência prescreve em um ano (art. 208, III, da Lei Complementar nº 840/2011). O prazo de cento e oitenta dias corresponde à legislação federal (Lei nº 8.112/1990), inaplicável ao regime jurídico dos servidores do Distrito Federal. (C) O prazo de prescrição não se conta da data da prática da infração, mas da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar (art. 208, § 1º, da Lei Complementar nº 840/2011). (D) A instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, uma única vez (art. 208, § 2º, da Lei Complementar nº 840/2011); interrompida a prescrição, sua contagem é reiniciada por inteiro depois de esgotados os prazos de conclusão do processo (art. 208, § 3º), e não retomada pelo tempo restante. A suspensão do prazo, no regime da Lei, ocorre em hipótese diversa — enquanto a tramitação estiver obstada por determinação judicial (art. 208, § 4º) —, não se confundindo com o efeito interruptivo da instauração. (E) Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares também capituladas como crime somente havendo ação penal em curso (art. 208, § 5º, da Lei Complementar nº 840/2011); a aplicação não é automática nem independe da existência da ação penal.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	13	53	33	E
(A) A aposentadoria não extingue a responsabilidade disciplinar por infrações cometidas na atividade nem afasta o poder disciplinar da administração quanto a fatos pretéritos. Comprovada, em processo regular, a prática de infração punível com demissão durante o exercício do cargo, cabe a cassação da aposentadoria (art. 203 da Lei Complementar nº 840/2011). Admitir o contrário permitiria que a inatividade servisse de escudo à impunidade, em prejuízo da isonomia e da moralidade administrativa. (B) A demissão implica a perda do cargo ocupado pelo servidor. Ao inativo que praticou, na atividade, infração punível com demissão, corresponde a penalidade de cassação da aposentadoria (art. 203 da Lei Complementar nº 840/2011), e não a demissão. (C) Não há previsão legal de conversão em multa da penalidade cabível na hipótese. A multa é aplicável ao inativo que houver praticado na atividade infração punível com suspensão (art. 200, § 4º, da Lei Complementar nº 840/2011); a infração punível com demissão praticada por quem se aposentou enseja a cassação da aposentadoria (art. 203 da Lei Complementar nº 840/2011), insuscetível de substituição por multa. (D) A cassação da aposentadoria é compatível com o caráter contributivo e solidário do regime próprio de previdência dos servidores, não constituindo o benefício direito imune ao poder disciplinar. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade dessa penalidade, mesmo diante do caráter contributivo do benefício previdenciário (ADPF nº 418). (E) CORRETA. A cassação de aposentadoria é a penalidade aplicável ao inativo que houver praticado, quando em atividade, infração punível com demissão (art. 203 da Lei Complementar nº 840/2011). Receber vantagem indevida em razão das atribuições, para favorecer particulares em processos sob sua responsabilidade, é conduta punível com demissão; praticada na atividade e apurada após a aposentadoria, a sanção adequada é a cassação da aposentadoria.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	14	54	34	C
(A) O Decreto nº 42.590/2021 institui mecanismo específico de acompanhamento, articulação, monitoramento e avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, metas e ações do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres. (B) O plano não se limita à execução financeira. O comitê é vinculado à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, que presta suporte técnico e administrativo para seu funcionamento. (C) CORRETA. Diante da dispersão das informações, da duplicidade de encaminhamentos e da baixa integração entre os órgãos, a providência adequada é instituir fluxo que subsidie a atuação do Comitê de Articulação e Monitoramento. O Decreto nº 42.590/2021 atribui ao Comitê funções de articulação, acompanhamento, avaliação, difusão, ajuste de objetivos, ações e metas e elaboração de relatório anual. (D) A composição do comitê inclui representantes do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente dentre as representações da sociedade civil, e representantes de diversos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal. (E) O decreto não atribui ao comitê a aprovação inicial do plano. Ele acompanha, monitora, avalia, difunde, ajusta objetivos, ações e metas e cria condições para a elaboração do plano posterior.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	15	55	35	E
(A) O Eixo 8 não limita a discriminação às condutas individuais. Entre seus objetivos estão a superação da violência institucional decorrente do racismo, do sexismo, da lesbofobia e da transfobia e a instituição de ações destinadas à superação do racismo institucional contra as mulheres. (B) O eixo determina justamente a incorporação das perspectivas de raça, etnia e orientação sexual às políticas direcionadas às mulheres. Também considera as desigualdades relacionadas à identidade de gênero, de modo que não propõe a separação dessas dimensões. (C) Além da produção e da difusão de conhecimentos, dos debates e das campanhas, o eixo prevê ações relacionadas ao acesso equânime aos serviços e às políticas públicas, à igualdade de acesso, permanência e ascensão em instituições, ao microcrédito, à inserção no mercado de trabalho e à capacitação de servidores públicos. (D) O eixo não se limita ao ingresso nas instituições. Ele prevê campanha de promoção da igualdade de acesso, permanência e ascensão das mulheres negras, lésbicas e transexuais nas instituições públicas e privadas, além de ações para garantir acesso equânime aos serviços e às políticas públicas. (E) CORRETA. O Eixo 8 incorpora as perspectivas de raça, etnia e orientação sexual às políticas direcionadas às mulheres, considera desigualdades baseadas na identidade de gênero, enfrenta a violência e o racismo institucionais e busca assegurar acesso equânime aos diferentes serviços e às políticas públicas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	16	56	36	B
(A) A Lei Maria da Penha prevê atuação articulada entre segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação, sistema de justiça e outras áreas. (B) CORRETA. A lei estabelece que a política pública destinada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher deve ocorrer por meio de conjunto articulado de ações da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de ações não governamentais, com diretrizes de integração operacional, estudos, estatísticas, capacitação e campanhas educativas. (C) A lei prevê expressamente a promoção de estudos, pesquisas, estatísticas e informações relevantes, com perspectiva de gênero e de raça ou etnia, para sistematização de dados e avaliação das medidas adotadas. (D) A capacitação permanente deve alcançar as polícias e os profissionais das áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. A Lei nº 11.340/2006 não atribui às equipes policiais especializadas a organização dessa capacitação nem a definição dos protocolos aplicáveis aos demais profissionais da rede. (E) A Lei Maria da Penha prevê a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	17	57	37	A
(A) CORRETA. O art. 10-A da Lei nº 11.340/2006 assegura à mulher em situação de violência doméstica e familiar atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores previamente capacitados, preferencialmente do sexo feminino. Durante a inquirição, deve ser preservada a integridade física, psíquica e emocional da depoente, garantida a ausência de contato direto com investigados, suspeitos e pessoas a eles relacionadas e evitada a revitimização. (B) A lei não determina que o atendimento seja prestado obrigatoriamente por servidoras. A preferência refere-se ao sexo feminino, enquanto a capacitação prévia constitui requisito aplicável aos servidores responsáveis pelo atendimento. O caráter ininterrupto do serviço também não autoriza o adiamento da inquirição pela inexistência momentânea de servidora do sexo feminino. (C) A diretriz de não revitimização alcança expressamente os âmbitos criminal, cível e administrativo. A lei determina que sejam evitadas sucessivas inquirições sobre o mesmo fato, bem como questionamentos sobre a vida privada da depoente. A necessidade administrativa de confirmação não autoriza a repetição desnecessária do relato. (D) A utilização de recinto especialmente projetado é prevista como procedimento preferencial, e não como condição absoluta de validade da inquirição. A intermediação por profissional especializado também ocorre “quando for o caso”, mediante designação da autoridade judiciária ou policial, não sendo obrigatória em todas as situações.				

(E) A lei prevê que o depoimento seja registrado em meio eletrônico ou magnético e determina que tanto a degravação quanto a própria mídia integrem o inquérito. Portanto, não é permitido descartar a mídia após a transcrição.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	18	58	38	D
(A) A configuração do crime de descumprimento de medida protetiva independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu a medida. Além disso, em caso de prisão em flagrante, a fiança somente poderá ser concedida pela autoridade judicial. (B) A primeira parte está correta, pois a competência civil ou criminal do juízo não interfere na configuração do crime. Contudo, a ausência de nova agressão física não autoriza a autoridade policial a conceder fiança. A Lei Maria da Penha reserva essa decisão à autoridade judicial. (C) A configuração do crime independe da competência do juízo, e somente a autoridade judicial poderá conceder fiança na prisão em flagrante. O erro está em afirmar que a responsabilização pelo art. 24-A excluiria outras sanções, pois a lei dispõe expressamente em sentido contrário. (D) CORRETA. O descumprimento consciente de decisão judicial que defere medida protetiva pode configurar o crime previsto no art. 24-A, independentemente da competência civil ou criminal do juiz que a concedeu. Em caso de prisão em flagrante, somente a autoridade judicial poderá conceder fiança, e a aplicação do art. 24-A não exclui outras sanções cabíveis. (E) O descumprimento da decisão judicial constitui crime autônomo e não depende da prática simultânea de nova lesão corporal, ameaça ou outra infração penal. Eventual prática de outro delito poderá produzir responsabilização adicional.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	19	59	39	E
(A) A carreira não se restringe à Política Nacional de Assistência Social. Seus campos de atuação abrangem diferentes políticas públicas, entre elas segurança alimentar e nutricional, direitos humanos, promoção da igualdade racial, inclusão da pessoa com deficiência, enfrentamento da violência contra as mulheres e promoção da mulher. (B) A mobilidade não se limita ao deslocamento entre unidades do mesmo órgão. Ela corresponde ao deslocamento do servidor no Quadro de Lotação de Pessoal entre órgãos do Governo do Distrito Federal e pode ocorrer para qualquer órgão distrital atendido pela carreira, sem necessidade de novo ingresso. (C) A formulação, o planejamento, a coordenação e a avaliação da gestão governamental integram as atribuições gerais do especialista em desenvolvimento e assistência social. Ao técnico competem atividades de natureza executivo-operacional, não havendo a inversão de atribuições apresentada na opção. (D) A Lei Distrital nº 7.484/2024 não trata apenas de gratificações e vencimentos. Ela define a composição da carreira, seus campos de atuação, as regras de mobilidade e as atribuições gerais dos cargos, não remetendo integralmente esses conteúdos a regulamentação posterior. (E) CORRETA. A carreira é composta pelos cargos de especialista, técnico e auxiliar, alcança órgãos distritais responsáveis por diferentes políticas públicas e inclui, entre seus campos de atuação, o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção da mulher.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Gerais (EDAS)	20	60	40	D
(A) Segundo as fases da avaliação do paciente, em qualquer situação de urgência ou emergência, a avaliação da cena (segurança da cena) precede qualquer outra conduta como forma de garantir a segurança da equipe e terceiros, identificar possíveis perigos e evitar novos agravos. (B) Deslocamento do osso em uma articulação de sua posição normal é a definição de luxação. (C) Em casos de queimaduras, objetos e roupas só devem ser retirados se não estiverem aderidos à pele. Uma vez que estejam grudados na pele não podem ser retirados. Além disso, não é recomendado o uso de gelo sobre a pele queimada pois pode agravar a lesão. (D) CORRETA. A queimadura de segundo grau atinge a epiderme e a derme e tem como características dor local, vermelhidão e aparecimento de bolhas. (E) Em adultos conscientes com obstrução grave das vias aéreas, a manobra de desengasgo consiste em ciclos de 5 tapotagens (golpes nas costas) seguidas de 5 compressões abdominais. Em gestantes em estágio avançado ou quando não for possível envolver o abdome, utilizam-se compressões torácicas em lugar das abdominais. Se o paciente ficar inconsciente em decorrência da obstrução, deve-se iniciar imediatamente as manobras de ressuscitação cardiopulmonar (RCP), começando pelas compressões torácicas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	21	1	41	A
(A) CORRETA. A opção reproduz o Art. 6º, inciso I, da LOAS. A gestão do SUAS é estruturada para consolidar a responsabilidade comum dos entes federados por meio do pacto federativo, envolvendo repasse de recursos (cofinanciamento) e apoio técnico. (B) A LOAS (Art. 5º, I) e a PNAS/2004 estabelecem a descentralização político-administrativa e o respeito às diferenças socioterritoriais, oposto à centralização sugerida. (C) O Art. 6º, II, da LOAS determina a integração da rede pública e privada de serviços, programas e projetos, exigindo que as entidades privadas vinculadas ao SUAS sigam as normas do sistema. (D) A gestão integrada de serviços e benefícios é um objetivo de gestão para todo o sistema (Art. 6º, VI, da LOAS), visando superar a fragmentação das ofertas. (E) A diretriz constitucional e legal é a descentralização com comando único das ações em cada esfera de governo (Art. 5º, I, da LOAS).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	22	2	42	A
(A) CORRETA. Segundo a PNAS/2004 (item 3.1.2), citando Menicucci, a intersetorialidade visa promover a inclusão social resolvendo problemas concretos em territórios determinados. A gestão deve "atender à necessidade e não o necessitado", buscando impactos positivos integrados nas condições de vida. (B) A territorialização é um eixo estruturante que reconhece a presença de múltiplos fatores sociais e as desigualdades socioterritoriais, servindo como base para a organização da rede socioassistencial e para a Vigilância Socioassistencial. (C) A Assistência Social deve articular-se com as demais políticas (Saúde, Educação, etc.) para garantir a integralidade, mas não substitui as competências de outras áreas, conforme os princípios de integração à Seguridade Social. (D) A diretriz de territorialização orienta que a localização dos serviços deve ocorrer nos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos, visando à prevenção e à proteção proativa. (E) A publicação de Fundamentos do Trabalho Social com Famílias destaca que o encaminhamento é um recurso para acesso a direitos, mas "exige monitoramento para que possa ser efetivo", refutando a prática puramente burocrática ou de desoneração da equipe.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	23	3	43	C
(A) De acordo com a NOB-RH/SUAS, a União, os estados, os municípios e o DF possuem autonomia administrativa. Cada esfera de governo é responsável por formular, debater e aprovar seus próprios Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS). A gestão do trabalho deve pautar a isonomia, mas respeitando as competências e a realidade orçamentária de cada ente federado. (B) A opção contraria o Art. 6º-E da LOAS e a própria NOB-RH/SUAS, que estabelecem que o cofinanciamento federal deve apoiar tanto a operacionalização quanto a viabilização dos serviços, incluindo o pagamento de pessoal concursado das equipes de referência. O foco exclusivo em infraestrutura é um paradigma superado pela Lei nº 12.435/2011.				

(C) CORRETA. A inclusão do Art. 6º-E na LOAS, em 2011, representou uma conquista estratégica para a gestão. A normativa autoriza expressamente que recursos do cofinanciamento federal, destinados a ações continuadas, sejam aplicados no pagamento dos profissionais das equipes de referência. A Resolução CNAS nº 32/2011, com a alteração promovida pela Resolução CNAS nº 17/2016, permite que estados, Distrito Federal e municípios utilizem até 100% desses recursos para tal finalidade, sem prejuízo à qualidade, à continuidade e ao funcionamento das ações de assistência social. (D) SUAS rege-se pela descentralização político-administrativa, com comando único em cada esfera de governo. Compete a cada ente federativo contratar e manter seu quadro de pessoal próprio para a execução dos serviços socioassistenciais em sua área de atuação. À União cabe o apoio técnico e o cofinanciamento, mas não a substituição da gestão executiva local. (E) Conforme a NOB-RH/SUAS, o preenchimento de cargos nas equipes de referência deve ocorrer por meio de concurso público em todas as esferas, visando romper com a precarização e a alta rotatividade de pessoal. Mesmo no antigo nível de Gestão Inicial, o município deveria comprovar o cumprimento dos requisitos do Art. 30 da LOAS e planejar o ingresso de pessoal qualificado por meios republicanos de seleção.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	24	4	44	B
(A) De acordo com a NOB-RH/SUAS, o SUAS é um sistema descentralizado e participativo. Embora o ente executor tenha autonomia, o planejamento e o provimento de pessoal devem observar os parâmetros, diretrizes e as normas técnicas estabelecidas pelo SUAS nacionalmente para garantir a uniformidade e qualidade dos serviços. (B) CORRETA. A NOB-RH/SUAS destaca a importância da estabilidade do vínculo profissional para a construção de vínculos de confiança entre o trabalhador e o usuário, elemento central para a qualidade da atenção socioassistencial. (C) A gestão do trabalho é parte integrante do planejamento estratégico e orçamentário. A norma estabelece que o planejamento de pessoal deve estar articulado com o orçamento municipal, sendo uma premissa da responsabilidade fiscal e da continuidade das políticas públicas. (D) A educação permanente é uma responsabilidade compartilhada entre os entes federados, devendo ser pactuada nas instâncias de pactuação (como a CIT e CIB) e articulada com as instâncias de deliberação (Conselhos), conforme a política de gestão do trabalho. (E) A NOB-RH/SUAS estabelece que a política de gestão do trabalho deve promover a estruturação de planos de cargos, carreiras e salários nos diferentes entes federados (estados, DF e municípios), respeitando as especificidades locais e não sendo, portanto, uma atribuição exclusiva da União.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	25	5	45	C
(A) O acolhimento institucional integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade e destina-se a situações em que há necessidade de afastamento do convívio familiar ou inexistência de referência familiar, o que não ocorre no caso apresentado. (B) O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua possui público específico e não substitui os serviços da Proteção Social Básica voltados ao acompanhamento preventivo das famílias. (C) CORRETA. O caso descreve uma situação típica de atuação do PAIF, serviço da Proteção Social Básica voltado ao fortalecimento da função protetiva das famílias, à prevenção do agravamento das vulnerabilidades e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. (D) O PAEFI atende famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. No caso apresentado, há vulnerabilidades sociais e necessidade de fortalecimento preventivo, sem indicação de ameaça ou violação de direitos que justifique o atendimento especializado. (E) O acolhimento em República é serviço de Alta Complexidade destinado a públicos específicos que necessitam de moradia protegida, não constituindo estratégia preventiva para famílias em situação de vulnerabilidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	26	6	46	E
(A) As Conferências de Assistência Social não possuem caráter meramente consultivo. Elas constituem instâncias de participação e controle social voltadas à avaliação da política de assistência social e à formulação de diretrizes que subsidiam seu planejamento e aperfeiçoamento. Embora suas deliberações não tenham efeito executivo imediato, orientam a atuação dos órgãos gestores. (B) A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) é uma instância de pactuação entre gestores das diferentes esferas de governo, responsável pela negociação e pactuação de aspectos operacionais da gestão do SUAS. Não lhe compete validar ou deliberar sobre as propostas formuladas nos espaços de participação e controle social, nem exercer as funções próprias das Conferências de Assistência Social. (C) As deliberações das Conferências orientam o planejamento e o aperfeiçoamento da política de assistência social, mas não produzem efeitos automáticos sobre a execução orçamentária dos Fundos de Assistência Social. A execução das despesas observa os instrumentos de planejamento, as normas orçamentárias e as competências dos órgãos gestores. (D) Embora a gestão seja responsável pela implementação da política pública, a definição de suas diretrizes e prioridades não constitui atribuição exclusiva do órgão gestor. O SUAS estrutura-se sobre mecanismos de participação e controle social, entre os quais as Conferências de Assistência Social exercem papel relevante na avaliação da política e na formulação de diretrizes para seu aprimoramento. (E) CORRETA. A situação descrita corresponde às características de uma Conferência de Assistência Social, instância de participação e controle social que reúne representantes do poder público e da sociedade civil para avaliar a política de assistência social e formular diretrizes destinadas a orientar seu planejamento e aperfeiçoamento no respectivo ente federado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	27	7	47	C
(A) A busca ativa é uma estratégia transversal e não pode ser limitada a situações de descumprimento de condicionalidades. O Protocolo de Gestão Integrada orienta a identificação e a localização de famílias em situação de vulnerabilidade e risco para viabilizar a busca ativa e sua inserção nos serviços socioassistenciais. (B) O atendimento no SUAS é pautado pela "matricialidade sociofamiliar". Condicionar a oferta de serviços socioassistenciais (como o PAIF) a uma etapa burocrática de atualização cadastral descaracteriza a função de proteção social do sistema. (C) CORRETA. Esta é a diretriz central da Gestão Integrada. O atendimento deve ser unificado, tratando o CadÚnico como uma das ferramentas de proteção social e não como um fim em si mesmo. O acolhimento no CRAS deve permitir uma leitura integral das necessidades da família, registrando-as no Prontuário SUAS e inserindo a família no PAIF quando indicado pela avaliação técnica, independentemente do recebimento de benefício financeiro. (D) A descentralização é um princípio constitucional do SUAS. O município possui autonomia e responsabilidade pela organização da oferta dos seus serviços (CRAS e CREAS) conforme as necessidades de seu território, não dependendo de "autorização" federal para realizar o atendimento direto à população. (E) O isolamento dos fluxos (a separação entre o "balcão do CadÚnico" e o "atendimento técnico do PAIF") é justamente o que o Protocolo de Gestão Integrada busca combater. A integração visa evitar a fragmentação e garantir que o profissional que realiza a entrevista cadastral consiga identificar demandas que necessitam de intervenção socioassistencial imediata.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	28	8	48	C
(A) O monitoramento e a avaliação constituem atividades desenvolvidas durante a execução da parceria, não se restringindo ao momento da prestação de contas. Seu objetivo é acompanhar a implementação do objeto e subsidiar a gestão da parceria.				

(B) O monitoramento não se limita ao exame de documentos financeiros. A Lei nº 13.019/2014 prevê acompanhamento da execução do objeto, permitindo a avaliação das atividades desenvolvidas, dos resultados alcançados e da qualidade da execução. (C) CORRETA. A Lei nº 13.019/2014 estabelece que o monitoramento e a avaliação das parcerias se destinam a acompanhar a execução do objeto, aferir resultados e verificar a qualidade das ações desenvolvidas, podendo compreender, entre outras medidas, a realização de visitas técnicas pela administração pública. (D) O plano de trabalho orienta a execução da parceria e eventuais alterações relevantes dependem da observância dos procedimentos previstos na legislação e da anuência da administração pública, não podendo ser promovidas unilateralmente pela organização da sociedade civil. (E) O monitoramento e a prestação de contas possuem finalidades complementares. A realização de ações de acompanhamento durante a execução da parceria não afasta a necessidade de prestação de contas nos termos da Lei nº 13.019/2014.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	29	9	49	E
(A) A responsabilização dos autores de violações integra a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, mas não esgota a atuação estatal. O ECA e a Lei nº 15.211/2025 fundamentam deveres do poder público relacionados também à prevenção, à educação digital e à promoção de direitos. Assim, é incorreto deslocar as ações de orientação e educação digital para as instituições de ensino e as famílias, como se fossem responsabilidades alheias ao Estado. (B) A proteção no ambiente digital não se limita ao contexto escolar nem apenas aos estudantes da rede pública. As políticas públicas devem alcançar crianças e adolescentes nos diversos ambientes digitais em que interagem, não sendo compatível restringir as ações preventivas a um único espaço de socialização. (C) A legislação federal já estabelece diretrizes para a promoção da proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital. A implementação de políticas públicas não depende da edição de normas complementares pelos estados, Distrito Federal ou municípios para que o poder público desenvolva ações preventivas e educativas. (D) A atuação estatal não se limita ao atendimento de situações já identificadas de violência. A proteção integral pressupõe a conjugação de medidas preventivas, educativas, protetivas e de promoção de direitos, não podendo a formulação de estratégias permanentes de prevenção ser atribuída exclusivamente às organizações da sociedade civil. (E) CORRETA. A Lei nº 15.211/2025 reforçou a proteção integral de crianças e adolescentes no ambiente digital e, em conjunto com o ECA, fundamenta a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção de violências, à orientação e à promoção de direitos, com o objetivo de reduzir a exposição a conteúdos e práticas que possam comprometer seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	30	10	50	B
(A) De acordo com os arts. 101 e 123 do ECA, as medidas de proteção (acolhimento) e as medidas socioeducativas (internação) possuem finalidades jurídicas distintas (uma protege o adolescente em situação de vulnerabilidade, a outra responsabiliza o adolescente pela prática de ato infracional), devendo a internação ser cumprida em local distinto daquele destinado ao acolhimento. (B) CORRETA. O art. 19 do ECA garante o direito à convivência familiar e comunitária. O art. 35, inciso IX, da Lei do SINASE, reforça que um dos princípios da execução da medida socioeducativa é o “fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo”. (C) O ECA (art. 124, XI e XII) assegura escolarização, profissionalização e atividades culturais, esportivas e de lazer. A medida de internação deve garantir que o adolescente continue o seu processo de desenvolvimento educacional, não autorizando o impedimento desses direitos. A realização de atividades externas é permitida a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário (art. 121, § 1º). (D) Conforme o art. 93 do ECA, em caráter excepcional e de urgência, a entidade de acolhimento institucional poderá receber a criança ou o adolescente sem prévia determinação da autoridade competente. A própria entidade deve comunicar o fato ao Juiz da Infância e da Juventude em até 24 horas, sob pena de responsabilidade. (E) O Plano Individual de Atendimento (PIA) é obrigatório e constitui o instrumento central para a execução das medidas socioeducativas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, conforme determina o art. 52 da Lei nº 12.594/2012 (SINASE), sendo essencial para o monitoramento e a avaliação da trajetória do adolescente.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	31	11	51	A
(A) CORRETA. O Artigo 2º da LBI estabelece textualmente que a pessoa com deficiência é aquela que apresenta impedimentos de longo prazo (de natureza física, mental, intelectual ou sensorial) que, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. (B) O Brasil superou o modelo biomédico ao ratificar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e promulgar a LBI (Lei nº 13.146/2015). O atual Modelo Social entende que a deficiência não reside exclusivamente na “lesão”, mas na interação entre os impedimentos de longo prazo e as barreiras da sociedade. A normativa determina que a avaliação da deficiência, quando necessária, seja biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando fatores socioambientais e psicológicos, e não apenas clínicos. (C) Conforme o Artigo 84, § 3º da LBI, a curatela é uma medida extraordinária e de exceção, devendo a regra ser o exercício da plena capacidade civil em igualdade de condições. Além disso, o Artigo 85 restringe a curatela exclusivamente a atos de natureza patrimonial e negocial. A lei preserva o direito ao voto, ao casamento, à união estável e à preservação da própria integridade física mesmo para pessoas sob curatela, invalidando a ideia de uma "interdição total". (D) De acordo com a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), Artigo 3º, inciso I, o dever de assegurar os direitos da cidadania ao idoso é compartilhado entre a família, a sociedade e o Estado. A normativa estabelece como diretriz (Artigo 4º, III) a priorização do atendimento no seio da própria família em detrimento do atendimento asilar, ressaltando os idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência. (E) O Artigo 3º, inciso I da LBI define acessibilidade de forma ampla, abrangendo a utilização, com segurança e autonomia, não apenas de espaços e edificações, mas também de mobiliário, transportes, informação e comunicação. A legislação identifica seis tipos de barreiras a serem rompidas: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações/informações, tecnológicas e atitudinais (comportamentos que impedem a participação social).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	32	12	52	B
(A) A legislação brasileira, alinhada à Constituição Federal (art. 229) e à Lei nº 8.842/1994, estabelece que a família, a sociedade e o Estado possuem responsabilidade compartilhada. A família tem o dever de cuidado, sendo o afeto e a convivência elementos tão cruciais quanto o suporte financeiro. (B) CORRETA. A Lei nº 8.842/1994 estabelece que a família é a unidade preferencial para o atendimento ao idoso. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003, art. 3º) reafirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (C) O acolhimento em ILPI não exime a família de suas responsabilidades. O Estatuto da Pessoa Idosa mantém o dever de acompanhamento e suporte familiar, mesmo em casos de institucionalização, e a família continua sendo a rede de proteção prioritária. (D) O Estado não possui autonomia para decidir sobre a interrupção da convivência familiar baseada em divergências de opinião. O princípio da autodeterminação da pessoa idosa deve ser respeitado, e as medidas de proteção são aplicáveis quando seus direitos forem ameaçados ou violados, conforme o art. 43 do Estatuto. O poder público não possui "discrição" (liberdade de escolha) para romper vínculos afetivos ou familiares apenas porque a família não concorda com o idoso. A legislação (Lei nº 8.842/94 e o Estatuto) entende que a convivência familiar é um direito do idoso. Portanto, o Estado trabalha para preservar os vínculos, e não para				

rompê-los. As medidas protetivas previstas no art. 45, inclusive o abrigo em entidade ou temporário, podem ser determinadas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, a requerimento daquele, não decorrendo de decisão arbitrária baseada em desentendimentos pessoais.				
(E) A Política Nacional do Idoso (Art. 4º, III) determina explicitamente a priorização do atendimento ao idoso pela própria família, ressalvados os que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência. A rede de serviços (centros de convivência) é complementar e não substitutiva ao papel da família.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	33	13	53	E
(A) O Decreto nº 7.053/2009 estabelece que o Poder Público é responsável por coordenar a política e articular os serviços, integrando a rede de proteção. Não há previsão de exclusividade para organizações religiosas, e a responsabilidade de monitoramento e garantia dos direitos é inerente ao Estado. (B) A documentação civil é um instrumento importante para o exercício da cidadania e o acesso a direitos e serviços. Sua emissão não depende de prévia reinserção no mercado de trabalho formal, e sua ausência não impede o atendimento em serviços como o Centro POP. (C) A política busca a integração e a ocupação qualificada dos espaços urbanos, com o objetivo de evitar a segregação. O art. 8º do Decreto nº 7.053/2009 estabelece que a rede de acolhimento deve observar limites de capacidade e distribuição geográfica das unidades, respeitando o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos. (D) A normativa reconhece que a situação de rua é um fenômeno complexo e multicausal (pobreza, ruptura de vínculos, desemprego), não podendo ser reduzida a uma escolha individual. O Estado tem o dever de formular políticas públicas para a superação dessa condição (Art. 6º, incisos II a IV, do Decreto nº 7.053/2009). (E) CORRETA. O Art. 5º do Decreto nº 7.053/2009 define os princípios da Política Nacional, destacando expressamente o respeito à dignidade, o direito à convivência familiar e comunitária e o atendimento humanizado e universalizado. O Art. 7º, inciso I, prevê o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas das diferentes políticas públicas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	34	14	54	C
(A) O acolhimento institucional não constitui porta de entrada obrigatória para o atendimento à população em situação de rua. A rede socioassistencial dispõe de diferentes serviços, cuja utilização depende das necessidades e da adesão do usuário. (B) O Serviço Especializado em Abordagem Social desempenha papel importante na aproximação e na construção inicial de vínculos. Contudo, quando a pessoa manifesta interesse em acessar outros serviços da rede, o acompanhamento não deve permanecer restrito à abordagem social. (C) CORRETA. O Centro POP é a unidade especializada destinada ao atendimento da população em situação de rua durante o período diurno. Entre suas atribuições estão o atendimento especializado, o apoio ao acesso à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, bem como a oferta de estrutura para atender necessidades cotidianas, respeitando a autonomia do usuário e sem exigir sua inserção prévia em serviço de acolhimento. (D) Embora o CREAS desenvolva serviços especializados voltados a situações de violação de direitos, ele não é a unidade concebida para ofertar, de forma continuada, estrutura de higiene pessoal, guarda de pertences e permanência diurna destinada à população em situação de rua. Essas funções são próprias do Centro POP. (E) A recusa ao acolhimento institucional não impede o acesso aos serviços da assistência social. O atendimento socioassistencial deve respeitar a autonomia do usuário e possibilitar sua vinculação gradual à rede de proteção.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	35	15	55	D
(A) Embora a apuração da responsabilidade caiba aos órgãos competentes, a atuação do SUAS não se limita ao atendimento das necessidades materiais da família. Situações de discriminação racial podem gerar vulnerabilidades e violações de direitos que devem ser consideradas no acompanhamento socioassistencial. (B) A definição das estratégias de acompanhamento não depende da conclusão de investigação policial ou judicial. A equipe deve avaliar tecnicamente a situação apresentada e adotar os encaminhamentos cabíveis desde o atendimento inicial. (C) Os impactos econômicos são relevantes, mas a motivação discriminatória integra a análise técnica da situação por constituir elemento relacionado à violação de direitos e às vulnerabilidades vivenciadas pela família. (D) CORRETA. A discriminação racial pode configurar violação de direitos com repercussões na proteção social. Nessa hipótese, cabe à equipe do SUAS acolher a demanda, registrá-la adequadamente, considerar a discriminação na avaliação técnica, orientar a família sobre os direitos envolvidos e articular os encaminhamentos necessários junto à rede de proteção e aos órgãos competentes. (E) A legislação brasileira não condiciona a configuração dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor à ocorrência de violência física. Condutas discriminatórias que impeçam, restrinjam ou dificultem o exercício de direitos em diferentes contextos sociais, como o acesso ao trabalho, podem caracterizar infrações previstas na Lei nº 7.716/1989.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	36	16	56	A
(A) CORRETA. O Decreto nº 42.873/2021 (Art. 2º, § 1º) exige a situação de insegurança alimentar e a observância dos demais critérios de concessão. A execução segue o fluxo do SUAS, sendo o CRAS a unidade de atendimento padrão. (B) Contrária o Art. 1º da Lei nº 7.009/2021, que define o programa como de caráter emergencial, e a regulamentação que limita o ciclo de concessão. Não há natureza vitalícia. (C) O Art. 4º da Lei nº 7.009/2021 trata das atribuições do BRB, não de vedação à desarticulação. A gestão integrada de serviços e benefícios é objetivo do SUAS, não havendo fundamento para afastar a articulação apenas para impedir o acesso a diferentes formas de proteção social. (D) Contrária o Art. 2º, § 5º, da Lei nº 7.009/2021, que veda expressamente o uso do crédito para compra de bebidas alcoólicas, cigarros ou produtos que não tenham natureza estritamente alimentar. (E) A fiscalização não é atribuição exclusiva da Polícia Civil. O Art. 5º da Lei nº 7.009/2021 atribui à Sedes a coordenação, gestão e operacionalização do programa, e a Portaria Sedes nº 1/2026 disciplina a apuração de irregularidades pela unidade responsável pela fiscalização.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	37	17	57	C
(A) O Art. 1º da Lei nº 6.938/2021 delimita o objeto do auxílio. Não há previsão legal que autorize a conversão do benefício para pagamento de energia elétrica ou outras finalidades, sob pena de desvio de finalidade. (B) O Art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 42.376/2021, que regulamenta a lei distrital, determina o uso exclusivo de cartão pré-pago personalizado, sendo vedado o saque em espécie, justamente para garantir o controle da aplicação do recurso. O Art. 16 estabelece que o benefício é intransferível. (C) CORRETA. A opção espelha o Art. 1º e Art. 3º da Lei nº 6.938/2021, que definem a finalidade do programa (aquisição de botijão de gás de 13kg) e a obrigatoriedade da inscrição no CadÚnico como base de dados primária para elegibilidade no DF. (D) O Art. 4º da Lei nº 6.938/2021 centraliza a gestão na SEDES-DF. As Administrações Regionais não possuem competência legal para alterar valores de programas de transferência de renda, que dependem de dotação orçamentária e regramento centralizado. (E) O Art. 3º da Lei nº 6.938/2021 estabelece os critérios de renda e vulnerabilidade. Não existe qualquer vedação quanto à matrícula em rede pública de ensino; pelo contrário, a intersetorialidade (Educação e Assistência) é um princípio do SUAS e não deve ser usada como critério de exclusão de direitos.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	38	18	58	B
(A) O Decreto nº 42.872/2021 não estabelece vedação geral à cumulatividade com o BPC. O recebimento de outros benefícios deve ser considerado conforme as regras de renda e elegibilidade aplicáveis. (B) CORRETA. Nos Arts. 1º e 15 da Lei nº 7.008/2021 e nos Arts. 20 e 21 do Decreto nº 42.872/2021, o Plano DF Social articula transferência de renda, oferta de serviços e trabalho social com famílias para promover a autonomia e a inclusão social e produtiva. O auxílio financeiro não se encerra em si mesmo, podendo integrar-se ao acompanhamento familiar realizado pelas equipes do SUAS. (C) O Art. 10 do Decreto nº 42.872/2021 prevê a exclusão do Programa DF Social por descumprimento dos critérios do Art. 6º, relacionados ao CadÚnico, à renda e à residência no Distrito Federal. Não estabelece frequência escolar e monitoramento de saúde como condicionalidades desse programa. (D) O Plano é uma política de Estado, gerida pela SEDES-DF, sujeita ao controle social exercido pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF), conforme prevê a Lei nº 7.008/2021 e a LOAS. (E) O Art. 4º da Lei nº 7.008/2021 institui o Programa DF Social, não define a cumulatividade como regra. Não há previsão legal de renúncia automática ou de uso do CadÚnico como ferramenta para impedir a coexistência de benefícios sociais na mesma família.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	39	19	59	C
(A) A celeridade não dispensa a avaliação técnica prevista no Art. 5º do Decreto nº 35.191/2014 nem os registros administrativos pertinentes. Contudo, a ausência de documentação pessoal não impede a concessão do benefício, conforme o Art. 3º, § 3º, da Lei nº 5.165/2013, sendo vedadas comprovações complexas e vexatórias. (B) A legislação distrital não estabelece uma proibição absoluta e genérica sobre a posse de bens de pequeno valor ou de uso essencial. Os critérios consideram a renda familiar e as contingências de riscos, perdas e danos (Art. 3º da Lei nº 5.165/2013 e Art. 4º do Decreto nº 35.191/2014), e não a ausência total de qualquer patrimônio, o que exige análise técnica e não uma proibição taxativa na lei. (C) CORRETA. Conforme os Arts. 1º e 13 da Lei Distrital nº 5.165/2013, o auxílio por morte constitui provisão suplementar e provisória, concedida em pecúnia ou em bens de consumo, em parcela única. O Art. 15, II, contempla o falecimento de membro de família residente no Distrito Federal. A concessão exige avaliação técnica, conforme o Art. 5º do Decreto nº 35.191/2014. (D) Os benefícios eventuais são, por definição, temporários e pontuais (LOAS, Art. 22). Transformá-los em auxílio continuado mensal descaracteriza a natureza do benefício e viola a Lei nº 5.165/2013, que os define como provisões suplementares para enfrentar contingências. (E) A gestão dos benefícios eventuais é uma atribuição da política de assistência social. O Art. 5º do Decreto nº 35.191/2014 prevê a concessão mediante avaliação técnica de profissional que atua nas unidades da Subsecretaria de Assistência Social, não estabelecendo competência exclusiva do CRAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos Comuns (EDAS)	40	20	60	D
(A) O acesso ao Restaurante Comunitário não depende de autorização prévia emitida por unidade socioassistencial. Embora possa haver articulação com o SUAS, o funcionamento do equipamento não está condicionado ao acompanhamento por serviços da assistência social. (B) O Restaurante Comunitário não se configura como serviço de acompanhamento socioassistencial nem possui como atribuição realizar avaliação familiar ou estabelecer planos de acompanhamento. Sua finalidade está relacionada à oferta de refeições adequadas a preços subsidiados, podendo atuar de forma articulada com outras políticas públicas e com a rede de proteção social. (C) A principal oferta do Restaurante Comunitário consiste no fornecimento de refeições prontas. A distribuição de gêneros alimentícios para preparo doméstico não caracteriza a finalidade desse equipamento. (D) CORRETA. Os Restaurantes Comunitários integram a política de segurança alimentar e nutricional, ofertando refeições nutricionalmente adequadas a preços subsidiados. Sua atuação pode ser articulada com a rede socioassistencial e outras políticas públicas para ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade ao Direito Humano à Alimentação Adequada. (E) Os Restaurantes Comunitários não integram a modalidade de benefícios eventuais do SUAS nem possuem atribuição de realizar concessão ou avaliação de elegibilidade desses benefícios. Constituem equipamentos da política de segurança alimentar e nutricional voltados à oferta de refeições subsidiadas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	41	21	1	E
(A) Ameaça é um fator externo que pode dificultar o alcance dos objetivos da organização ou gerar riscos ao seu desempenho. A diversidade de imóveis (variável X) é um fator externo, mas não se classifica como uma ameaça. Fraqueza é um fator interno que representa uma limitação ou deficiência da organização, reduzindo sua capacidade de atingir seus objetivos. Nesse sentido, a variável Y apresenta uma fraqueza, no entanto, a variável Z remete-se a um fator negativo externo, não sendo, assim, classificada como fraqueza. (B) Força consiste em um fator interno que representa uma capacidade, recurso ou vantagem da organização, favorecendo o alcance de seus objetivos. A diversidade de imóveis (variável X) é um fator externo, logo, não se classifica como força. A variável Z apresenta uma ameaça, no entanto, a variável Y é um fator interno, logo, não se classifica como ameaça. (C) As variáveis X e Z se remetem a fatores externos, assim, não se classificam como força ou fraqueza. Apenas a variável Y apresenta uma fraqueza. (D) Oportunidade consiste em um fator externo que oferece condições favoráveis e pode ser aproveitado pela organização para melhorar seus resultados ou alcançar seus objetivos. Assim, a variável X apresenta uma oportunidade. Contudo, a variável Y remete-se a um fator interno, logo, não se classifica como ameaça. A variável Z remete-se a um fator externo, logo, não se classifica como fraqueza. (E) CORRETA. A diversidade de imóveis (variável X) é um fator externo que oferece condições favoráveis à Sedes/DF para implantação de uma nova unidade do Centro Pop, assim, é uma oportunidade. As fortes restrições orçamentárias e financeiras (variável Y) constituem uma limitação interna e negativa, logo, uma fraqueza. A redução significativa no número de fornecedores (variável Z) é um fator externo que pode dificultar o alcance dos objetivos da organização, sendo, assim, classificada como ameaça.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	42	22	2	D
(A) Essa é uma característica da Administração Clássica e da Teoria da Burocracia, nas quais as decisões são centralizadas na alta administração. Na Administração por Objetivos, os objetivos não são impostos exclusivamente pela alta gestão, mas definidos de forma conjunta com os envolvidos. (B) Os servidores participam da definição dos objetivos, mas estes devem estar alinhados às diretrizes da alta gestão. (C) A Administração por Objetivos não prevê que cada servidor estabeleça objetivos de forma isolada, mas sim em alinhamento com os objetivos organizacionais. (D) CORRETA. A Administração por Objetivos baseia-se na definição conjunta de metas entre gestores e equipes, promovendo alinhamento, comprometimento e avaliação dos resultados. (E) Embora a sociedade possa contribuir com informações e necessidades, a definição dos objetivos na APO é responsabilidade da organização, envolvendo gestores e servidores.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	43	23	3	C
(A) A estrutura matricial caracteriza-se pela flexibilidade e pela formação de equipes conforme projetos e necessidades. (B) A estrutura matricial busca descentralizar a tomada de decisão para dar agilidade aos projetos. (C) CORRETA. Uma forte característica da departamentalização matricial é a dupla subordinação. Esse arranjo permite o compartilhamento flexível de recursos entre projetos. (D) A subordinação a um único gestor e a ausência de compartilhamento de recursos contrariam as características da estrutura matricial, marcada pela dupla subordinação e pelo compartilhamento de recursos entre projetos. (E) A existência de gestores é indispensável na estrutura matricial para negociar recursos e prioridades.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	44	24	4	B
(A) Os indicadores não devem ser alterados apenas porque os resultados não atenderam à meta. A revisão dos indicadores só é adequada quando eles deixam de representar corretamente o desempenho estratégico. (B) CORRETA. O Balanced Scorecard é uma ferramenta de gestão que subsidia a tomada de decisões. Antes de adotar medidas corretivas, o gestor deve identificar as causas do problema para definir a intervenção mais adequada. (C) Essa decisão é precipitada, pois um indicador desfavorável, por si só, não demonstra que o sistema seja a causa do problema. (D) A revisão dos objetivos e das metas faz parte do processo de planejamento estratégico, mas deve ocorrer quando a análise indicar mudanças no contexto ou inadequação da estratégia, e não como resposta imediata a um indicador insatisfatório. (E) A substituição dos responsáveis pelo atendimento sem investigação é inadequada, pois o problema pode decorrer de processos, recursos ou outros fatores, e não necessariamente do desempenho da equipe.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	45	25	5	C
(A) A amplitude de controle refere-se ao número de subordinados que um gestor supervisiona. Esse aspecto não explica diretamente a resistência da equipe à implementação de novas tecnologias ou processos. (B) A cadeia escalar refere-se à linha formal de autoridade e comunicação na organização. O problema apresentado se relaciona com a resistência à mudança, e não com a hierarquia institucional. (C) CORRETA. A cultura organizacional reflete os valores, crenças e hábitos compartilhados pelos membros da organização. A preferência por práticas já consolidadas e a resistência às novas tecnologias ou processos evidenciam a necessidade de atuar sobre a cultura organizacional e promover a gestão da mudança. (D) A departamentalização trata da forma como as atividades são agrupadas na organização. Ela não explica diretamente a baixa adesão a novas tecnologias ou processos. (E) A estrutura organizacional define a distribuição de responsabilidades, autoridade e níveis hierárquicos. O caso não indica problemas estruturais, mas sim de comportamento e aceitação da mudança.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	46	26	6	A
(A) CORRETA. O diagrama de Ishikawa, também conhecido como diagrama de causa e efeito ou diagrama espinha de peixe, é uma ferramenta da gestão da qualidade utilizada para identificar e organizar as possíveis causas de um problema. Ele facilita a busca pela causa raiz. (B) O fluxograma é utilizado para representar graficamente a sequência de atividades, decisões e etapas de um processo de trabalho. Sua finalidade é descrever o fluxo de processos, e não identificar e organizar causas de um problema. (C) O gráfico de controle monitora o comportamento de um processo ao longo do tempo, permitindo verificar sua estabilidade e identificar variações. Não é utilizado para organizar e analisar as possíveis causas de um problema. (D) O histograma é uma ferramenta estatística utilizada para representar a distribuição e frequência de dados. Seu objetivo é analisar a variabilidade e o comportamento de informações quantitativas, não analisar as causas de um problema. (E) O organograma é a representação gráfica da estrutura organizacional, evidenciando os órgãos, os níveis hierárquicos e as relações de subordinação e autoridade entre as unidades da organização. É o instrumento adequado para representar gabinetes, subsecretarias, diretorias e gerências.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	47	27	7	E
(A) O fluxograma é uma ferramenta que auxilia a análise de processo enquanto o organograma representa a estrutura hierárquica da organização. Assim, o organograma não substitui a função do fluxograma na análise de processos. (B) Não há elementos que indiquem excesso de centralização das decisões. O atraso decorre da permanência dos processos em filas de espera entre as unidades, e não do nível de descentralização da organização. (C) O enunciado informa que todas as etapas atendem às exigências legais e agregam valor. Assim, não há evidências de que as exigências legais sejam a causa dos atrasos. (D) O número de fases, por si só, não caracteriza um processo ineficiente. Como todas as fases agregam valor e possuem baixa duração, eliminar fases indiscriminadamente pode comprometer o processo sem resolver a causa dos atrasos. (E) CORRETA. Os maiores atrasos ocorrem porque os processos permanecem vários dias aguardando análise entre as unidades. Isso evidencia um problema de filas, gargalos ou distribuição do trabalho, e não da quantidade ou duração das etapas do processo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	48	28	8	C
(A) A identificação de riscos é uma etapa do planejamento, mas não é suficiente. A gestão de projetos também demanda a análise dos riscos, a definição de estratégias de resposta e o monitoramento contínuo durante a execução. (B) A gestão de riscos deve antecipar possíveis eventos e prever respostas. Os riscos devem ser identificados e analisados durante o projeto, e não apenas ao final da execução. Para as ameaças, as respostas podem buscar reduzir a probabilidade de ocorrência ou seus impactos. (C) CORRETA. O gerenciamento de riscos envolve identificar, analisar, planejar respostas, implementar as ações previstas e monitorar os riscos ao longo de todo o projeto, aumentando a probabilidade de sucesso. (D) O gerenciamento de riscos abrange diversas categorias, como riscos financeiros, operacionais, técnicos, legais, ambientais e organizacionais. Limitar a análise aos riscos financeiros contraria as boas práticas de gestão de projetos. (E) O planejamento das respostas aos riscos integra o planejamento do projeto, não devendo ser adiado para a fase de monitoramento e controle. Essas respostas podem ser atualizadas ao longo do projeto.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	49	29	9	D
(A) O enunciado não apresenta indícios de problemas com as aquisições do projeto. (B) A gestão do escopo define as entregas e os limites do projeto. O enunciado não apresenta problemas relacionados às entregas do projeto. (C) A gestão da qualidade busca assegurar que as entregas atendam aos requisitos estabelecidos. O enunciado não indica falhas nesse aspecto. (D) CORRETA. As boas práticas de gestão de projetos recomendam identificar e engajar as partes interessadas para evitar resistências e facilitar a implementação das mudanças. (E) Embora a resistência às mudanças possa ser considerada um risco organizacional, o enunciado evidencia principalmente a ausência de envolvimento com as equipes afetadas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	50	30	10	E
(A) A existência de disponibilidade financeira e a autorização do ordenador de despesas não afastam a obrigatoriedade de observar os estágios da despesa pública. Como regra, o pagamento somente pode ocorrer após o empenho e a liquidação. (B) A natureza da despesa (corrente ou de capital) não altera a sequência dos estágios da despesa pública. (C) A autorização do órgão central de finanças não permite afastar as normas que disciplinam a execução da despesa pública. A ordem dos estágios da despesa é definida em lei e não pode ser alterada por decisão administrativa. (D) A justificativa apresentada está errada. O pagamento não depende do encerramento do exercício financeiro, mas da realização prévia do empenho e da liquidação da despesa. (E) CORRETA. A execução da despesa pública deve seguir a sequência de empenho, liquidação e pagamento. A liquidação consiste na verificação do direito do credor, mediante a comprovação da entrega do bem ou da prestação do serviço, sendo requisito para a realização do pagamento. Embora o art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 admita excepcionalmente o pagamento antecipado, o enunciado não apresenta os requisitos legais para sua adoção. Portanto, efetuar o pagamento logo após a assinatura do contrato, nas condições propostas, é incompatível com a execução regular da despesa pública.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	51	31	1	A
(A) CORRETA. Os registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial devem ser realizados em conformidade com as normas aplicáveis. A omissão de informações para alterar indicadores é incompatível com os princípios que orientam a utilização do SIAFEM-DF e não pode ser legitimada por autorização da chefia ou de órgãos de controle. (B) A realização dos registros obrigatórios no SIAFEM-DF não depende de autorização do órgão central de planejamento. Os registros devem observar a legislação e refletir os atos e fatos da gestão. (C) A eventual existência de uma comissão interna não condiciona a realização dos registros contábeis e financeiros. (D) As autorizações verbais não se sobrepõem ao dever de registro legal no sistema. (E) O registro não deve ser protelado aguardando verificações futuras.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	52	32	12	B
(A) O simples fato de o pagamento ocorrer em exercício financeiro posterior não transforma a despesa em Despesa de Exercícios Anteriores (DEA). Uma despesa regularmente empenhada, liquidada e inscrita em Restos a Pagar Processados mantém essa classificação até sua quitação ou cancelamento. (B) CORRETA. Os restos a pagar processados correspondem a despesas empenhadas e liquidadas cujo pagamento foi postergado para exercício seguinte. A mera mudança de exercício financeiro não autoriza sua reclassificação como Despesa de Exercícios Anteriores. (C) A autorização do ordenador de despesas e a disponibilidade financeira não alteram a natureza da obrigação. A classificação entre Restos a Pagar e Despesa de Exercícios Anteriores decorre da legislação, e não de decisão administrativa. (D) A indisponibilidade financeira não constitui fundamento para converter Restos a Pagar em Despesa de Exercícios Anteriores. (E) O tempo transcorrido entre a inscrição em Restos a Pagar e o pagamento não define sua classificação. A natureza da despesa depende dos requisitos legais, e não do período de espera para sua quitação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	53	33	13	C
(A) Considera apenas a despesa com pessoal e encargos sociais, desconsiderando os juros da dívida, que também integram as despesas correntes. (B) Esse valor não corresponde à soma das despesas classificadas como correntes, mas à soma de Pessoal e Encargos Sociais adicionando as Inversões Financeiras. (C) CORRETA. Corresponde à soma das despesas de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 140 milhões) e Juros da Dívida (R\$ 12 milhões), ambas classificadas como Despesas Correntes. (D) Esse valor resulta da soma de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 140 milhões) com Investimentos (R\$ 38 milhões), desconsiderando os Juros da Dívida. Os Investimentos pertencem à categoria de Despesas de Capital e não devem compor o total das despesas correntes. (E) Corresponde à soma de todas as despesas apresentadas no enunciado, incluindo despesas correntes e de capital. A questão, entretanto, solicita apenas o total das Despesas Correntes.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	54	34	14	B
(A) O problema identificado na pesquisa de clima está relacionado à cooperação e ao engajamento entre unidades. Instituir rodízio obrigatório de servidores entre todas as unidades, independentemente de suas atribuições e da continuidade dos serviços, pode desestruturar o serviço e não garante a solução do problema. (B) CORRETA. A comunicação eficiente, a integração entre equipes e uma liderança atuante são fatores fundamentais para melhorar o clima organizacional, estimular a cooperação e aumentar o engajamento dos servidores. A medida atua diretamente sobre os fatores apontados pela pesquisa. (C) Estabelecer metas competitivas por unidade, vinculando o reconhecimento ao desempenho isolado de cada equipe, pode gerar concorrência, cobrança excessiva entre equipes e frustração, em vez de um ambiente colaborativo, logo, não soluciona diretamente problemas relacionados à cooperação entre unidades e ao relacionamento organizacional. (D) Restringir as reuniões de alinhamento às chefias e manter a comunicação exclusivamente vertical não garante a melhoria do clima nem do engajamento, podendo agravar os problemas identificados. (E) A criação de um canal destinado ao recebimento de manifestações individuais pode complementar a escuta dos servidores, mas não deve substituir o diálogo entre as unidades, necessário para fortalecer a cooperação e o engajamento das equipes.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	55	35	15	A
(A) CORRETA. A otimização do uso dos recursos e a redução de custos representam melhoria da eficiência, enquanto o não atingimento das metas e dos objetivos finalísticos indica que os resultados planejados não foram alcançados integralmente, logo, não houve eficácia. (B) O enunciado menciona otimização do uso dos recursos e redução de custos, o que caracteriza eficiência. Além disso, as metas e os objetivos pretendidos não foram alcançados, indicando falta de eficácia. (C) Embora tenha obtido eficiência na utilização dos recursos e na redução de custos, não se atingiram plenamente os objetivos pretendidos, portanto não houve eficácia. (D) A efetividade está relacionada aos impactos reais das ações na sociedade. O enunciado não apresenta informações sobre esses impactos, não sendo possível afirmar que se alcançou efetividade. (E) Há ausência de eficácia, pois as metas e os objetivos pretendidos não foram alcançados. O enunciado menciona otimização do uso dos recursos e redução de custos, o que caracteriza eficiência. A efetividade está relacionada aos impactos reais das ações na sociedade, sobre os quais não foram apresentadas informações. Portanto, não é possível afirmar a presença simultânea das três dimensões.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	56	36	16	D
(A) A cultura organizacional envolve valores, crenças e padrões consolidados ao longo do tempo. A adoção de novas práticas de gestão pode influenciar a cultura gradualmente, mas mudanças em poucos meses não significam sua completa transformação. (B) A satisfação dos servidores indica uma mudança positiva no clima organizacional, mas a cultura continua influenciando comportamentos, decisões e formas de atuação dentro da organização. (C) Clima e cultura possuem dinâmicas diferentes. O clima pode ser alterado mais rapidamente por mudanças na gestão, enquanto a cultura depende da consolidação de novos valores e práticas. (D) CORRETA. O clima organizacional é moldado pelas percepções imediatas dos servidores sobre o ambiente de trabalho e pode ser influenciado rapidamente por novas práticas de liderança, comunicação e reconhecimento. Já a cultura organizacional é mais profunda e resistente a mudanças. (E) A existência de hierarquia não impede necessariamente um clima organizacional positivo. Organizações hierarquizadas podem apresentar bons níveis de satisfação quando possuem comunicação adequada, liderança eficiente e práticas de valorização dos servidores.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	57	37	17	A
(A) CORRETA. A avaliação de desempenho possui dupla finalidade: monitorar/controlar resultados e servir como instrumento para desenvolvimento profissional, planejamento de capacitações e melhoria da gestão pública. Usá-la exclusivamente para fins disciplinares desvirtua o processo, transformando uma ferramenta pedagógica e gerencial em mero mecanismo punitivo. (B) Essa não é a função principal da avaliação de desempenho. O processo deve reconhecer potencialidades, orientar melhorias, fornecer feedback e apoiar decisões de desenvolvimento, não sendo um mero mecanismo punitivo. (C) A gestão por competências não prioriza o controle punitivo. Pelo contrário, ela busca alinhar conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores aos objetivos organizacionais, incluindo desenvolvimento e aprimoramento profissional. (D) Identificar desempenhos insatisfatórios faz das ações de capacitação algo mais necessário, e não dispensável. O resultado de uma avaliação deve justamente subsidiar diagnósticos de treinamento para corrigir falhas e aprimorar a atuação do servidor. (E) A avaliação de desempenho traz diagnósticos que vão além do indivíduo. Ela subsidia melhorias na dinâmica das equipes, no fluxo dos processos de trabalho, na redistribuição de tarefas e no planejamento estratégico global da gestão.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	58	38	18	C
(A) Adotar uma postura passiva é inadequado, pois o conflito já ultrapassou a esfera pessoal e está afetando diretamente a qualidade do serviço público prestado ao cidadão. Conflitos que afetam o trabalho devem ser acompanhados e gerenciados. (B) Conversar separadamente e, em seguida, definir a solução pela chefia caracteriza uma resolução unilateral. Isso pode não resolver o ressentimento interpessoal e pode gerar resistência de ambas as partes. (C) CORRETA. A mediação por meio do diálogo permite identificar as causas do conflito, melhorar a comunicação entre os servidores e construir uma solução compartilhada, contribuindo para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável. (D) Redistribuir atividades para afastar os servidores é uma técnica de esquiva, que não trata as causas do conflito. Além disso, pode gerar novos problemas relacionados à equipe, motivação e distribuição de trabalho. (E) Estabelecer previamente regras de convivência e metas de comportamento, sem ouvir os envolvidos, limita a construção compartilhada da solução. Diante da disposição dos servidores para dialogar, o gestor deve buscar compreender a situação e promover a mediação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	59	39	19	A
(A) CORRETA. As políticas de carreira devem incentivar comportamentos e competências compatíveis com os objetivos institucionais. Se a organização busca inovação, mas reconhece apenas o tempo de serviço, pode haver desalinhamento entre a gestão de pessoas e a estratégia organizacional. (B) O tempo de serviço pode reconhecer experiência e permanência, mas, isoladamente, não estimula necessariamente inovação, desenvolvimento de competências ou melhoria contínua dos processos. (C) O plano de carreira influencia incentivos, expectativas e oportunidades de desenvolvimento, podendo afetar a motivação e os comportamentos dos servidores. (D) Capacitar os servidores sem oferecer contrapartidas, reconhecimento ou oportunidades de ascensão atreladas ao novo aprendizado pode reduzir a eficácia do treinamento. (E) A gestão por competências pressupõe integração entre desenvolvimento profissional, avaliação, reconhecimento e políticas de carreira. As ações de capacitação devem estar alinhadas aos objetivos organizacionais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Administração)	60	40	20	D
(A) Com base nos princípios éticos e constitucionais, o dever do agente público é de agir prontamente contra qualquer tipo de violação de direitos ou preconceito. (B) A capacitação posterior não anula nem substitui a obrigação legal de apurar faltas disciplinares. (C) A discriminação por identidade de gênero ou orientação sexual é ilícita e inaceitável por si só, independentemente de afetar ou não os indicadores ou o "funcionamento" da unidade. (D) CORRETA. Com base nos princípios éticos e constitucionais, o gestor deve interromper a conduta discriminatória, promovendo um ambiente igualitário, bem como deve orientar os servidores e assegurar atendimento baseado no respeito à dignidade e à diversidade. (E) Medidas educativas e de prevenção de conflitos não precisam (e não devem) ser condicionadas ao encerramento de um processo administrativo disciplinar.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	41	21	1	C
(A) O reconhecimento da VPA, pelo regime de competência, e a arrecadação (receita orçamentária) não precisam coincidir no tempo — é justamente a possibilidade de dessincronização entre os dois enfoques que a questão testa. (B) Inverte os regimes: caixa é do orçamentário, competência é do patrimonial. (C) CORRETA. Reproduz literalmente o art. 35, I, da Lei nº 4.320/64 e o tratamento do MCASP para o enfoque orçamentário. (D) Conforme o art. 39 da Lei nº 4.320/64, a arrecadação desse crédito é registrada como receita orçamentária. No enfoque patrimonial, quando o crédito e a correspondente VPA já foram reconhecidos, sua arrecadação representa apenas uma permutação patrimonial, sem nova VPA. (E) Exige indevidamente a sincronização dos enfoques: o reconhecimento da VPA pode ocorrer antes, no momento ou depois da arrecadação da receita orçamentária.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	42	22	2	D
(A) A padronização atende a múltiplos usuários, não apenas financiadores externos. MCASP, Parte IV, item 2.2 — Objetivos do PCASP. (B) Informações orçamentárias não se "segregam" em contas de ativo e passivo (que são contas patrimoniais). (C) Contém uma afirmação institucionalmente incorreta (afronta ao pacto federativo). (D) CORRETA. A consolidação nacional das contas públicas é, de fato, um dos objetivos expressamente declarados do PCASP no MCASP. (E) Inverte o propósito do PCASP, que é justamente integrar os controles orçamentário, patrimonial e de custos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	43	23	3	E
(A) Erro por inversão da regra: afirma que a apresentação item a item é obrigatória e a base líquida é vedada, quando a norma determina a apresentação líquida dos resultados das alienações, com apresentação separada dos ganhos e das perdas materiais. (B) Veículos vendidos por valor superior ao contábil geram ganho, não perda; impressoras baixadas por valor inferior ao contábil geram perda, não ganho. Além disso, o conceito de "postergar por prudência" não tem amparo na norma. (C) A vedação à compensação não é absoluta. (D) A dispensa de divulgação individualizada não é automática; depende da materialidade dos itens. (E) CORRETA. A NBC TSP 11 (R1) trata da vedação geral à compensação, mas estabelece uma exceção específica, que está reproduzida na questão.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	44	24	4	D
(A) A norma prevê exatamente o contrário, admitindo reclassificação para não circulante quando a carência é concedida nos termos exigidos. (B) Inverte a lógica temporal da norma: o que importa é que a carência seja concedida até a data das demonstrações contábeis, não que ela anteceda o próprio descumprimento. (C) Confunde o requisito da norma com o de eventos subsequentes. Aqui a carência foi concedida antes da data das demonstrações (dezembro de 2027, antes de 31/12/2027), não depois. (D) CORRETA. Reproduz a regra da NBC TSP 11 (R1) sobre covenants e período de carência. (E) Erro por eliminar a relevância de eventos posteriores ao descumprimento.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	45	25	5	B
(A) A norma não trata como usuários primários todos os agentes que se beneficiam da informação. (B) CORRETA. O Capítulo 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual (R1) estabelece que os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e os provedores de recursos (contribuintes, doadores, credores etc.), bem como seus representantes (membros do Poder Legislativo). (C) A norma não usa "impacto econômico ou social da entidade" como critério, e sim a condição de usuário dos serviços ou provedor de recursos, ou de seu representante, considerando a dependência das informações dos RCPGs. (D) Cidadãos são usuários primários tanto na condição de usuários de serviços quanto na de provedores de recursos (via tributos), independentemente de pagamento direto e específico por um serviço. (E) Credores por empréstimos costumam ser enquadrados como provedores de recursos, portanto potencialmente usuários primários, e não excluídos dessa categoria.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	46	26	6	B
(A) A comunicação pública não cria obrigação da entidade perante si mesma nem satisfaz automaticamente os requisitos de uma obrigação presente. (B) CORRETA. A NBC TSP Estrutura Conceitual (R1) reconhece que passivos podem surgir de obrigações não legalmente vinculantes (obrigações construtivas). Essas obrigações apresentam cumulativamente três características: (i) a entidade indica a outras partes, por práticas passadas, políticas publicadas ou declaração específica, que aceitará certas responsabilidades; (ii) essa indicação cria uma expectativa válida de que cumprirá essas responsabilidades; e (iii) a entidade tem pouca ou nenhuma alternativa realista para evitar a liquidação da obrigação. O mero anúncio político, por si só, dificilmente satisfaz esses critérios de forma automática. (C) A Estrutura Conceitual não condiciona toda obrigação presente à aprovação orçamentária formal. (D) A própria Estrutura Conceitual admite expressamente obrigações não legalmente vinculantes como passivo. (E) O estágio de aprovação orçamentária e a natureza do evento passado estão entre os elementos analisados em conjunto para avaliar a existência de obrigação presente.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	47	27	7	C
(A) A liquidação não antecede o empenho. (B) O pagamento deve ocorrer após a regular liquidação. (C) CORRETA. Os três estágios da execução da despesa pública previstos na Lei nº 4.320/1964 são, nesta ordem: empenho, liquidação e pagamento. (D) O pagamento não antecede o empenho e a liquidação. (E) O empenho deve anteceder a liquidação e o pagamento.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	48	28	8	A
(A) CORRETA. O art. 41, I, da Lei nº 4.320/1964 estabelece que os créditos suplementares se destinam ao reforço de dotação orçamentária. A manutenção da frota já possui dotação na Lei Orçamentária Anual, mas seu valor é insuficiente para cobrir os gastos remanescentes do exercício. (B) A celebração de convênio com a União não caracteriza, por si só, situação que justifique crédito extraordinário. Não existindo dotação específica para a despesa descrita, cabe crédito especial.				

(C) Na situação de calamidade descrita, o atendimento de despesas urgentes e imprevistas enquadra-se na hipótese de crédito extraordinário prevista no art. 41, III, da Lei nº 4.320/1964.				
(D) A despesa com décimo terceiro é previsível e ordinária e integra as despesas de pessoal. A ausência de rubrica exclusiva para esse pagamento não caracteriza, por si só, a necessidade de crédito especial. O décimo terceiro é uma despesa de pessoal, dentro da LOA.				
(E) O reforço de dotação orçamentária existente é realizado por crédito suplementar, e não especial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	49	29	9	C
(A) O baixo endividamento e a disponibilidade financeira no exercício inicial não dispensam a demonstração da origem dos recursos para custeio da despesa nem as compensações exigidas pela LRF.				
(B) Simples autorização na LOA não substitui os requisitos específicos do art. 17 da LRF.				
(C) CORRETA. O cenário descrito enquadra-se na definição de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC) do art. 17, caput, da LRF: despesa corrente derivada de lei que fixa obrigação legal de execução por período superior a dois exercícios. Sua criação exige estimativa de impacto orçamentário-financeiro, demonstração da origem dos recursos e comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais, com compensação dos efeitos financeiros nos períodos seguintes por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa.				
(D) A declaração do ordenador quanto à adequação orçamentária e financeira com a LOA e à compatibilidade com o PPA e a LDO é exigência do art. 16, II, para a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, mas é insuficiente para a DOCC.				
(E) A despesa não pode ser executada imediatamente após a publicação da lei sem o cumprimento prévio dos requisitos do art. 17.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	50	30	10	E
(A) Quem estabelece as metas fiscais de resultado primário e nominal é a LDO, por meio do Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º, LRF) — não o PPA.				
(B) O princípio da exclusividade (art. 165, § 8º, CF/88) de fato veda que a LOA contenha matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, mas a própria Constituição excetua expressamente dessa vedação a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.				
(C) O Anexo de Riscos Fiscais integra a LDO (art. 4º, § 3º, LRF), não o PPA.				
(D) O PPA é peça de planejamento plurianual e não se converte em instrumento de execução orçamentária anual na ausência de sanção da LOA.				
(E) CORRETA. Três funções específicas da LDO: dispor sobre alterações na legislação tributária (art. 165, § 2º, da CF/88), estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (idem) e abrigar o Anexo de Metas Fiscais (art. 4º, § 1º, da LRF).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	51	31	1	A
(A) CORRETA. A própria Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00 (R2)) estabelece expressamente que ela não é um pronunciamento propriamente dito e que, em caso de conflito entre a Estrutura Conceitual e qualquer Pronunciamento, Interpretação ou Orientação específica, prevalece o documento específico.				
(B) A prudência foi de fato reinserida na revisão de 2018 da Estrutura Conceitual (após ter sido retirada da versão de 2010), mas o próprio texto é explícito ao afastar qualquer equivalência com o conservadorismo tradicional.				
(C) A Estrutura Conceitual define como usuários primários os investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores — e não “a sociedade em geral”.				
(D) A Estrutura Conceitual (CPC 00) não foi a primeira norma internacional do IASB aprovada no Brasil após a criação do CPC. O CPC 01, sobre redução ao valor recuperável de ativos, já havia sido aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, antes da aprovação da Estrutura Conceitual pela Deliberação CVM nº 539/2008. Além disso, a Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito.				
(E) A Estrutura Conceitual não substitui a necessidade de normas específicas nem contém toda a teoria contábil.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	52	32	12	A
(A) CORRETA. O CPC 00 (R2) estabelece que a demonstração do resultado é a fonte primária de informação sobre o desempenho da entidade no período, e que, como regra geral, todas as receitas e despesas são incluídas nessa demonstração.				
(B) Receita (income, em sentido amplo) exclui os aumentos de patrimônio líquido decorrentes de contribuições dos detentores de direitos sobre o patrimônio (ex.: aporte de capital pelos sócios) — não de distribuições.				
(C) A prudência reintroduzida na revisão de 2018 exige cautela em condições de incerteza, mas sem abandonar a neutralidade — ou seja, sem viés predeterminado para subavaliar ou superavaliar elementos.				
(D) A Estrutura Conceitual não estabelece a passagem do tempo como critério preferencial de reconhecimento de despesas. A associação com receitas (confrontação/matching) decorre do reconhecimento de mudanças nos ativos e passivos, não constituindo objetivo da Estrutura Conceitual.				
(E) O CPC 00 (R2) trata receita em sentido amplo como abrangendo tanto receitas propriamente ditas quanto ganhos, e despesa como abrangendo despesas propriamente ditas e perdas, sem exigir definição separada nem segregação obrigatória.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	53	33	13	E
(A) Se a mensuração for a valor justo, o valor de liquidação contratual não determina, por si só, o valor contábil do passivo; o que importa, nessa situação, é o valor presente dos fluxos futuros descontados à taxa de mercado vigente.				
(B) O aumento do risco de crédito da própria empresa (risco de inadimplência) também poderia reduzir o valor justo do passivo — mas o enunciado trata do aumento das taxas de juros de mercado para obrigações semelhantes, desconsiderados outros fatores, que reduz o valor presente do passivo, não o aumenta.				
(C) Os juros contratuais de um empréstimo com taxa fixa não se alteram em função das taxas de mercado após a contratação — essa é justamente a natureza de uma obrigação a taxa fixa.				
(D) Acerta a direção do efeito (diminuição do valor do passivo), mas erra ao afirmar que não há efeito no resultado.				
(E) CORRETA. Do ponto de vista da empresa devedora, essa redução no valor justo do passivo representa, contabilmente, um ganho (redução de uma obrigação registrada), reconhecido no resultado do período, caso o passivo esteja classificado a valor justo por meio do resultado (VJR). Essa lógica é contraintuitiva.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	54	34	14	E
(A) A Estrutura Conceitual não trata relevância e comparabilidade como características concorrentes que se excluem mutuamente.				
(B) A organização de elementos contábeis com características compartilhadas (agregação e classificação) é uma técnica legítima de comunicação eficaz prevista na Estrutura Conceitual, mas ela não se confunde com compensação.				
(C) A compensação, via de regra, não aumenta a compreensibilidade das demonstrações contábeis — pelo contrário, a Estrutura Conceitual reconhece que a compensação tende a reduzir a capacidade do usuário de compreender as transações.				

(D) A representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. A própria Estrutura Conceitual reconhece que estimativas contábeis frequentemente envolvem incerteza de mensuração, e que uma informação pode ser fidedigna mesmo sujeita a essa incerteza, desde que ela seja descrita e divulgada com clareza e precisão quanto à natureza e às limitações da estimativa, e que não haja erros na escolha e na aplicação do processo utilizado para chegar à estimativa. (E) CORRETA. A opção reproduz, com fidelidade, o próprio texto da Estrutura Conceitual: as características qualitativas (fundamentais — relevância e representação fidedigna — e de melhoria — comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade) servem justamente para identificar os tipos de informação que tendem a ser mais úteis aos usuários primários na tomada de decisões.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	55	35	15	A
(A) CORRETA. Quando o índice inicial é maior que 1 (ativo circulante maior que passivo circulante), subtrair o mesmo valor do numerador e do denominador aumenta o índice. Isso ocorre porque a diferença absoluta entre AC e PC (no caso, R\$ 500) permanece constante, mas essa diferença passa a representar uma proporção maior em relação a uma base menor (o novo PC, menor). (B) Nem toda operação envolvendo débito e crédito em contas de curto prazo é neutra para o índice de liquidez corrente. (C) Ignora que o denominador (passivo circulante) também diminui no mesmo valor absoluto. (D) O efeito sobre o índice não depende de o valor pago ser “superior ao saldo remanescente do passivo circulante” — essa condição não tem relação lógica com a direção do efeito. (E) O pagamento de empréstimo não afeta o patrimônio líquido.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	56	36	16	C
(A) Vide C (B) Vide C (C) CORRETA. A fórmula do método indireto parte do lucro líquido e faz os ajustes necessários para eliminar efeitos que não representam entrada ou saída efetiva de caixa: $FCO = \text{Lucro líquido} + \text{Despesas não desembolsáveis} - \text{Aumento no capital de giro líquido operacional}$ Aplicando os dados do enunciado: $FCO = 100 + 80 - 40 = 140$ (D) Vide C (E) Vide C				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	57	37	17	E
(A) A opção afirma que a redução de preço “elimina integralmente” a margem de contribuição, o que só ocorreria se o novo preço (R\$ 80) se igualasse ao custo variável unitário (R\$ 50) — o que não é o caso. (B) A questão informa expressamente que a inadimplência esperada do ente público é nula e que não há custo financeiro material associado ao prazo adicional de recebimento. Portanto, o aumento do prazo médio de recebimento, isoladamente, não deve ser tratado como fator que compromete a decisão. (C) O que importa para a decisão é a margem de contribuição unitária remanescente após o desconto, que é positiva e, aplicada ao volume adicional, aumenta o resultado nas condições do enunciado. (D) A venda ser interessante não exige aumento dos custos fixos. No caso, a ausência desse aumento (conforme informado no enunciado) permite que a margem de contribuição do volume incremental aumente o resultado. (E) CORRETA. Nas condições do enunciado, a decisão de aceitar ou não um pedido adicional depende de a margem de contribuição unitária da operação adicional ser positiva ou negativa. No caso, é positiva em R\$ 30 por unidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	58	38	18	C
(A) Trata a Lei de Newcomb-Benford como “norma de auditoria de observância obrigatória” (não é norma, é técnica analítica opcional) e trata o desvio estatístico como “evidência suficiente”. (B) Nega indevidamente a aplicabilidade da técnica à auditoria governamental. (C) CORRETA. A Lei de Newcomb-Benford serve como procedimento de identificação de anomalias (red flags) em auditoria, não como prova conclusiva de fraude. (D) Elimina a necessidade de evidência adicional e presume que a análise estatística, isoladamente, autoriza acionamento imediato da autoridade policial. (E) A distribuição uniforme não corresponde à distribuição esperada pela Lei de Newcomb-Benford nos conjuntos de dados aos quais ela se aplica. Há também um erro conceitual de dispensar análise complementar.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	59	39	19	B
(A) A opinião sem modificação exige evidência suficiente e apropriada para fundamentar a conclusão de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes. A obtenção de evidência sobre “a maior parte” das demonstrações não assegura, por si só, essa conclusão. (B) CORRETA. Quando o auditor obtém evidência suficiente e apropriada e conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes, mas não generalizadas, deve emitir uma opinião com ressalva. A ressalva também é cabível quando não consegue obter evidência suficiente e apropriada, mas conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas poderiam ser relevantes, mas não generalizados. (C) A opinião adversa é reservada aos casos em que, tendo obtido evidência suficiente e apropriada, o auditor conclui que as distorções são relevantes e generalizadas. (D) A abstenção por limitação de escopo exige impossibilidade de obter evidência suficiente e apropriada e possíveis efeitos de distorções não detectadas relevantes e generalizados. A identificação de distorções pontuais com evidência suficiente e apropriada não caracteriza, por si só, hipótese de abstenção. (E) Está incorreta porque a ressalva por limitação de alcance depende da relevância e da generalização dos possíveis efeitos das distorções não detectadas, não decorrendo automaticamente da restrição de acesso à documentação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Ciências Contábeis)	60	40	20	A
(A) CORRETA. A conciliação bancária, tendo como base o extrato emitido pela instituição financeira (fonte externa, em geral de maior confiabilidade em relação a documentos gerados internamente pela própria entidade), é o procedimento clássico de auditoria para a conta Bancos, permitindo confirmar a exatidão do saldo contábil e identificar divergências como cheques em trânsito, depósitos não compensados ou lançamentos indevidos. (B) Desloca o objeto de exame para outro período, sem validar diretamente o saldo auditado. (C) A auditoria exige evidência suficiente e apropriada, não bastando a declaração verbal do próprio gestor/contador da entidade auditada para comprovar o saldo bancário. (D) Restringe indevidamente o escopo do exame a apenas um tipo de lançamento.				

(E) Documentos internos, isoladamente, não bastam para o confronto proposto. Em geral, documentos provenientes de fontes externas independentes são mais confiáveis, consideradas as circunstâncias de sua obtenção.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	41	21	1	C
(A) É a visão crítica da Escola de Frankfurt sobre a alienação. (B) É um modelo de efeitos superado. (C) CORRETA. O papel do comunicador na sociedade e a natureza social da comunicação indicam que o profissional não é um transmissor neutro, mas um mediador que ajuda a conformar a realidade social ao selecionar e significar os temas que circulam na esfera pública. (D) É um processo psicossocial de omissão de opinião. (E) É o modelo matemático/técnico que ignora a complexidade da construção social mencionada no enunciado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	42	22	2	D
(A) Emitir nota oficial negando os fatos imediatamente é considerada uma conduta reativa, podendo até ser negligente; negar sumariamente denúncias graves antes de uma apuração técnica interna compromete a credibilidade da instituição, especialmente se os fatos forem comprovados. (B) Convocar entrevista coletiva restrita apenas a veículos de mídia oficiais, nas condições apresentadas, contraria a publicidade, a impessoalidade e a isonomia no acesso à informação, ao excluir os demais veículos em razão de sua natureza não oficial. (C) Suspender toda a comunicação externa da Sedes-DF causa um silêncio obstrutivo, portanto uma falha grave em gestão de crises, pois cria um vácuo de informação oficial que é rapidamente preenchido por boatos, especulações e narrativas de terceiros. (D) CORRETA. No gerenciamento de crises de imagem na administração pública, o assessor deve agir pautado pela transparência ativa e pela responsabilidade social. Centralizar o fluxo de informações evita versões contraditórias que ampliam o ruído. Admitir a apuração técnica dos fatos demonstra compromisso ético com a verdade, enquanto a divulgação de dados técnicos verificados e a preservação do sigilo dos usuários contribuem para o cumprimento das balizas legais e a proteção da integridade de pessoas em situação de vulnerabilidade assistencial. (E) Orientar os servidores da unidade a concederem entrevistas individuais e espontâneas descentraliza o discurso oficial em um momento de alta instabilidade, e isso pode gerar descontrolo da narrativa pública, propiciando contradições internas e risco de quebra de sigilo de dados sensíveis de assistidos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	43	23	3	C
(A) A opção falha ao priorizar a divulgação externa dos resultados positivos, sem contemplar suficientemente o relacionamento com a comunidade e a articulação das necessidades de alimentação e saúde. (B) Restringe a comunicação ao fluxo interno hierarquizado e delega a articulação interdisciplinar ao corpo técnico, sem contemplar a participação do comunicador nessa articulação e no relacionamento com a comunidade. (C) CORRETA. A opção correta reconhece que a comunicação organizacional no SUAS deve ser estratégica, dialógica e intersetorial, utilizando o mapeamento de públicos para promover a cidadania e a integração de direitos fundamentais. (D) Também ignora a natureza social do fenômeno comunicacional e a necessidade de articulação interdisciplinar. (E) Descreve uma postura profissional passiva e burocrática, o que é contraindicado para o cargo de especialista.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	44	24	4	C
(A) Confunde o conceito sociológico com espaços físicos burocráticos (B) Refere-se à "colonização da esfera pública" pelo mercado, um processo crítico, mas não a definição do conceito (C) CORRETA. Habermas define a esfera pública como o espaço de mediação entre o Estado e a sociedade civil, onde o debate público fundamenta a legitimidade democrática. (D) Reduz a esfera pública a meios tecnológicos (E) Descreve um modelo autoritário oposto ao diálogo proposto.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	45	25	5	C
(A) A utilização de representações genéricas desconsidera as especificidades dos diferentes povos indígenas e pode reforçar estereótipos. (B) Ignora a natureza dialógica da comunicação proposta pelo SUAS. (C) CORRETA. A comunicação social, ao lidar com a cultura e as representações sociais, deve atuar como um agente que respeita a alteridade. No caso das populações tradicionais atendidas pela SEDES, a mediação exige o reconhecimento das especificidades culturais para que a realidade construída pela comunicação não reforce preconceitos, mas promova a dignidade e a cidadania. (D) Fere o princípio da impessoalidade e a função social do comunicador. (E) Foca na técnica burocrática em vez da eficácia comunicativa e da utilidade pública.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	46	26	6	B
(A) Focar exclusivamente na redução de custos operacionais reduz a ação comunicativa à esfera puramente de eficiência contábil e despolitiza o papel do comunicador, construindo uma realidade na qual o bem-estar dos assistidos é colocado em segundo plano. (B) CORRETA. A transposição desse cenário para o Tópico 1 (Teorias da Comunicação) exige que o candidato entenda o papel político e de mediação simbólica do comunicador. Ao gerir a transferência do Centro POP, o profissional atua na construção social da realidade moldando a percepção pública sobre o serviço. Eleger como sentido central da mudança a garantia de direitos e a dignidade humana legitima a função social e ética da comunicação pública. (C) Priorizar o atendimento às exigências dos moradores da nova vizinhança pode abrir espaço para preconceitos e reiterar desigualdades históricas, sob o pretexto de poupar a imagem governamental, contrariando o dever de a comunicação dar voz e visibilidade aos grupos vulnerabilizados. (D) Restringir a divulgação de informações sobre o novo endereço se mostra um processo de barreira informacional ativa e autoritária. Ocultar dados cruciais para evitar a circulação de usuários fere frontalmente a transparência pública e a utilidade social inerente ao jornalismo público. (E) Estabelecer metas de longo prazo e omitir os desafios operacionais imediatos oculta a crise prática e logística da transição e cria uma falsa realidade na esfera pública (maquiagem de imagem), comprometendo a relação de credibilidade que sustenta o pacto democrático.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	47	27	7	C
(A) Revela uma conduta omissa, que pode agravar a crise. (B) Também revela a mesma conduta omissa, com possibilidade de agravar crises.				

(C) CORRETA. O mapeamento de públicos e a gestão de relacionamento com a comunidade exigem proatividade e diálogo. No caso de resistência territorial, a comunicação pública atua para desfazer preconceitos e humanizar o serviço socioassistencial. (D) É um erro de atribuição profissional (leitura parcial do caso). (E) Utiliza a persuasão para assegurar um resultado não demonstrado — que a unidade não atrairá novos usuários —, o que compromete a responsabilidade e a credibilidade da comunicação pública.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	48	28	8	B
(A) Descreve uma visão puramente burocrática e unidirecional, que ignora a capacidade contributiva do servidor e pode gerar desmotivação. (B) CORRETA. A comunicação interna estratégica deve atuar como ferramenta de gestão, promovendo a participação dos servidores no processo decisório. Ao coletar subsídios técnicos das equipes que atuam na ponta, a assessoria fortalece a legitimidade do discurso institucional para a audiência pública, transformando o corpo técnico em um aliado estratégico da governança. (C) O estímulo à informalidade descontrolada é um erro de gestão que pode gerar ruídos e insegurança institucional. (D) Reduz a comunicação interna ao endomarketing superficial, falhando em tratar a complexidade técnica e os riscos de imagem da transferência. (E) Contraria o princípio da transparência e da construção coletiva no SUAS, tratando o servidor como um risco à comunicação e não como um participante qualificado na construção das informações institucionais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	49	29	9	B
(A) É um erro comum, mas o release é apenas um dos componentes que integram o press kit. (B) CORRETA. O press kit é o instrumento adequado para pautas complexas que exigem subsídios variados (dados, fotos, gráficos) para que o jornalista consiga produzir uma matéria precisa e fundamentada. (C) É uma ferramenta de monitoramento pós-divulgação. (D) Confunde o suporte aos jornalistas com o roteiro interno de orientações. (E) A nota oficial pode ter caráter informativo amplo e não apenas reativo, mas não corresponde ao conjunto de materiais de apoio à pauta descrito no enunciado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	50	30	10	B
(A) Não atende ao objetivo de prestar contas simultaneamente a diversos veículos, e a entrevista exclusiva não assegura controle total da narrativa. (B) CORRETA. A entrevista coletiva é um instrumento de transparência ativa que atende aos princípios da impessoalidade e da publicidade, permitindo que a instituição exponha sua pauta de forma equânime a todos os veículos. (C) O media training prepara profissionais e porta-vozes para lidar com a dinâmica da imprensa, mas não substitui a entrevista coletiva nem justifica dispensar porta-vozes oficiais. (D) É uma conduta antiética que fere a liberdade de imprensa. (E) Prejudica o aprofundamento da pauta e a credibilidade institucional no setor público.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	51	31	1	C
(A) Ignora a continuidade necessária do monitoramento (B) Adota uma postura autoritária e inadequada ao relacionamento com a mídia (C) CORRETA. O monitoramento de mídia não serve apenas para arquivo, mas para análise qualitativa que permite o ajuste estratégico da comunicação para garantir que a missão institucional seja compreendida. (D) Resposta profissional passiva, que falha em utilizar o dado técnico (clipping) para a tomada de decisão estratégica. (E) Resposta profissional passiva, que falha em utilizar o dado técnico (clipping) para a tomada de decisão estratégica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	52	32	12	C
(A) O assessor deve respeitar o sigilo da fonte, um pilar do exercício jornalístico. Solicitar a identidade da fonte para contestar a apuração não é o procedimento adequado para esclarecer os fatos; cabe fornecer informações verificadas, respeitando eventual sigilo. (B) No setor público, recorrer à imposição jurídica para impedir uma publicação, sob ameaça de sanções administrativas, em vez de oferecer esclarecimentos técnicos, contraria a transparência governamental e a liberdade de imprensa, podendo configurar censura prévia. (C) CORRETA. Diante do conhecimento de uma informação que pode ter repercussão negativa, o assessor deve garantir que o jornalista tenha todas as informações oficiais pertinentes e verificadas em mãos, pois a decisão editorial de publicação é do veículo e não do órgão. (D) Ao não realizar o follow-up direto com o veículo que possui a dúvida, o assessor deixa de esclarecer especificamente a divergência identificada, falhando na missão de mitigar ruídos e assegurar a utilidade pública da informação. (E) O erro na opção é a reatividade. Na gestão de riscos e crises, aguardar o impacto para somente então agir é tecnicamente inadequado. A melhor prática exige proatividade para evitar que ocorram danos à imagem e alarme entre os usuários.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	53	33	13	B
(A) Esta tática diversiva fere o princípio da transparência ao tentar desviar o foco da crise com informações irrelevantes, o que compromete a credibilidade institucional e a função social do comunicador (B) CORRETA. A gestão de crise exige centralização para evitar ruídos, transparência para manter a credibilidade e foco na solução técnica. (C) O silêncio institucional e o uso de notas ambíguas configuram uma postura omissa que favorece a desinformação e falha no dever de prestação de informações de utilidade pública de forma clara e contínua. (D) Priorizar o ataque pessoal às fontes em vez da apuração técnica constitui uma conduta antiética que fere o princípio da impessoalidade e agrava o desgaste da imagem pública perante a sociedade (E) Demonstra fragmentação e falta de liderança, conduta considerada falha em cenários profissionais complexos				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	54	34	14	D
(A) Trata-se de um distrator plausível por ser um fenômeno real da era digital, onde o público se dispersa em nichos ou "bolhas". (B) O erro nesta opção reside na contradição teórica. A linearidade refere-se ao modelo clássico e unidirecional de comunicação de massa (emissor → receptor). O cenário, ao mencionar a cibercultura e o engajamento, descreve um ambiente interativo e em rede que rompe com essa lógica. (C) Esta opção apresenta um conceito importante dentro do contexto das desigualdades sociais discutidas nas políticas da SEDES. Entretanto, é tecnicamente incorreta, pois a inclusão digital busca superar barreiras de acesso e uso das tecnologias, não se define por essas barreiras nem corresponde à integração de mídias descrita.				

(D) CORRETA. A convergência midiática é o processo de integração de diferentes suportes e linguagens mediadas pelo digital, permitindo o fluxo de conteúdos em múltiplos canais.				
(E) A entropia da informação é uma medida de incerteza, não uma falha do processo de transmissão. Além disso, não corresponde ao cenário, que aborda o planejamento estratégico e a convergência intencional de mídias.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	55	35	15	C
(A) O distanciamento institucional não garante imparcialidade e, ao evitar o diálogo direto com o usuário, contraria a proposta de comunicação participativa da campanha.				
(B) Reforça o modelo de massa ou unidirecional que o cenário busca superar.				
(C) CORRETA. A gestão de mídias sociais governamentais exige a transposição da linguagem burocrática para formatos que permitam a interação e a compreensão do cidadão, alinhando-se aos princípios da transparência ativa.				
(D) Foca em gestão de crise reativa, o que não garante a utilidade pública da campanha.				
(E) A preservação da mensagem oficial não justifica fluxos informativos rígidos que impeçam a interação e a participação do público.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	56	36	16	E
(A) A taxa de cliques (CTR) mede a proporção de cliques em relação às impressões, não a proporção do conjunto de interações em relação aos usuários alcançados.				
(B) É uma métrica de custo por mil impressões, não de interação do público com a mensagem.				
(C) Mede apenas volume de exposições sem distinguir usuários.				
(D) Mede apenas a exposição, não a interação.				
(E) CORRETA. Diferentemente do simples alcance, a taxa de engajamento mede, no cálculo descrito, a proporção de interações em relação aos usuários alcançados, sendo um indicador para avaliar o diálogo e a recepção da política pública no ambiente digital.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	57	37	17	E
(A) Demonstra falta de domínio técnico sobre o formato da plataforma.				
(B) Fere o princípio da impessoalidade.				
(C) Restringe a comunicação a mensagens automáticas privadas, limitando a divulgação pública dos conteúdos e as possibilidades de interação na plataforma.				
(D) A relevância das políticas públicas não dispensa a análise das métricas de engajamento, que subsidiam a avaliação e o ajuste da comunicação.				
(E) CORRETA. A atuação em rede exige a adaptação à cultura da plataforma (cibercultura) sem perder o compromisso institucional com a informação de interesse público.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	58	38	18	B
(A) É tecnicamente incorreto para a questão, pois a sociedade em rede de Castells organiza-se por conexões e fluxos que ultrapassam barreiras geográficas, sem que isso implique o desaparecimento das hierarquias.				
(B) CORRETA. O conceito de sociedade em rede pressupõe uma organização social baseada em redes globais interconectadas por tecnologias de informação, estruturadas por nós e conexões flexíveis.				
(C) Ignora que a comunicação em rede envolve múltiplos nós e possibilidades de produção e circulação de informação, não se restringindo à dependência da grande mídia para a formação da opinião pública.				
(D) A teoria da sociedade em rede pressupõe fluxos dinâmicos de informação, bens simbólicos e capital, incompatíveis com a estrutura estática descrita na opção.				
(E) Ignora que a sociedade em rede se estrutura por nós e conexões que ultrapassam os espaços físicos das repartições públicas e dos centros de comando estatais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	59	39	19	C
(A) utiliza o argumento da "preservação da confiança" ou do "resguardo" para praticar o silêncio administrativo ou a omissão.				
(B) confunde comunicação pública com marketing político ou defesa pessoal da gestão, ferindo o princípio da impessoalidade e a finalidade de utilidade pública da informação.				
(C) CORRETA. A ética na comunicação pública fundamenta-se no direito à informação e no controle social. O comunicador não é um mero defensor do gestor, mas um mediador que deve garantir transparência ativa, mesmo quando os dados apontam limitações na política pública.				
(D) também utiliza o argumento da "preservação da confiança" ou do "resguardo" para praticar o silêncio administrativo ou a omissão.				
(E) também confunde comunicação pública com marketing político ou defesa pessoal da gestão, ferindo o princípio da impessoalidade e a finalidade de utilidade pública da informação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Comunicação Social)	60	40	20	A
(A) CORRETA. A ética e responsabilidade na comunicação pública exigem a conciliação entre o princípio constitucional da publicidade e a proteção aos direitos individuais, especialmente em contextos de vulnerabilidade no SUAS.				
(B) Confunde o princípio da publicidade com a exposição indevida, ferindo a LGPD e a ética profissional.				
(C) A preservação da imagem institucional não pode justificar a falta de transparência sobre falhas operacionais na rede socioassistencial.				
(D) A previsão dos atos no plano operativo não autoriza o uso dos canais oficiais para promoção pessoal dos gestores, em desrespeito ao princípio constitucional da impessoalidade.				
(E) Subordina a informação às estratégias de engajamento e produção de conteúdo, que devem servir ao interesse público, e não prevalecer sobre ele.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	41	21	1	E
(A) Os bens de uso comum do povo são inalienáveis enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar (art. 100 do Código Civil).				
(B) Os bens públicos não são suscetíveis de aquisição por usucapião, qualquer que seja a sua espécie ou o tempo de posse (art. 102 do Código Civil; arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição Federal; Súmula 340 do STF).				
(C) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião (art. 102 do Código Civil), qualquer que seja a sua espécie ou o tempo de posse.				
(D) A inalienabilidade do art. 100 do Código Civil alcança os bens de uso comum do povo e os de uso especial; os dominicais são alienáveis (art. 101).				
(E) CORRETA. Literalidade do art. 101 do Código Civil: os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	42	22	2	A
(A) CORRETA. A coação torna anulável o negócio jurídico (art. 171, II, do Código Civil), e o prazo decadencial para pleitear a anulação é de quatro anos, contado, no caso de coação, do dia em que ela cessar (art. 178, I). Como as ameaças cessaram com a prisão de Bruno, é dessa data que flui o prazo. A coação exercida por terceiro vicia o negócio, porquanto Carlos, parte a quem ele aproveita, tinha conhecimento dela (art. 154). (B) O prazo de quatro anos está correto, mas não o seu termo inicial. A contagem a partir da celebração é a regra aplicável ao erro, ao dolo, à fraude contra credores, ao estado de perigo e à lesão (art. 178, II, do Código Civil). Tratando-se de coação, o prazo conta-se do dia em que ela cessar (art. 178, I) — no caso, da prisão de Bruno. (C) A coação acarreta anulabilidade, e não nulidade (art. 171, II, do Código Civil). O não convalidamento pelo decurso do tempo é atributo do negócio nulo (art. 169), que não é a hipótese: a anulação sujeita-se a prazo decadencial de quatro anos (art. 178, I). Acresce que a anulabilidade não se pronuncia de ofício, só podendo ser alegada pelos interessados (art. 177). (D) O negócio subsistiria, respondendo apenas o coator pelas perdas e danos, se a parte a quem ele aproveita não tivesse nem devesse ter conhecimento da coação (art. 155 do Código Civil). Não é o caso: Carlos celebrou o contrato ciente das ameaças dirigidas a Alberto, de modo que a coação exercida por terceiro vicia o negócio, tornando-o anulável, e Carlos responde solidariamente com Bruno pelas perdas e danos (art. 154). Alberto dispõe, assim, do prazo decadencial de quatro anos para pleitear a anulação (art. 178, I). (E) O prazo de dois anos, contado da conclusão do ato, é o prazo residual, aplicável quando a lei declara anulável determinado ato sem fixar prazo para a anulação (art. 179 do Código Civil). A coação tem prazo próprio: quatro anos, contados do dia em que a coação cessar (art. 178, I).				
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	43	23	3	E
(A) A evicção pressupõe causa anterior à aquisição: o alienante garante ao adquirente a higidez do direito que lhe transmite, respondendo pela perda decorrente de motivo jurídico já existente ao tempo da alienação. A perda derivada de causa posterior não configura evicção, resolvendo-se pelas regras dos riscos e da responsabilidade civil. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para o qual a evicção consiste na perda, total ou parcial, do bem, em decorrência de motivo jurídico anterior ao contrato de aquisição. (B) O defeito oculto que torna a coisa imprópria ao uso a que se destina, ou lhe diminui o valor, caracteriza vício redibitório (art. 441 do Código Civil), e não evicção. A evicção não é defeito da coisa, mas do direito transmitido: o adquirente perde o bem em decorrência de motivo jurídico anterior à aquisição. (C) A evicção pode ser total ou parcial. Sendo parcial, mas considerável, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido; não sendo considerável, caberá somente direito a indenização (art. 455 do Código Civil). (D) A garantia contra a evicção decorre da lei e independe de culpa ou de má-fé do alienante: nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção (art. 447 do Código Civil), sem que se exija demonstração de que conhecesse o vício do direito transmitido. O conhecimento do vício ou defeito da coisa pelo alienante releva no regime dos vícios redibitórios (art. 443), que com o da evicção não se confunde. (E) CORRETA. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo essa garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública (art. 447 do Código Civil).				
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	44	24	4	D
(A) Conforme a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 4275 e no RE 670.422 (Tema 761 da repercussão geral), não se exige, para a alteração do prenome e da classificação de gênero, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, sendo dispensáveis a cirurgia de redesignação sexual, os tratamentos hormonais e os laudos de terceiros. Inexistindo requisito a ser demonstrado por perícia, não há necessidade de produção de outras provas, impondo-se o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, do Código de Processo Civil). O entendimento anteriormente adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, que exigia a comprovação judicial da condição, restou superado. (B) Segundo a mesma tese, o transgênero poderá exercer a faculdade de alterar seu prenome e sua classificação de gênero tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa. A disponibilidade da via extrajudicial não suprime o interesse de agir nem afasta a apreciação da pretensão pelo Poder Judiciário. (C) A tese fixada abrange tanto o prenome quanto a classificação de gênero, para cuja alteração não se exige nada além da manifestação de vontade. O art. 58 da Lei nº 6.015/1973 — segundo o qual o prenome é definitivo, admitindo-se sua substituição por apelidos públicos notórios — recebeu do Supremo Tribunal Federal interpretação conforme a Constituição na ADI 4275, não subsistindo, quanto à pessoa transgênero, a exigência de apelido público e notório. Ademais, o art. 56 da mesma lei, na redação dada pela Lei nº 14.382/2022, passou a admitir que a pessoa maior requeira, imotivadamente e independentemente de decisão judicial, a alteração de seu prenome. O nome é direito da personalidade (art. 16 do Código Civil). (D) CORRETA. Corresponde ao item IV da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 670.422 (Tema 761 da repercussão geral): efetuando-se o procedimento pela via judicial, cabe ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento do interessado, a expedição de mandados específicos para a alteração dos demais registros nos órgãos públicos ou privados pertinentes, os quais deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos. (E) A tese fixada determina que a alteração seja averbada à margem do assento de nascimento, vedada expressamente a inclusão do termo "transgênero" (ADI 4275 e RE 670.422, Tema 761).				
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	45	25	5	B
(A) Nos termos do art. 14 do Código de Processo Civil, a norma processual não retroagirá, devendo ser respeitados os atos processuais praticados sob a vigência da norma revogada. Os atos validamente praticados permanecem hígidos e não se renovam, o que decorre da adoção, pelo Código, da teoria do isolamento dos atos processuais: cada ato rege-se pela norma vigente ao tempo em que praticado. (B) CORRETA. Corresponde ao art. 14 do Código de Processo Civil, segundo o qual a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. No mesmo sentido, o art. 1.046, que determinou a aplicação das disposições do Código, desde logo, aos processos pendentes. (C) A assertiva corresponde à teoria das fases processuais, que não foi a acolhida pelo Código de Processo Civil. Pela teoria do isolamento dos atos processuais, adotada no art. 14, a norma nova incide imediatamente sobre os atos ainda não praticados, e não apenas a partir da fase processual seguinte, respeitados os atos já praticados e as situações jurídicas consolidadas. (D) A assertiva corresponde à teoria da unidade processual, que não foi a acolhida pelo Código de Processo Civil. Nos termos dos arts. 14 e 1.046, a norma processual é aplicável imediatamente aos processos em curso, incidindo desde logo sobre os processos pendentes, e não apenas sobre aqueles ajuizados após a sua entrada em vigor. (E) Nos termos do art. 1.047 do Código de Processo Civil, as disposições de direito probatório aplicam-se apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data de início de sua vigência. As provas já requeridas ao tempo da entrada em vigor da norma nova permanecem regidas pela norma revogada — aplicação, também aqui, do isolamento dos atos processuais.				
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	46	26	6	C
(A) O parágrafo único do art. 311 do CPC admite a decisão liminar nas hipóteses dos incisos II e III do dispositivo.				

(B) O perigo de dano é requisito da tutela de urgência (art. 300 do CPC); a tutela da evidência o dispensa expressamente (art. 311, caput). (C) CORRETA. Compatível com o art. 311, caput, do CPC: a tutela da evidência dispensa a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. (D) O abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório é hipótese que autoriza a tutela da evidência (art. 311, I, do CPC); nesse caso, porém, a tutela não pode ser concedida liminarmente, faculdade reservada aos incisos II e III (art. 311, parágrafo único). (E) O inciso IV do art. 311 do CPC refere-se a petição inicial instruída com prova documental suficiente, e o inciso II, a alegações comprováveis apenas documentalmente.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	47	27	7	E
(A) Nos termos do art. 185 do Código de Processo Civil, a Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita. (B) Nos termos do art. 182 do Código de Processo Civil, incumbe à Advocacia Pública a representação judicial das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta, em todos os âmbitos federativos. (C) Nos termos do art. 179, II, do Código de Processo Civil, nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer, não se limitando a opinar. (D) Nos termos do art. 178, II, do Código de Processo Civil, o Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica nos processos que envolvam interesse de incapaz, não se sujeitando tal intervenção a juízo de conveniência do magistrado. (E) CORRETA. Nos termos do art. 178, parágrafo único, do Código de Processo Civil, a participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	48	28	8	C
(A) Nos termos do art. 1º, § 3º, da LINDB, se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, o prazo de vacância começará a correr da nova publicação, e não da publicação originária. (B) Nos termos do art. 2º, § 2º, da LINDB, a lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior. A revogação tácita pressupõe incompatibilidade com a lei anterior ou regulação integral da matéria de que esta tratava (art. 2º, § 1º). (C) CORRETA. Corresponde ao art. 2º, § 3º, da LINDB: salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. (D) Nos termos do art. 1º, § 4º, da LINDB, as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova, sujeitando-se, como tal, a novo prazo de vacância, salvo disposição em contrário, e preservados os efeitos produzidos pelo texto anterior. (E) Nos termos do art. 1º, § 1º, da LINDB, a obrigatoriedade da lei brasileira nos Estados estrangeiros, quando admitida, inicia-se três meses depois de oficialmente publicada. O prazo de quarenta e cinco dias é o da vigência no país (art. 1º, caput).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	49	29	9	D
(A) Nos termos do art. 12, § 4º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por sentença judicial (inciso I) ou que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia (inciso II). A aquisição voluntária de outra nacionalidade deixou de figurar entre as hipóteses de perda, não repercutindo, por si só, sobre a nacionalidade originária. (B) A ressalva relativa à naturalização imposta pela norma estrangeira como condição para permanência no território ou para o exercício de direitos civis constava da alínea "b" do inciso II do § 4º do art. 12 da Constituição Federal, expressamente revogada pela Emenda Constitucional nº 131/2023. A conservação da nacionalidade brasileira não depende de tal circunstância: no caso da brasileira nata, a perda somente ocorre mediante pedido expresso da interessada perante autoridade brasileira competente. (C) A Constituição Federal não condiciona a conservação da nacionalidade brasileira a comunicação, à autoridade brasileira, da naturalização obtida no exterior. Nos termos do art. 12, § 4º, II, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, a perda pressupõe pedido expresso do próprio interessado perante autoridade brasileira competente. (D) CORRETA. Nos termos do art. 12, § 4º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, a perda da nacionalidade do brasileiro somente se dá nas hipóteses de cancelamento da naturalização por sentença judicial (inciso I) ou de pedido expresso de perda formulado perante autoridade brasileira competente (inciso II). Sendo a mulher brasileira nata e não havendo formulado tal pedido, conserva a nacionalidade brasileira, sendo irrelevante a naturalização voluntariamente obtida no exterior. (E) A perda prevista no art. 12, § 4º, II, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131/2023, pressupõe pedido expresso do próprio interessado, não comportando instauração de ofício. A hipótese do inciso I — cancelamento da naturalização por sentença judicial — pressupõe brasileiro naturalizado, condição que não é a da mulher, brasileira nata.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	50	30	10	A
(A) CORRETA. Nos termos do art. 32, caput, da Constituição Federal, é vedada a divisão do Distrito Federal em municípios, e, por força do § 1º do mesmo artigo, a ele são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios. No plano tributário, cabe-lhe instituir os impostos estaduais (art. 155) e os municipais (art. 147). Conforme assentou o Supremo Tribunal Federal, o Distrito Federal é entidade federativa que acumula as competências reservadas pela Constituição aos Estados e aos Municípios (ADI 880). (B) Nos termos do art. 32, § 3º, da Constituição Federal, aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27, que rege os Deputados Estaduais e as Assembleias Legislativas, e não indistintamente o regime dos Deputados Federais e da Câmara dos Deputados. Isso não afasta a aplicação das regras constitucionais expressamente indicadas no art. 27, § 1º. (C) Nos termos do art. 21, XIII, da Constituição Federal, compete à União organizar e manter o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. À União compete, ainda, organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal (art. 21, XIV). (D) Na redação dada pela Emenda Constitucional nº 69/2012, o art. 21, XIII, da Constituição Federal atribui à União organizar e manter a Defensoria Pública dos Territórios, não mais a do Distrito Federal, cuja organização e manutenção passaram a incumbir ao próprio Distrito Federal. (E) Compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal (art. 21, XIV, da Constituição Federal). Compete privativamente à União legislar sobre os vencimentos dos membros dessas corporações (Súmula Vinculante 39), e não ao Distrito Federal.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	51	31	1	E
(A) Nos termos do art. 5º, XLII, da Constituição Federal, a prática do racismo sujeita-se a pena de reclusão. A Constituição não comina detenção à hipótese. (B) No julgamento do HC 154.248 (Tribunal Pleno, rel. Min. Edson Fachin), o Supremo Tribunal Federal assentou que o rol previsto na legislação extravagante não é exaustivo, de modo que a qualificação constitucional do racismo (art. 5º, XLII, da Constituição Federal) não se restringe às figuras ali nominadas.				

(C) Nos termos do art. 129, I, da Constituição Federal, compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública. A Defensoria Pública detém funções institucionais próprias na hipótese — entre elas a de atuar na preservação e reparação dos direitos das vítimas de discriminação e a de patrocinar a ação penal privada subsidiária da pública (Lei Complementar nº 80/1994, art. 4º, XVIII e XV) —, não lhe cabendo, contudo, a promoção da ação penal pública. (D) Não há prova ilícita na captação, pelo próprio órgão, da conduta de servidor no exercício da função, em área de atendimento público (art. 5º, LVI e LXXIX, da Constituição Federal). A licitude da prova não é afastada pela proteção de dados pessoais. (E) CORRETA. Nos termos do art. 5º, XLII, da Constituição Federal, a prática do racismo constitui crime imprescritível, de modo que a pretensão punitiva não se submete a prazo prescricional.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	52	32	12	B
(A) O art. 37, § 6º, da Constituição Federal assegura o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, de modo que a ação regressiva depende da demonstração do elemento subjetivo. No mesmo sentido, o art. 43 do Código Civil. (B) CORRETA. Conforme a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 1.027.633 (Tema 940 da repercussão geral), a teor do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. (C) A responsabilidade do Distrito Federal é direta e objetiva, não se convertendo em subsidiária pelo dolo do agente. O elemento subjetivo releva apenas para o exercício do direito de regresso (art. 37, § 6º, da Constituição Federal). (D) O art. 37, § 6º, da Constituição Federal refere-se aos danos causados pelo agente nessa qualidade, expressão que alcança o exercício abusivo da função, e não apenas o estrito cumprimento das atribuições. (E) Nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, não se exigindo o prévio esgotamento das instâncias administrativas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	53	33	13	D
(A) O direito à certidão (art. 5º, XXXIV, "b", da Constituição Federal) dispensa a demonstração de finalidade quando concernente ao próprio requerente, hipótese em que os fins e as razões do pedido são presumidos (STF, ADI 2.259). No mesmo sentido, os arts. 3º, II, e 46 da Lei nº 9.784/1999 asseguram ao interessado a obtenção de certidões e cópias do processo em que é parte, independentemente de interesse específico. (B) Nos termos do art. 3º, IV, da Lei nº 9.784/1999, é direito do administrado fazer-se assistir, facultativamente, por advogado. A constituição de advogado não é condição para o acesso aos autos ou a obtenção de cópias, assegurados como direito do próprio interessado (art. 3º, II). (C) Nos termos do art. 21 da Lei nº 9.784/1999, indeferida a alegação de suspeição, o interessado poderá recorrer, sem efeito suspensivo. Incorreta a assertiva que atribui efeito suspensivo ao recurso. (D) CORRETA. Nos termos do art. 56, § 1º, da Lei nº 9.784/1999, o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior. (E) Nos termos do art. 2º, parágrafo único, XI, da Lei nº 9.784/1999, é vedada a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei. Inexistindo previsão legal específica, a tramitação não pode ser condicionada a tal pagamento, o que se harmoniza com o direito de petição, assegurado independentemente do pagamento de taxas (art. 5º, XXXIV, "a", da Constituição Federal).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	54	34	14	B
(A) No julgamento do ARE 843.989 (Tema 1199 da repercussão geral), o Supremo Tribunal Federal assentou que o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica (art. 5º, XL, da Constituição Federal) não tem aplicação automática à responsabilidade por atos ilícitos civis de improbidade administrativa, por ausência de expressa previsão legal, porquanto tal princípio se funda em particularidade do direito penal — o favor libertatis —, inexistente no direito administrativo sancionador. (B) CORRETA. Conforme a tese fixada no Tema 1199 da repercussão geral (ARE 843.989), a norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 — revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa — é irretroativa, em virtude do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes. (C) Conforme o Tema 1199, a Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade culposos praticados na vigência do texto anterior desde que não exista condenação transitada em julgado, hipótese em que caberá ao juízo competente analisar eventual dolo do agente. Havendo trânsito em julgado, como na situação apresentada, a nova lei não incide. (D) Conforme o Tema 1199, o novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei. (E) Conforme o Tema 1199, exige-se a presença do elemento subjetivo dolo para a tipificação dos atos de improbidade administrativa previstos nos artigos 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/1992 — alcançando, portanto, também os atos que causam prejuízo ao erário.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	55	35	15	D
(A) No regime da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação não é definida em função do valor da contratação, mas do objeto. O pregão é adequado à contratação de bens e serviços comuns (art. 6º, XLI, e art. 29). (B) Nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a fase de habilitação poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, desde que expressamente previsto no edital de licitação. (C) Nos termos do art. 55, II, "a", da Lei nº 14.133/2021, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contado da divulgação do edital, é de 10 (dez) dias úteis quando adotado o critério de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia. O prazo de 15 dias úteis é o previsto no art. 55, I, "b", para a aquisição de bens nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a". (D) CORRETA. Nos termos do art. 165, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021, quanto aos recursos em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão. O prazo de 3 dias úteis para a apresentação das razões recursais inicia-se na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de inversão de fases, da ata de julgamento. (E) Nos termos do art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, a quem compete tanto adjudicar o objeto quanto homologar a licitação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	56	36	16	C
(A) Nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, o limite de 50% aplica-se aos acréscimos apenas no caso de reforma de edifício ou de equipamento. Para obras, serviços e compras, o limite é de 25% do valor inicial atualizado do contrato. (B) Nos termos do art. 124, I, da Lei nº 14.133/2021, os contratos podem ser alterados unilateralmente pela Administração, sem prejuízo das alterações por acordo entre as partes, previstas no inciso II.				

(C) CORRETA. Nas alterações unilaterais, o contratado é obrigado a aceitar acréscimos de até 25% do valor inicial atualizado em obras, serviços ou compras, reservado o limite de 50% apenas à reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei nº 14.133/2021). Tratando-se de serviço, é ilegal a alteração unilateral quanto ao acréscimo que excedeu esse limite.				
(D) Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados. A lei permite a contratação de terceiros apenas para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, e não para substituí-los na fiscalização.				
(E) Nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato deve ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Ao fiscal incumbe anotar as ocorrências e determinar a regularização das faltas (art. 117, § 1º), não a extinção imediata.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	57	37	17	A
(A) CORRETA. Nos termos do art. 71, § 1º, da Constituição Federal, aplicável ao Distrito Federal por força do art. 75, no caso de contrato o ato de sustação será adotado diretamente pelo Poder Legislativo, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Ao Tribunal de Contas compete sustar a execução do ato impugnado (art. 71, X), não a do contrato. Nesse sentido decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADI 3.715.				
(B) Nos termos do art. 71, IX, da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.				
(C) Nos termos do art. 71, § 2º, da Constituição Federal, se o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivarem as medidas cabíveis, o Tribunal decidirá a respeito.				
(D) Nos termos do art. 71, § 3º, da Constituição Federal, as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo, independentemente de homologação judicial.				
(E) A declaração de inidoneidade de licitante fraudador, no exercício do controle externo, está prevista entre as sanções do Tribunal de Contas do Distrito Federal em seu Regimento Interno e decorre da competência do art. 71 da Constituição Federal. Conforme o STF no MS 30.788, essa competência coexiste com a da Administração, não sendo privativa desta, e distingue-se da inidoneidade contratual do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	58	38	18	A
(A) CORRETA. Conjugação dos arts. 41, II, 42 e 43 da Lei nº 4.320/1964: despesa sem dotação orçamentária específica reclama crédito especial, autorizado por lei, aberto por decreto executivo, condicionado à existência de recursos disponíveis e precedido de exposição justificativa.				
(B) O crédito suplementar destina-se ao reforço de dotação orçamentária já existente (art. 41, I, da Lei nº 4.320/1964); a definição transcrita é a do crédito especial (art. 41, II).				
(C) O crédito extraordinário é reservado a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública (art. 41, III, da Lei nº 4.320/1964), o que não corresponde ao caso.				
(D) É vedada a realização de despesa sem autorização orçamentária: os créditos adicionais existem exatamente para as despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento (art. 40 da Lei nº 4.320/1964), e a CF veda o início de programas não incluídos na lei orçamentária anual (art. 167, I).				
(E) Os créditos especiais dependem de autorização legislativa e da indicação dos recursos correspondentes (art. 167, V, da CF, c/c arts. 42 e 43 da Lei nº 4.320/1964).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	59	39	19	E
(A) O pagamento pressupõe a regular liquidação (art. 62 da Lei nº 4.320/1964); não há exceção fundada em urgência.				
(B) O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59 da Lei nº 4.320/1964).				
(C) Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º, da Lei nº 4.320/1964). A dispensa recai sobre o documento, e não sobre o empenho, que é sempre exigível (art. 60, caput).				
(D) Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei nº 4.320/1964).				
(E) CORRETA. Conjugação da literalidade dos arts. 60, caput, e 62 da Lei nº 4.320/1964.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Direito e Legislação)	60	40	20	C
(A) O consentimento específico e destacado (art. 11, I, da LGPD) é apenas uma das hipóteses: o inciso II do mesmo artigo autoriza o tratamento sem consentimento nas situações que enumera, entre elas a alínea “b”.				
(B) O legítimo interesse (art. 7º, IX, da LGPD) não figura entre as hipóteses autorizadoras do tratamento de dados sensíveis do art. 11, restrito que é aos dados pessoais em geral.				
(C) CORRETA. Conjugação do art. 11, II, “b”, e § 2º, da LGPD, este último exigindo publicidade à dispensa de consentimento, nos termos do art. 23, I.				
(D) A dispensa do consentimento não desobriga o agente de tratamento das demais obrigações da lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular (art. 7º, § 6º, aplicável ao regime do art. 11).				
(E) A LGPD aplica-se expressamente às pessoas jurídicas de direito público (arts. 1º e 23 e seguintes), disciplinando capítulo próprio para o tratamento de dados pelo Poder Público.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	41	21	1	A
(A) CORRETA. Com $ E = 0,4 < 1$, a demanda é inelástica: a quantidade reage proporcionalmente menos que o preço, de modo que a receita total ($P \times Q$) aumenta quando o preço sobe.				
(B) Inverte a relação descrita; a redução da receita diante de aumento de preço aplica-se a bens com demanda elástica, não inelástica.				
(C) Confunde demanda inelástica (reação proporcionalmente menor) com demanda perfeitamente inelástica (elasticidade igual a zero).				
(D) Atribui à elasticidade negativa um comportamento típico de bens de Veblen, incompatível com a leitura padrão da elasticidade-preço da demanda.				
(E) Pressupõe elasticidade unitária, situação em que a receita permaneceria constante, o que não corresponde ao valor de elasticidade informado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	42	22	2	B
(A) Confunde a concorrência monopolística com a concorrência perfeita, na qual o preço se iguala ao custo marginal.				
(B) CORRETA. A entrada livre de firmas zera o lucro econômico no longo prazo, mas a diferenciação de produto mantém a curva de demanda com inclinação negativa, preservando preço acima do custo marginal e capacidade ociosa.				
(C) Confunde a concorrência monopolística com o monopólio, estrutura caracterizada por barreiras à entrada.				
(D) Confunde a concorrência monopolística com o oligopólio colusivo, no qual há coordenação de preços entre firmas.				
(E) Atribui à concorrência monopolística a eficiência produtiva da concorrência perfeita, ignorando a capacidade ociosa característica do modelo.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	43	23	3	C
(A) Propõe instrumento na direção oposta à necessária para corrigir uma externalidade negativa, pois o subsídio reduz, e não amplia, o custo da atividade poluidora. (B) Confunde correção de externalidade com controle de preço/margem, instrumento voltado a problemas de poder de mercado, não de externalidade. (C) CORRETA. O tributo pigouviano, fixado por unidade produzida em valor equivalente ao custo marginal externo no nível socialmente eficiente de produção, aproxima o custo privado do custo social e conduz a esse nível de produção. (D) Pode extrapolar a correção necessária ao eliminar também a produção socialmente desejável, quando o objetivo é internalizar o custo, não necessariamente suprimir a atividade. (E) Uma cota uniforme, desvinculada do dano marginal de cada firma, não garante a igualdade dos custos marginais de redução entre poluidores distintos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	44	24	4	D
(A) Atribui à votação por maioria simples uma convergência ao ótimo de Pareto que ela não garante, ignorando o paradoxo de Condorcet. (B) Enuncia o primeiro teorema do bem-estar sem suas condições, desconsiderando a existência de falhas de mercado, como externalidades e bens públicos. (C) Descreve de forma equivocada o problema do carona (free-rider) na provisão de bens públicos como algo automaticamente resolvido pelo mercado. (D) CORRETA. O teorema da impossibilidade de Arrow demonstra que nenhum mecanismo de agregação de preferências individuais transitivas satisfaz simultaneamente um conjunto mínimo de condições de racionalidade e não ditadura. (E) Confunde o teorema de Arrow com o teorema do eleitor mediano, resultado distinto da teoria da escolha pública.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	45	25	5	E
(A) Refere-se à função alocativa, voltada à correção de falhas de mercado, distinta da função descrita. (B) A função regulatória não integra a tipologia clássica de funções fiscais do setor público (alocativa, distributiva e estabilizadora). (C) Refere-se à função estabilizadora, voltada ao emprego, ao crescimento e à estabilidade de preços. (D) A arrecadação tributária, isoladamente, não corresponde à função distributiva propriamente dita. (E) CORRETA. A função distributiva ajusta a repartição de renda e riqueza entre indivíduos e grupos sociais por meio de tributação progressiva e transferências.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	46	26	6	A
(A) CORRETA. O princípio da unidade determina que o orçamento constitua peça única, vedando a coexistência de orçamentos paralelos para um mesmo ente. (B) O princípio da universalidade trata da obrigatoriedade de que todas as receitas e despesas estejam contempladas no orçamento, sem tratar diretamente da unicidade do documento. (C) O princípio da anualidade refere-se à vigência temporal do orçamento, não à unicidade da peça orçamentária. (D) O princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária trate de matéria estranha à previsão de receita e à fixação de despesa, ressalvadas as exceções constitucionais. (E) O princípio da não afetação veda a vinculação de receitas de impostos a despesas específicas, ressalvadas as exceções constitucionais, tema distinto da unicidade do orçamento.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	47	27	7	B
(A) Confunde a natureza da despesa (construção de bem novo) com despesa de custeio, destinada à manutenção de serviços já existentes. (B) CORRETA. A construção de um equipamento público novo configura investimento, integrante das despesas de capital, por resultar na formação de bem de capital e na ampliação do patrimônio público. (C) Confunde despesa de capital com transferência corrente a terceiros. (D) Atribui indevidamente a despesa de construção à categoria de pessoal e encargos sociais. (E) Confunde investimento (formação de bem novo) com inversão financeira, que abrange, entre outras hipóteses, a aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	48	28	8	C
(A) A neutralidade tributária refere-se a um critério de eficiência, relativo à não interferência do tributo nas decisões econômicas, não a um critério de equidade. (B) Descreve a equidade horizontal, que trata do tratamento igual entre contribuintes com a mesma capacidade contributiva, distinta da progressividade descrita. (C) CORRETA. A elevação da alíquota conforme aumenta a base de cálculo caracteriza a progressividade, associada à equidade vertical. (D) Inverte o sentido da situação descrita, que corresponde à progressividade, não à regressividade. (E) A seletividade baseia-se na essencialidade do bem ou serviço tributado, não na capacidade contributiva do contribuinte.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	49	29	9	D
(A) O Fundo de Participação dos Estados é transferência constitucional geral, disponível a todos os estados, não específica do Distrito Federal. (B) O Fundo de Participação dos Municípios é transferência constitucional geral, disponível a todos os municípios, não específica do Distrito Federal. (C) A cota-parte do ICMS refere-se a mecanismo de repartição intraestadual entre estado e municípios, inaplicável ao Distrito Federal, que não possui municípios. (D) CORRETA. O Fundo Constitucional do Distrito Federal é fonte de recursos da União, específica do DF, destinada à organização e manutenção das polícias Civil, Militar e Penal e do Corpo de Bombeiros Militar, bem como à assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação. (E) O Fundeb é fundo voltado especificamente ao financiamento da educação básica, com recursos destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e não ao conjunto de finalidades descrito no enunciado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	50	30	10	E
(A) Refere-se à distribuição pessoal da renda, que considera sua repartição entre indivíduos ou famílias classificados por nível de renda. (B) Refere-se à distribuição regional do produto, não à repartição da renda entre fatores de produção. (C) Refere-se à composição setorial do valor adicionado, não à distribuição funcional da renda. (D) Distingue domicílios urbanos e rurais segundo o acesso a bens e serviços públicos, sem tratar da remuneração dos fatores de produção. (E) CORRETA. A distribuição funcional da renda corresponde à repartição do produto entre os fatores de produção, como trabalho e capital, sob a forma de salários, juros, lucros e aluguéis.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	51	31	1	A
(A) CORRETA. O índice de Gini é definido a partir da área entre a curva de Lorenz e a diagonal de perfeita igualdade; quanto mais próxima a curva estiver dessa diagonal, menor a área e mais próximo de zero o índice. (B) Inverte o sentido da relação descrita no enunciado. (C) Nega a relação geométrica entre a curva de Lorenz e a linha de igualdade, que fundamenta o próprio cálculo do índice. (D) Atribui ao índice um valor incompatível com sua definição usual, limitada ao intervalo entre zero e um. (E) Troca a linha de referência (perfeita igualdade) por outra (perfeita desigualdade), invertendo a condição descrita no enunciado.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	52	32	12	B
(A) Informações agregadas sobre o PIB per capita das regiões não bastam para calcular a desigualdade total entre indivíduos, pois não revelam a distribuição da renda dentro de cada região. (B) CORRETA. Uma das propriedades mais destacadas do índice de Theil é a decomponibilidade aditiva, que separa a desigualdade total em uma parcela intragrupo e outra entregupo. (C) Atribui ao índice de Theil um limite de intervalo entre zero e um, que não corresponde à sua definição usual, diferentemente do índice de Gini. (D) Restringe indevidamente a aplicação do índice a comparações entre países. (E) Inverte propriedade real do índice, que, assim como o Gini, é sensível a transferências de renda entre indivíduos (princípio de Pigou-Dalton).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	53	33	13	C
(A) Descreve critério baseado em percentual fixo da população, e não em um patamar mínimo necessário à satisfação de necessidades básicas. (B) Introduz critério de comparação internacional de renda, que não corresponde à distinção clássica entre pobreza absoluta e relativa. (C) CORRETA. A pobreza absoluta baseia-se em um patamar mínimo de renda ou consumo, fixado a partir de necessidades básicas, independentemente da distribuição de renda da sociedade. (D) Descreve precisamente o critério de pobreza relativa (fração da renda mediana), e não o de pobreza absoluta. (E) Descreve indicadores próprios da pobreza multidimensional, conceito distinto da dicotomia entre pobreza absoluta e relativa.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	54	34	14	D
(A) Afirma o oposto da limitação técnica: a renda per capita simples não incorpora automaticamente diferenças de composição familiar. (B) Propõe a exclusão das crianças do cálculo, sem fundamento técnico na mensuração da pobreza. (C) Atribui à linha de extrema pobreza um ajuste por tamanho familiar que não corresponde ao critério per capita efetivamente adotado nos critérios federais de elegibilidade. (D) CORRETA. A divisão simples da renda pelo número de membros não capta economias de escala nem diferenças de necessidades entre adultos e crianças, o que pode exigir escalas de equivalência para comparações mais precisas. (E) Generaliza de forma incorreta a aplicabilidade do critério de renda per capita, restringindo-o a famílias unipessoais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	55	35	15	E
(A) Descreve substituição de indicadores de renda por indicadores de patrimônio, o que não corresponde à metodologia de Alkire e Foster. (B) Superestima o critério de identificação, exigindo privação simultânea em todos os indicadores, quando o método utiliza um limiar de pobreza aplicado à soma ponderada das privações, sem exigir necessariamente a totalidade delas. (C) Restringe indevidamente a abordagem multidimensional a uma única dimensão (educação). (D) Nega a ponderação entre dimensões efetivamente utilizada na metodologia de Alkire e Foster. (E) CORRETA. A metodologia identifica como pobre o indivíduo cuja soma ponderada de privações, em indicadores de diferentes dimensões, seja igual ou superior a um limiar definido.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	56	36	16	A
(A) CORRETA. O desenvolvimento envolve, além da expansão quantitativa da produção e da renda, transformações qualitativas nas condições sociais, institucionais e de bem-estar da população. (B) Restringe o desenvolvimento à variação percentual do PIB, medida própria do crescimento econômico. (C) Pressupõe que o desenvolvimento ocorre automaticamente com o aumento do PIB per capita, ignorando a distribuição desse aumento entre a população. (D) Restringe o conceito à ampliação da capacidade produtiva de bens de capital, sem relação com indicadores sociais ou institucionais. (E) Restringe o desenvolvimento a um conceito estritamente monetário, aplicável apenas à comparação de renda nominal entre países.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	57	37	17	B
(A) Contradiz o enunciado, que expressamente afirma renda familiar acima da linha de pobreza monetária. (B) CORRETA. A exclusão social corresponde a um processo multidimensional e dinâmico de enfraquecimento de vínculos sociais e de acesso a direitos, que não se reduz à insuficiência de renda. (C) Baseia-se em uma relação entre a renda dessa população e a renda mediana da região que não foi informada no enunciado. (D) Descreve situação transitória, incompatível com o caráter histórico e intergeracional relatado no enunciado. (E) Refere-se à distribuição funcional da renda, conceito distinto, sem relação direta com a situação descrita.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	58	38	18	C
(A) Trata a comprovação de matrícula escolar como condição prévia para qualquer benefício distrital, exigência geral que não corresponde aos requisitos de ingresso no DF Social. (B) Exige declaração de imposto de renda dos últimos dois anos, documento não previsto como requisito de ingresso no DF Social. (C) CORRETA. O Cadastro Único para Programas Sociais é o instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda, utilizado como porta de entrada para seleção de beneficiários. (D) Impõe vínculo empregatício formal como requisito de elegibilidade, exigência não prevista para o ingresso no DF Social. (E) Confunde benefício assistencial não contributivo com benefício previdenciário contributivo, de naturezas distintas.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	59	39	19	D
(A) Ignora a urgência da carência alimentar imediata, pressupondo que a geração de renda pelo trabalho a resolveria por si só. (B) Introduce exigência burocrática desnecessária, condicionando o encaminhamento à comprovação de prazo mínimo de permanência na situação. (C) Introduce exigência burocrática desnecessária, postergando o atendimento até a apresentação de laudo técnico específico. (D) CORRETA. Articula o acesso a benefício emergencial de resposta imediata com o encaminhamento a ações de inclusão produtiva voltadas à autonomia da família no médio prazo. (E) Exclui indevidamente a inclusão produtiva do escopo da política de assistência social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Economia)	60	40	20	E
(A) Faz afirmação excessiva sobre a inviabilidade do uso de dados de frequência escolar como indicador de resultado. (B) Generaliza de forma imprecisa a limitação metodológica: a comparação temporal é válida para descrever mudanças, mas, na abordagem apresentada, não permite isolar o efeito causal do programa. (C) Faz afirmação excessiva ao atribuir à ausência de dados de renda a impossibilidade de qualquer mensuração da frequência escolar. (D) Restringe indevidamente o escopo da avaliação, excluindo efeitos educacionais dos programas de transferência de renda. (E) CORRETA. Na abordagem apresentada, sem um grupo de comparação adequado, não é possível isolar o efeito causal do programa de outros fatores que também podem explicar a variação observada.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	41	21	1	B
(A) Inverte a lógica do desenho federativo: os benefícios distritais complementam, e não substituem, os federais, admitido o recebimento simultâneo, observados os critérios de cada programa. (B) CORRETA. A assistência social é o componente não contributivo da Seguridade Social (CF, arts. 194 e 203) e sua gestão descentralizada admite benefícios estaduais e distritais que ampliam a proteção nacional. (C) A Seguridade Social não é competência exclusiva da União; a assistência social organiza-se de forma descentralizada e participativa. (D) O acesso ao DF Social exige inscrição no Cadastro Único, instrumento nacional de identificação das famílias, conforme os arts. 3º e 6º da Lei distrital nº 7.008/2021. Portanto, é incorreto afirmar que, com exceção do Cartão Prato Cheio, os benefícios distritais utilizam bases próprias e desvinculadas. (E) A CF/1988 rompeu com o modelo puramente contributivo ao assegurar assistência social a quem dela necessitar.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	42	22	2	D
(A) A insegurança alimentar não configura, por si, negligência; o afastamento do convívio familiar é medida excepcional. (B) A proteção socioassistencial é não contributiva e não admite contrapartida laboral como condição de acesso. (C) Individualiza a dificuldade de adesão da usuária, ignorando que a desconfiança decorre de experiências de discriminação institucional. (D) CORRETA. Articula matricialidade sociofamiliar, leitura interseccional da vulnerabilidade (raça, gênero e renda) e viabilização de direitos: CadÚnico e avaliação de elegibilidade ao Cartão Prato Cheio e ao DF Social, com acompanhamento pelo PAIF. (E) A condição de família monoparental chefiada por mulher não caracteriza, por si só, violação de direitos nem determina encaminhamento ao CREAS. O acompanhamento pela proteção social básica não afasta a avaliação da necessidade de articulação com a proteção social especial diante da discriminação institucional relatada.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	43	23	3	A
(A) CORRETA. A vigilância socioassistencial territorializada permite identificar a sobreposição entre risco ambiental e desigualdade racial, subsidiando a oferta de proteção social. (B) Fragmenta a intersetorialidade; o diagnóstico socioterritorial do SUAS abrange as condições de vida nos territórios. (C) Os recortes de raça e renda são instrumentos de equidade no diagnóstico, e não fatores de estigmatização. (D) Despolitiza a segregação territorial, que resulta de processos históricos de exclusão, e não de escolhas individuais. (E) A proteção social básica e a especial atuam em situações de desastre e calamidade nos territórios.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	44	24	4	C
(A) Políticas universais podem reproduzir desigualdades de acesso; os dados agregados escondem disparidades entre grupos. (B) A avaliação retroalimenta o ciclo de políticas públicas, subsidiando correções de rumo. (C) CORRETA. A desagregação por raça e gênero revela desigualdades de acesso e de resultado, retroalimenta a formulação e articula-se à vigilância socioassistencial no SUAS. (D) Indicadores raciais não se restringem às políticas afirmativas, podendo ser aplicados à avaliação de programas de transferência de renda e de serviços socioassistenciais. (E) A avaliação envolve também as equipes que executam os serviços, e não apenas órgãos de controle externo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	45	25	5	E
(A) O Cadastro Único registra a composição familiar declarada, sem impor modelo único de família. (B) O reconhecimento da família homoafetiva para fins de atendimento socioassistencial independe de provimento judicial. (C) A configuração familiar homoafetiva não caracteriza risco pessoal; o encaminhamento ao CREAS exclusivamente por esse motivo seria discriminatório. (D) Não há exigência de decisão judicial para a inclusão da criança no SCFV. (E) CORRETA. Assegura atendimento não discriminatório (Res. Conjunta CNAS/CNCD-LGBT nº 1/2018), registro conforme a realidade familiar declarada e as regras do Cadastro Único, encaminhamento da criança para inclusão no SCFV, observados os critérios de acesso, e comunicação da conduta discriminatória à coordenação para as providências cabíveis.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	46	26	6	B
(A) A violência doméstica configura violação de direitos, campo do PAEFI e da rede especializada; reter o caso no PAIF desprotege a usuária.				

(B) CORRETA. Acolhe sem julgamento, aciona o fluxo adequado (PAEFI e rede especializada da mulher), informa sobre medida protetiva e sobre o auxílio do Programa S.O.S Mulher (Lei distrital nº 7.690/2025), respeitando a autonomia e o tempo de decisão da mulher, sem afastar as providências de proteção e os fluxos legais aplicáveis. (C) Desconsidera a autonomia da mulher e simplifica indevidamente o regime processual da Lei Maria da Penha. (D) Cria condicionalidade inexistente para o acesso ao atendimento especializado. (E) A mediação de casal voltada à reconciliação é contraindicada em contexto de violência doméstica, por poder expor a vítima a novos riscos e desconsiderar o desequilíbrio de poder existente na relação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	47	27	7	A
(A) CORRETA. Garante nome social e respeito à identidade de gênero nas rotinas e no alojamento (Res. Conjunta CNAS/CNCD-LGBT nº 1/2018), com PIA que responde à singularidade do adolescente e mediação familiar quando protetiva. (B) O uso do nome social não depende de retificação prévia do registro civil. (C) O alojamento deve respeitar a identidade de gênero; o argumento de segurança reproduz a violência institucional que as normativas vedam. (D) A reintegração familiar é buscada quando protetiva, e não a qualquer custo, sob pena de nova violação. (E) Não há segregação compulsória; o serviço de acolhimento comum deve garantir atendimento adequado e não discriminatório.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	48	28	8	D
(A) A abordagem social não se confunde com remoção, e a internação compulsória não é atribuição do PAEFI. (B) A busca ativa visa à identificação de necessidades e à construção de vínculos, não se restringindo a contagens estatísticas. O acesso ao PAEFI também ocorre por identificação e encaminhamento dos serviços da rede, não apenas por demanda espontânea. (C) A sobre-representação negra na população em situação de rua torna o recorte racial incontornável no trabalho social. (D) CORRETA. Descreve corretamente a busca ativa com construção gradual de vínculos, o acompanhamento das violações pelo PAEFI e a atuação não higienista articulada ao Centro Pop, com reconhecimento da dimensão racial das trajetórias. (E) A atuação junto à população em situação de rua é atribuição própria do SUAS, sem dependência de requisição judicial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	49	29	9	C
(A) Encerrar o atendimento abandona o caso; a abordagem social opera por aproximações sucessivas. (B) A condução coercitiva para acolhimento, fundada apenas na permanência em situação de rua, contraria a Política Nacional para a População em Situação de Rua e a vedação à remoção e ao transporte compulsório estabelecida pelo STF na ADPF 976. (C) CORRETA. Respeita a autodeterminação sem romper o vínculo, referencia ao Centro Pop (alimentação, higiene, documentação), viabiliza o CadÚnico e a avaliação de acesso ao Cartão Prato Cheio, que prioriza pessoas em situação de rua com Plano Individual de Acompanhamento (PIA), em processo de saída dessa condição. (D) Os benefícios socioassistenciais não exigem endereço fixo nem aceitação prévia de acolhimento institucional. (E) Patologiza a recusa — resposta racional a violências institucionais — e transfere indevidamente a responsabilidade da assistência social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	50	30	10	E
(A) O acompanhamento sociofamiliar do SUAS prossegue após a denúncia, em corresponsabilidade com o sistema de justiça. (B) A prevenção da violência também é atribuição da proteção social básica, por meio do PAIF. (C) Medidas protetivas de urgência e acompanhamento psicossocial são complementares, e não excludentes. (D) Orientar as usuárias sobre seus direitos integra a função de defesa de direitos da política de assistência social. (E) CORRETA. Descreve a atuação em rede com fluxos pactuados entre assistência social, saúde, segurança, justiça e organismos de políticas para mulheres, com corresponsabilidade e preservação das atribuições de cada serviço (Lei nº 11.340/2006, arts. 8º e 9º).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	51	31	1	A
(A) CORRETA. Trata as ofensas como violência real, protege o adolescente vitimado, realiza ação socioeducativa com o grupo sobre racismo e LGBTfobia, registra as ocorrências e revisa as rotinas da unidade. (B) Transferir a vítima pune quem sofreu a violência e preserva a dinâmica violadora na unidade. (C) A sanção coletiva é prática punitiva incompatível com a proposta socioeducativa dos serviços de acolhimento. (D) Responsabiliza a vítima pela violência sofrida, reproduzindo a violação no âmbito institucional. (E) A omissão naturaliza racismo e LGBTfobia; a construção de autonomia pressupõe ambiente protetivo e mediação qualificada.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	52	32	12	B
(A) A pretensa neutralidade que apaga marcadores sociais é um dos mecanismos de operação do racismo institucional. (B) CORRETA. A escuta qualificada reconhece como o racismo atravessa os relatos, evita julgamentos e estereótipos que reproduzem o racismo institucional e legitima o sofrimento como expressão de violências concretas. (C) A escuta do sofrimento racial integra o trabalho socioassistencial, sem prejuízo das articulações de rede cabíveis. (D) O racismo institucional opera também de forma não intencional, em rotinas, protocolos e padrões de atendimento. (E) O vínculo constrói-se por postura ética e reconhecimento, e não por correspondência racial compulsória entre profissional e usuário.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	53	33	13	D
(A) Condicionar o acompanhamento à abstinência contraria a política vigente e rompe o vínculo em construção. (B) A internação compulsória como primeira resposta viola a excepcionalidade da medida e a diretriz do cuidado em liberdade. (C) Naturaliza a violação da identidade de gênero, que pode contribuir para a recusa da usuária ao acolhimento. (D) CORRETA. Mantém as aproximações sucessivas na perspectiva da redução de danos (Resolução Conad nº 15/2026), sem condicionar o atendimento à abstinência, e articula com a rede o respeito à identidade de gênero no acolhimento. (E) O uso de substâncias não desloca o caso da assistência social; o cuidado é intersetorial, articulado à saúde.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	54	34	14	E
(A) A interdisciplinaridade não autoriza o exercício de atribuições privativas de outras profissões.				

(B) O encaminhamento não transfere a responsabilidade pelo caso; a lógica da rede é a corresponsabilização. (C) A completude da equipe interna não substitui a articulação intersetorial: nenhuma política responde sozinha à violência. (D) O sigilo profissional comporta o compartilhamento ético e protetivo de informações, como nos estudos de caso em rede. (E) CORRETA. Distingue e articula corretamente a interdisciplinaridade (integração de saberes na equipe de referência) e a intersectorialidade (fluxos e corresponsabilidades entre políticas), com compartilhamento de informações balizado pelo interesse protetivo da usuária.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	55	35	15	C
(A) O quesito raça/cor qualifica a oferta dos serviços e é instrumento de equidade, devendo ser coletado de forma respeitosa, sem constranger os usuários. (B) A autodeclaração é a regra para o registro do quesito raça/cor; a classificação pela observação do profissional não deve substituí-la quando o usuário puder se autodeclarar. (C) CORRETA. O registro por autodeclaração e a análise dos dados de acesso, permanência e resultados por recorte racial permitem identificar barreiras, planejar ações socioeducativas antirracistas e subsidiar a vigilância socioassistencial. (D) Os dados coletados subsidiam o planejamento local das unidades, e não apenas pesquisas acadêmicas externas. (E) O monitoramento das ações socioeducativas combina dimensões quantitativas e qualitativas, como vínculo e participação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	56	36	16	A
(A) CORRETA. Estrutura o grupo como espaço participativo de reflexão e apoio mútuo, articulando as demandas trazidas ao acesso a direitos (DF Social, Cartão Gás, Prato Cheio, rede da mulher) e ao fortalecimento da autonomia. (B) A lógica exclusivamente expositiva nega o protagonismo das participantes, essência do trabalho social com grupos. (C) Segmenta e estigmatiza as usuárias; a convivência entre trajetórias diversas integra a metodologia do PAIF. (D) Converte o grupo em instrumento de fiscalização, deturpando a função protetiva do serviço. (E) O planejamento fechado contraria o caráter participativo do trabalho social com grupos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	57	37	17	D
(A) A redução de danos aplica-se ao cuidado de pessoas que usam quaisquer substâncias, lícitas ou ilícitas. (B) A política vigente não condiciona os encaminhamentos ao SUS e ao SUAS à adesão prévia a um plano de abstinência. (C) A oferta de insumos de higiene constitui prática de redução de riscos e danos e não deve ser substituída pela comunicação do caso aos órgãos de segurança pública. (D) CORRETA. A Resolução Conad nº 15/2026 reconhece as medidas descritas como práticas de redução de riscos e danos, que não incentivam o uso de substâncias, priorizando autonomia e articulação intersectorial. (E) O tema integra a atuação intersectorial do SUAS, não se limitando ao cadastramento nem constituindo atribuição exclusiva da saúde.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	58	38	18	B
(A) Naturaliza um sofrimento decorrente do racismo, que exige resposta institucional específica. (B) CORRETA. Inclui no PIA ações de fortalecimento da identidade e da autoestima racial (cuidado afirmativo com a estética negra, representatividade em brinquedos, livros e atividades), trabalha o pertencimento no grupo e revisa práticas da unidade que reforcem hierarquias raciais. (C) Reforça a autonegação estética produzida pelo racismo, aprofundando o sofrimento da criança. (D) Individualiza clinicamente um problema que também é coletivo e institucional, isentando o serviço de mudanças. (E) O diálogo sobre adoção, adequado à idade, integra o direito da criança à informação e à participação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	59	39	19	E
(A) A cláusula "qualquer outra condição" torna o rol exemplificativo, alcançando orientação sexual e identidade de gênero na interpretação contemporânea. (B) A Convenção veda expressamente a discriminação da criança em razão da condição de seus pais, sem exceção fundada em valores culturais. (C) Os tratados ratificados vinculam todos os entes federados, independentemente de reprodução literal em lei local. (D) O princípio impõe também obrigações positivas de proteção contra discriminações praticadas por particulares. (E) CORRETA. Sintetiza o alcance do princípio da não discriminação (DUDH, art. 2º; CDC, art. 2º): cláusula aberta estendida à orientação sexual e à identidade de gênero, proteção da criança contra discriminação derivada da condição de seus pais e deveres ativos de proteção para os serviços.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Educador Social)	60	40	20	C
(A) As Diretrizes de Riad recomendam evitar a rotulação de jovens como "desviantes" ou "pré-delinquentes", pois a rotulação favorece a conduta que se pretende prevenir. (B) O sigilo não corrige o vício de origem da proposta: a seleção de adolescentes por raça e território. (C) CORRETA. Recusa a rotulação racializada, que reproduz a seletividade responsável pela sobre-representação de jovens negros no sistema socioeducativo, e propõe prevenção por socialização e acesso a direitos (SCFV, escola, cultura), conforme as Diretrizes de Riad e as Regras de Beijing. (D) Deslocar o operador do mapeamento mantém a lógica de vigilância incompatível com as diretrizes internacionais. (E) Universalizar a vigilância individual não a torna compatível com a prevenção pela integração social preconizada pelas diretrizes.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	41	21	1	C
(A) A renda per capita familiar é usualmente tratada como variável quantitativa contínua na análise estatística, embora seu registro monetário tenha precisão limitada. (B) O grau de instrução do responsável familiar é uma variável qualitativa ordinal, pois há uma ordem natural entre as categorias (por exemplo, fundamental, médio e superior). (C) CORRETA. O número de pessoas no domicílio é uma variável quantitativa discreta, pois resulta de uma contagem e assume apenas valores inteiros e enumeráveis. (D) O número de identificação social (NIS) é um código utilizado para identificação, não possuindo significado quantitativo; trata-se, portanto, de variável qualitativa nominal. (E) O sexo do responsável familiar é uma variável qualitativa nominal, pois suas categorias (masculino e feminino) não possuem ordenação natural entre si.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	42	22	2	E
(A) Corresponde à proporção de famílias ainda não inscritas entre as em situação de pobreza, obtida pela razão entre as 3.000 não inscritas e as 12.000 em situação de pobreza. É o complemento da cobertura, e não a cobertura.				

(B) Resulta de dividir as 3.000 famílias não inscritas pelas 9.000 já inscritas, relação que compara o que falta cadastrar com o que já foi cadastrado, sem expressar a cobertura. (C) Toma como denominador o total de 20.000 famílias do território, e não o público de referência da cobertura, que é o conjunto das famílias em situação de pobreza. (D) Expressa a proporção de famílias em situação de pobreza no território, ao dividir 12.000 por 20.000, indicador distinto da cobertura cadastral pretendida. (E) CORRETA. A cobertura cadastral é a razão entre as 9.000 famílias inscritas e as 12.000 em situação de pobreza, que constituem a população de referência, resultando em 0,75, ou seja, 75,0%.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	43	23	3	B
(A) O valor de 30% é a frequência relativa simples da classe de R\$ 200,00 a R\$ 300,00. A acumulada até essa classe, que reúne as famílias com renda inferior a R\$ 300,00, é de 60%, pois soma 6%, 24% e 30%. (B) CORRETA. A maior frequência ocorre no intervalo de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, com 90 das 300 famílias, o que define a classe modal e corresponde a 30% do total. (C) O valor de 6% é a frequência da primeira classe, de R\$ 0,00 a R\$ 100,00. A acumulada até R\$ 200,00 inclui também a segunda classe, somando 6% e 24%, o que totaliza 30%. (D) O valor de 40% resulta de incluir indevidamente a classe de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 na soma, isto é, 20% mais 12% mais 8%. As famílias com renda de pelo menos R\$ 400,00 reúnem apenas as duas últimas classes, 12% mais 8%, totalizando 20%. (E) A acumulada até a classe de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 é de 80%, e não de 92%. O valor de 92% inclui também a classe seguinte, de R\$ 400,00 a R\$ 500,00.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	44	24	4	D
(A) O valor resulta de usar os limites inferiores das classes como valores representativos, em vez dos pontos médios. Ponderando esses limites pelas frequências relativas, $0 \times 6\% + 100 \times 24\% + 200 \times 30\% + 300 \times 20\% + 400 \times 12\% + 500 \times 8\% = 0 + 24 + 60 + 60 + 48 + 40 = \text{R\\$ } 232,00$, o que subestima a média. (B) O valor de R\$ 250,00 é apenas o ponto médio da classe modal, obtido por $(200 + 300) / 2$. Esse ponto médio é tomado isoladamente como se representasse toda a distribuição, sem ponderar as demais classes pelas suas frequências. (C) O valor de R\$ 266,67 corresponde à mediana interpolada, e não à média. Ele é obtido por $200 + [(150 - 90) / 90] \times 100$, em que 150 é a posição central, 90 é a frequência acumulada até a classe anterior e 90 é a frequência da classe mediana. Trata-se de medida de posição distinta da solicitada. (D) CORRETA. Ponderando o ponto médio de cada classe pela respectiva frequência relativa, $50 \times 6\% + 150 \times 24\% + 250 \times 30\% + 350 \times 20\% + 450 \times 12\% + 550 \times 8\% = 3 + 36 + 75 + 70 + 54 + 44 = \text{R\\$ } 282,00$, valor da média da renda per capita. (E) O valor resulta de usar os limites superiores das classes como valores representativos. Ponderando esses limites pelas frequências relativas, $100 \times 6\% + 200 \times 24\% + 300 \times 30\% + 400 \times 20\% + 500 \times 12\% + 600 \times 8\% = 6 + 48 + 90 + 80 + 60 + 48 = \text{R\\$ } 332,00$, o que superestima a média.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	45	25	5	B
(A) Os desvios em módulo entre a média de R\$ 282,00 e os pontos médios são $282 - 50 = 232$; $282 - 150 = 132$; $282 - 250 = 32$; $350 - 282 = 68$; $450 - 282 = 168$; e $550 - 282 = 268$. Ponderando esses desvios pelas frequências relativas, $232 \times 6\% + 132 \times 24\% + 32 \times 30\% + 68 \times 20\% + 168 \times 12\% + 268 \times 8\% = 13,92 + 31,68 + 9,6 + 13,6 + 20,16 + 21,44 = \text{R\\$ } 110,40$, valor do desvio médio absoluto, medida de dispersão que emprega os desvios em módulo, e não os seus quadrados, como exige o desvio-padrão. (B) CORRETA. Os desvios entre a média de R\$ 282,00 e os pontos médios são $282 - 50 = 232$; $282 - 150 = 132$; $250 - 282 = -32$; $350 - 282 = 68$; $450 - 282 = 168$; e $550 - 282 = 268$. Elevando cada desvio ao quadrado e ponderando pela respectiva frequência relativa, $232^2 \times 6\% + 132^2 \times 24\% + 32^2 \times 30\% + 68^2 \times 20\% + 168^2 \times 12\% + 268^2 \times 8\% = 3.229,44 + 4.181,76 + 307,2 + 924,8 + 3.386,88 + 5.745,92 = 17.776$, valor da variância populacional. O desvio-padrão populacional é a raiz quadrada de 17.776, aproximadamente igual a R\$ 133,33. (C) O valor de R\$ 311,93 resulta de ponderar os quadrados dos próprios pontos médios pelas frequências relativas, sem descontar o quadrado da média: $50^2 \times 6\% + 150^2 \times 24\% + 250^2 \times 30\% + 350^2 \times 20\% + 450^2 \times 12\% + 550^2 \times 8\% = 150 + 5.400 + 18.750 + 24.500 + 24.300 + 24.200 = 97.300$. O valor correto da variância exige subtrair desse resultado o quadrado da média, $282^2 = 79.524$, o que dá $97.300 - 79.524 = 17.776$, cuja raiz é aproximadamente R\$ 133,33, e não a raiz de 97.300, que resulta em aproximadamente R\$ 311,93. (D) O valor de R\$ 600,00 é a amplitude total dos intervalos de classe, dada pela diferença entre o limite superior da última classe e o limite inferior da primeira, $600 - 0 = 600$. É uma medida de dispersão baseada apenas nesses limites, e não no conjunto dos desvios em relação à média, distinta do desvio-padrão de aproximadamente R\$ 133,33. (E) O valor numérico de 17.776 corresponde à variância, calculada na opção (B), expressa em reais ao quadrado. O desvio-padrão é a raiz quadrada da variância, isto é, a raiz de 17.776, aproximadamente igual a R\$ 133,33, e não o valor da variância antes de extraída a raiz.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	46	26	6	A
(A) CORRETA. Quando uma variável é qualitativa e a outra quantitativa, a associação é investigada comparando-se as medidas resumo da quantitativa, como a média ou a mediana, entre as categorias da qualitativa. Diferenças relevantes dessas medidas entre as categorias evidenciam associação. (B) O coeficiente de correlação linear de Pearson aplica-se a duas variáveis quantitativas. A associação entre duas variáveis qualitativas é tratada por tabelas de contingência e por coeficientes de associação derivados do qui-quadrado. (C) A razão de chances mede a associação entre variáveis qualitativas, a partir de uma tabela de contingência. A associação entre duas variáveis quantitativas contínuas é avaliada por correlação. (D) A tabela de contingência cruza as categorias de variáveis qualitativas. Duas variáveis quantitativas contínuas são analisadas por diagrama de dispersão e por correlação, e não por tabela de contingência. (E) A opção generaliza indevidamente a aplicação do coeficiente de correlação linear de Pearson à associação entre uma variável qualitativa nominal e uma quantitativa. Os códigos atribuídos às categorias nominais não constituem, por si só, uma escala quantitativa que justifique essa aplicação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	47	27	7	B
(A) O valor de R\$ 1,50 resulta de dividir o desvio-padrão pelo tamanho da amostra, isto é, 150 dividido por 100. O erro-padrão da média utiliza a raiz quadrada do tamanho da amostra no denominador, e não o tamanho da amostra. (B) CORRETA. O erro-padrão da média é o desvio-padrão dividido pela raiz quadrada do tamanho da amostra, ou seja, 150 dividido pela raiz de 100, igual a 150 dividido por 10, que resulta em R\$ 15,00. (C) O valor de R\$ 150,00 é o próprio desvio-padrão populacional da renda per capita, e não o erro-padrão da média amostral, que mede a dispersão da média entre amostras. (D) O valor de 225 é a variância da média amostral, expressa em reais ao quadrado, obtida por 150 ao quadrado dividido por 100, isto é, 22.500 dividido por 100. O erro-padrão é a raiz quadrada dessa variância, igual a R\$ 15,00. (E) O valor de R\$ 1.500,00 resulta de multiplicar o desvio-padrão pela raiz quadrada do tamanho da amostra, 150 vezes 10, quando o correto é dividir pela raiz de n.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	48	28	8	D
(A) Esse valor é $P(-2,0 < Z < 2,0)$, a probabilidade de a média amostral ficar dentro do intervalo de R\$ 30,00 em torno de 300. Por simetria, $P(Z < -2,0) = 1 - 0,9772 = 0,0228$. Logo, $P(-2,0 < Z < 2,0) = P(Z < 2,0) - P(Z < -2,0) = 0,9772 - 0,0228 = 0,9544$, ou 95,44%. A questão pede o complemento dessa probabilidade, isto é, a probabilidade de diferir em mais de R\$ 30,00. (B) Esse valor usa o desvio-padrão populacional, 150, no lugar do erro-padrão, 15. O escore padronizado fica $30/150 = 0,2$, e a probabilidade nas duas caudas é $2 \times P(Z > 0,2) = 2 \times (1 - 0,5793) = 2 \times 0,4207 = 0,8414$, ou 84,14%. O correto é padronizar pelo erro-padrão, e não pelo desvio-padrão. (C) Esse valor também usa o desvio-padrão, 150, em vez do erro-padrão, mas considera apenas uma cauda: $P(Z > 0,2) = 1 - 0,5793 = 0,4207$, ou 42,07%. (D) CORRETA. O erro-padrão da média amostral é $150/\sqrt{100} = 150/10 = 15$. Uma diferença superior a R\$ 30,00 corresponde a um escore padronizado de $30/15 = 2,0$. Utilizando a aproximação normal, a probabilidade de diferir para mais ou para menos é aproximadamente $P(Z < -2,0) + P(Z > 2,0) = 2 \times (1 - 0,9772) = 2 \times 0,0228 = 0,0456$, ou 4,56%. (E) Esse valor considera apenas uma das caudas, $P(Z > 2,0) = 1 - 0,9772 = 0,0228$, ou 2,28%. Como a diferença pode ocorrer para mais ou para menos, devem-se somar as duas caudas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	49	29	9	C
(A) A consistência indica que o estimador se aproxima do parâmetro à medida que o tamanho da amostra aumenta, convergindo em probabilidade. Não significa coincidência exata com o parâmetro em uma amostra qualquer. (B) Entre dois estimadores não viesados, o mais eficiente é o de menor variância, pois produz estimativas mais concentradas em torno do parâmetro. Maior variância corresponde a menor eficiência. (C) CORRETA. Um estimador é não viesado quando o seu valor esperado coincide com o parâmetro estimado, ou seja, em média ele não superestima nem subestima o parâmetro. (D) Depois de observada a amostra e calculado o intervalo, o parâmetro, que é fixo, está ou não contido nele. O nível de 95% refere-se à proporção de intervalos que conteriam o parâmetro em repetições do procedimento, e não a uma probabilidade após a amostra. (E) Mantido o nível de confiança, o aumento do tamanho da amostra reduz o erro-padrão e estreita o intervalo de confiança, tornando a estimativa mais precisa.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	50	30	10	A
(A) CORRETA. A margem de erro é $E = z \times \sigma/\sqrt{n}$. Quadruplicando o tamanho da amostra, de n para $4n$, a nova margem é $E' = z \times \sigma/\sqrt{4n} = z \times \sigma/(2\sqrt{n}) = (1/2) \times (z \times \sigma/\sqrt{n}) = E/2$. Mantidos o nível de confiança e o desvio-padrão, quadruplicar o tamanho da amostra reduz a margem de erro à metade, nas condições de aplicação dessa fórmula. (B) Elevar o nível de confiança exige um valor crítico z maior, por exemplo de 1,96, para 95% de confiança, para 2,58, para 99% de confiança. Como $E = z \times \sigma/\sqrt{n}$, um z maior, mantido n, produz uma margem de erro maior, e não menor. (C) A margem de erro é $E = z \times \sigma/\sqrt{n}$, diretamente proporcional ao desvio-padrão σ. Quanto maior o desvio-padrão da população, maior a margem de erro, mantidas as demais condições, e não independente dele. (D) Na estimação de uma proporção, a margem de erro é $E = z \times \sqrt{p(1-p)/n}$, em que $p(1-p)$ é máximo quando $p = 0,5$, com $0,5 \times 0,5 = 0,25$, e menor quando p se aproxima de 0 ou de 1, por exemplo $p = 0,1$, com $0,1 \times 0,9 = 0,09$. Logo, a margem de erro é máxima em $p = 0,5$, e não quando p se aproxima de 0 ou de 1. (E) O intervalo de confiança vai de (estimativa - E) a (estimativa + E), de modo que sua amplitude é (estimativa + E) - (estimativa - E) = 2E, o dobro da margem de erro, e não um valor numericamente igual a ela.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	51	31	1	E
(A) A distinção entre hipótese nula e alternativa não se define pelo que o pesquisador deseja comprovar, mas pela estrutura do teste, em que a rejeição da hipótese nula exige evidência estatística suficiente, controlada pelo nível de significância. Na maioria dos estudos, a hipótese nula representa o status quo ou a ausência de efeito, que o teste busca refutar. A opção generaliza indevidamente uma associação que não é fixa. (B) As hipóteses nula e alternativa são formuladas a partir da questão de pesquisa, antes da análise dos dados utilizados para testá-las. Defini-las com base nos resultados observados e testá-las nos mesmos dados, sem os devidos ajustes metodológicos, compromete a validade do teste. (C) A não rejeição da hipótese nula significa apenas que os dados não trouxeram evidência suficiente contra ela, e não que ela esteja comprovada. A ausência de evidência contra a hipótese nula não constitui prova de que ela seja verdadeira. (D) No teste qui-quadrado de independência, a hipótese nula afirma que as variáveis são independentes, isto é, não associadas. A associação entre elas corresponde à hipótese alternativa. (E) CORRETA. O p-valor é a probabilidade de se obter uma estatística de teste tão ou mais extrema que a observada, calculada supondo verdadeira a hipótese nula. Quanto menor o p-valor, maior a evidência contra a hipótese nula.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	52	32	12	D
(A) Rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira é o erro do tipo I, e não do tipo II. O erro do tipo II consiste em não rejeitar a hipótese nula quando ela é falsa. (B) O nível de significância é a probabilidade do erro do tipo I, isto é, de rejeitar a hipótese nula verdadeira. A probabilidade do erro do tipo II é medida distinta do nível de significância. (C) O poder de um teste é a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando ela é falsa, ou seja, de detectar um efeito existente. Não rejeitar a nula quando ela é falsa corresponde ao erro do tipo II. (D) CORRETA. O erro do tipo I ocorre quando se rejeita a hipótese nula apesar de ela ser verdadeira. A sua probabilidade corresponde ao nível de significância do teste. (E) Reduzir o nível de significância diminui a probabilidade do erro do tipo I, pois esse nível é a própria probabilidade desse erro. Em contrapartida, tende a aumentar a probabilidade do erro do tipo II.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	53	33	13	B
(A) O valor de 80% é a própria probabilidade $P(\text{positiva} \mid \text{vulnerável}) = 0,80$, fornecida no enunciado. A questão pede $P(\text{vulnerável} \mid \text{positiva})$, a condicional invertida, obtida apenas após aplicar o teorema de Bayes. (B) CORRETA. Pelo teorema de Bayes, $P(\text{vulnerável} \mid \text{positiva}) = [P(\text{vulnerável}) \times P(\text{positiva} \mid \text{vulnerável})] / [P(\text{vulnerável}) \times P(\text{positiva} \mid \text{vulnerável}) + P(\text{não vulnerável}) \times P(\text{positiva} \mid \text{não vulnerável})] = (0,20 \times 0,80) / (0,20 \times 0,80 + 0,80 \times 0,20) = 0,16 / (0,16 + 0,16) = 0,16 / 0,32 = 0,50$, ou 50%. (C) O valor de 32% é a probabilidade total de triagem positiva, $P(\text{positiva}) = 0,20 \times 0,80 + 0,80 \times 0,20 = 0,16 + 0,16 = 0,32$. Esse valor é apenas o denominador do teorema de Bayes, e não a probabilidade pedida. (D) O valor de 20% é a probabilidade a priori, $P(\text{vulnerável}) = 0,20$, anterior ao resultado da triagem e sem a atualização promovida pelo teste positivo.				

(E) O valor de 16% é a probabilidade conjunta $P(\text{vulnerável} \cap \text{positiva}) = 0,20 \times 0,80 = 0,16$, sem a divisão pela probabilidade total de triagem positiva, $P(\text{positiva}) = 0,32$.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	54	34	14	A
(A) CORRETA. A matriz de covariância é simétrica, pois a covariância entre duas variáveis não depende da ordem em que são tomadas, e os elementos da sua diagonal principal são as variâncias de cada variável. (B) Na matriz de correlação, os elementos da diagonal principal são iguais a 1, pois representam a correlação de cada variável consigo mesma. Os desvios-padrão não compõem essa matriz. (C) A matriz de covariância é positiva semidefinida, mas só é invertível quando as variáveis não apresentam dependência linear exata entre si. Havendo colinearidade perfeita entre duas ou mais variáveis, a matriz torna-se singular, com determinante igual a zero, e deixa de ser invertível. (D) Os elementos fora da diagonal principal da matriz de correlação são coeficientes de correlação, limitados ao intervalo de -1 a 1, e não assumem qualquer valor real. (E) O produto de uma matriz por sua transposta resulta na matriz identidade apenas quando suas linhas são ortonormais. Em geral, esse produto não é a matriz identidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	55	35	15	E
(A) O coeficiente de correlação linear de Pearson varia apenas no intervalo de -1 a 1. Valores fora desse intervalo não são possíveis. (B) Um coeficiente de correlação igual a zero indica ausência de relação linear, mas não exclui a existência de uma relação não linear entre as variáveis. (C) Uma correlação forte revela associação estatística, e não relação de causa e efeito. A inferência causal exige fundamentos adicionais à correlação observada. (D) Na regressão linear simples, o coeficiente angular e o coeficiente de correlação têm o mesmo sinal, pois ambos refletem o sentido da relação entre as variáveis. (E) CORRETA. O coeficiente de determinação é a proporção da variabilidade da variável resposta explicada pelo modelo de regressão, assumindo valores entre 0 e 1.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	56	36	16	A
(A) CORRETA. Na regressão logística, a exponencial do coeficiente é a razão de chances. Como a exponencial de 0,693 é aproximadamente igual a 2,0, o aumento de uma unidade em X está associado a uma razão de chances aproximadamente igual a 2,0 para a ocorrência de extrema pobreza, ou seja, a chance de ocorrência aproximadamente dobra. (B) A exponencial do coeficiente é a razão de chances, e não o risco relativo. O risco relativo compara probabilidades, enquanto a razão de chances compara chances; as duas medidas se aproximam quando o evento é raro. (C) O valor 2,0 é a razão de chances e multiplica a chance, e não a probabilidade. A probabilidade está limitada ao intervalo de 0 a 1 e não é multiplicada por um fator constante. (D) Na escala do logito, o aumento de uma unidade em X acrescenta o próprio coeficiente, 0,693, e não 2,0. O valor 2,0 é a razão de chances, obtida pela exponencial do coeficiente. (E) O fator 2,0 incide sobre a chance, expressa pela razão de chances, e não sobre a probabilidade, seja a de estar ou a de não estar em situação de extrema pobreza. Ademais, o aumento da chance de extrema pobreza reduz a probabilidade de não estar nessa situação, em vez de ampliá-la.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	57	37	17	C
(A) A rejeição da hipótese nula indica que pelo menos uma média difere, e não que as três médias sejam todas diferentes entre si. A comparação par a par exige procedimentos adicionais. (B) A análise de variância não identifica qual grupo possui a maior média. Para localizar quais estratos diferem, são necessários testes de comparações múltiplas, aplicados após a análise. (C) CORRETA. A hipótese nula da análise de variância afirma a igualdade de todas as médias. A sua rejeição indica que pelo menos um dos estratos apresenta média de cobertura diferente das demais. (D) A análise de variância testa a igualdade das médias, supondo variâncias homogêneas entre os grupos. A rejeição refere-se às médias, e não a diferenças entre as variâncias. (E) A rejeição da hipótese nula indica a existência de evidência de diferença entre as médias. Concluir pela ausência de diferença inverte o sentido da decisão.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	58	38	18	D
(A) A análise fatorial busca fatores latentes, não diretamente observáveis, que expliquem as correlações entre as variáveis originais. Os fatores não coincidem com as variáveis observadas; a técnica reduz a dimensionalidade ao resumir um conjunto maior de variáveis em um número menor de fatores comuns. (B) Na análise de agrupamentos, os grupos não são conhecidos de antemão; são formados a partir da similaridade entre as observações. A definição prévia de grupos caracteriza a análise discriminante. (C) A primeira componente principal é a que retém a maior parcela da variância total. As componentes seguintes retêm parcelas menores ou iguais às anteriores. (D) CORRETA. A análise de componentes principais cria combinações lineares das variáveis originais, não correlacionadas entre si e ordenadas de modo que as primeiras componentes retêm as maiores parcelas da variabilidade dos dados. (E) A análise fatorial busca fatores latentes comuns às variáveis e não requer uma variável resposta. A predição de categorias a partir de variáveis explicativas caracteriza a análise discriminante ou de classificação.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	59	39	19	E
(A) A chave primária identifica unicamente cada registro e não admite valores nulos, pois um valor nulo impediria essa identificação. A exigência de unicidade não autoriza valores nulos. (B) A chave primária é o atributo ou conjunto de atributos escolhido para identificar unicamente cada registro da própria tabela. A chave estrangeira referencia uma chave primária ou única, de outra tabela ou da própria tabela, assegurando a integridade referencial. (C) A cardinalidade indica quantas instâncias de uma entidade se associam a instâncias de outra, como um-para-um, um-para-muitos ou muitos-para-muitos, e não o tipo de dado dos atributos. (D) No mapeamento usual, cada entidade se transforma em uma tabela e os seus atributos simples e monovalorados tornam-se colunas dessa tabela. Não é cada atributo que se converte em uma tabela. (E) CORRETA. Um relacionamento muitos-para-muitos não é representável diretamente por chaves estrangeiras nas tabelas das entidades. Cria-se uma tabela associativa, que reúne as chaves das duas entidades relacionadas.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Estatística)	60	40	20	C
(A) A cláusula GROUP BY agrega as famílias por região, de modo que o resultado apresenta uma linha por região, e não uma linha por família. A consulta não lista as famílias individualmente, ainda que restrinja as regiões com contagem superior a 50. (B) A consulta retorna uma linha para cada região que satisfaz a condição, com a respectiva contagem, e não um único número total de regiões. O HAVING apenas restringe quais regiões são exibidas. (C) CORRETA. A cláusula WHERE seleciona as famílias com renda per capita inferior a 200; o GROUP BY agrupa por região; a função COUNT conta as famílias de cada grupo; e o HAVING mantém apenas as regiões cuja contagem é superior a 50. (D) O filtro sobre a renda per capita é aplicado pela cláusula WHERE antes do agrupamento, e não após a contagem. O HAVING atua depois do agrupamento e restringe as regiões pela contagem superior a 50, não pela renda. (E) A função COUNT conta o número de famílias de cada região, e não soma as rendas per capita. A soma dos valores seria obtida pela função SUM, embora a restrição às regiões com contagem superior a 50 esteja correta.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	41	21	1	B
(A) Opção incorreta, pois a opção reduz o DHAA à disponibilidade regular de alimentos e considera a adequação cultural não essencial, o que contraria os princípios da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que inclui a dimensão cultural da alimentação adequada. (B) CORRETA. A opção está de acordo com a definição de alimentação adequada no contexto brasileiro, contemplando acesso permanente, a segurança, a qualidade, a adequação nutricional e cultural e o respeito à dignidade humana. (C) Opção incorreta, pois o excesso de peso não é indicador de garantia do DHAA, podendo coexistir com insegurança alimentar e má qualidade da dieta. (D) Opção incorreta, pois o DHAA não se restringe à renda ou capacidade de compra, sendo mais amplo que políticas de transferência de renda. (E) Opção incorreta, pois o excesso de peso não exclui violação do DHAA, pois pode refletir insegurança alimentar qualitativa.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	42	22	2	D
(A) Opção incorreta, pois o Banco de Alimentos não tem como finalidade produzir refeições prontas. Sua função é captar, receber, selecionar, armazenar e distribuir alimentos próprios para consumo oriundos de doações, perdas ou desperdícios evitáveis, destinando-os a entidades socioassistenciais e outros equipamentos públicos de alimentação e nutrição. (B) Opção incorreta, pois as Cozinhas Comunitárias têm como finalidade a produção e a oferta de refeições adequadas e saudáveis prioritariamente para populações em situação de vulnerabilidade social indicadas pelos serviços de assistência social. O perfil de acesso universal descrito no enunciado corresponde ao Restaurante Popular. (C) Opção incorreta, pois a Horta Comunitária destina-se ao cultivo de alimentos, não à oferta de refeições prontas em equipamento com as características descritas no enunciado. (D) CORRETA. Os Restaurantes Populares oferecem refeições nutricionalmente adequadas a preço acessível, em ambiente apropriado para consumo, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a garantia do acesso regular à alimentação. (E) Opção incorreta, pois Unidade de Alimentação e Nutrição é uma denominação geral para unidades responsáveis por atividades de alimentação e nutrição, incluindo a produção e a distribuição de refeições. Não identifica especificamente a modalidade de equipamento público descrita, que corresponde ao Restaurante Popular.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	43	23	3	C
(A) Opção incorreta, pois o SISAN não é coordenado pelo Ministério da Saúde. De acordo com o art. 11, inciso III, da Lei nº 11.346/2006 e o art. 7º, inciso III, do Decreto nº 7.272/2010, cabe à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) elaborar a Política e o Plano Nacional de SAN, promover a articulação entre os órgãos governamentais e coordenar sua execução, monitoramento e avaliação. (B) Opção incorreta, porque para aderir ao SISAN, o ente federativo deve possuir Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, além de assumir o compromisso de elaborar o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no prazo de um ano após a assinatura do termo de adesão. O plano não precisa existir previamente (art. 11, § 2º, do Decreto nº 7.272/2010). (C) CORRETA. O SISAN baseia-se na articulação entre os diferentes setores governamentais, na cooperação entre os entes federativos e na participação da sociedade civil. De acordo com o art. 10 da Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), o SISAN tem como objetivo formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional e estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil. (D) Opção incorreta, pois a adesão ao SISAN não é obrigatória. Conforme o art. 11 do Decreto nº 7.272/2010, a integração dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ocorre por meio de termo de adesão, observados os requisitos previstos na regulamentação. (E) Opção incorreta. O SISAN não é uma instância de assessoramento aos gestores públicos. O CONSEA é o órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República (art. 11, inciso II, da Lei nº 11.346/2006), enquanto a CAISAN é responsável por elaborar a PNSAN, coordenar sua execução e promover a articulação entre os órgãos governamentais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	44	24	4	B
(A) Opção incorreta, pois o CONSEA não possui caráter deliberativo nem competência para aprovar o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Conforme os arts. 1º e 2º do Decreto nº 6.272/2007, trata-se de órgão consultivo e de assessoramento imediato ao Presidente da República, cabendo-lhe propor diretrizes e acompanhar a implementação das políticas de SAN. (B) CORRETA. De acordo com os arts. 1º e 2º do Decreto nº 6.272/2007, o CONSEA é órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, de caráter consultivo, competindo-lhe propor, monitorar e avaliar políticas e ações de Segurança Alimentar e Nutricional. Nos termos do art. 11, inciso II, da Lei nº 11.346/2006 (LOSAN), o CONSEA integra o SISAN como instância de participação e controle social. (C) Opção incorreta, porque o CONSEA exerce função de assessoramento imediato ao Presidente da República (art. 11, inciso II, da Lei nº 11.346/2006). A elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a coordenação de sua execução e a articulação entre os órgãos da administração pública federal são competências da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) (art. 11, inciso III, da Lei nº 11.346/2006 e art. 7º, inciso III, do Decreto nº 7.272/2010). (D) Opção incorreta, pois a Vigilância Alimentar e Nutricional integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e é operacionalizada no âmbito do SUS, especialmente por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), não constituindo atribuição do CONSEA. (E) Opção incorreta. O CONSEA é órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, e não subordinado ao Ministério da Saúde (art. 11, inciso II, da Lei nº 11.346/2006). Além disso, sua atuação não se restringe às políticas de alimentação e nutrição no âmbito do SUS, mas abrange a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no contexto do SISAN (arts. 8º e 11 da Lei nº 11.346/2006).				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	45	25	5	C
(A) Opção incorreta, pois segundo o Caderno dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes do Ministério da Saúde, crianças participantes da estratégia NutriSUS não devem receber outros suplementos de ferro, como o sulfato ferroso, para evitar duplicidade de intervenção. Dessa forma, o PNSF atende crianças de 6 a 24 meses que não estão contempladas pela estratégia NutriSUS. (B) Opção incorreta, pois a fortificação obrigatória de farinhas de trigo e milho com ferro e ácido fólico constitui uma estratégia de saúde pública distinta, regulamentada por normas específicas de vigilância sanitária, não sendo a estratégia do PNSF, que se baseia na suplementação profilática de ferro. (C) CORRETA. O PNSF contempla a suplementação profilática de ferro para crianças de 6 a 24 meses, conforme protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, integrando as ações de prevenção da anemia ferropriva no âmbito da Atenção Primária à Saúde. (D) Opção incorreta, porque as estratégias diferem tanto na forma de administração quanto no tipo de intervenção: o NutriSUS utiliza sachês com múltiplos micronutrientes em pó adicionados às refeições, enquanto o PNSF baseia-se na suplementação medicamentosa de ferro. Portanto, não possuem a mesma forma de administração. (E) Opção incorreta, pois a estratégia NutriSUS é direcionada a crianças, e não a gestantes, cujo acompanhamento de suplementação de ferro ocorre por meio de outras estratégias do Ministério da Saúde.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	46	26	6	C
(A) Opção incorreta, pois o Ministério da Saúde e a OMS recomendam aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de vida. A introdução de alimentação complementar deve ocorrer a partir dos 6 meses, mantendo-se o aleitamento materno até 2 anos ou mais. (B) Opção incorreta, pois a situação de insegurança alimentar domiciliar, por si só, não constitui indicação para introduzir fórmula infantil em uma criança de 4 meses que está em aleitamento materno exclusivo. (C) CORRETA. O aleitamento materno exclusivo deve ser mantido até os 6 meses de idade, conforme o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos e a OMS. A interrupção precoce está associada a maior risco de infecções e pior qualidade da alimentação no primeiro ano de vida, além de aumento da morbimortalidade infantil. (D) Opção incorreta, pois o aleitamento materno recomendado até os 6 meses é o aleitamento materno exclusivo, e não o aleitamento materno predominante, que inclui água ou bebidas à base de água, não sendo a forma recomendada como padrão para os primeiros seis meses de vida. (E) Opção incorreta, pois não há indicação de introduzir leite de vaca na situação apresentada. A insegurança alimentar domiciliar não justifica substituir o aleitamento materno exclusivo, recomendado até os 6 meses.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	47	27	7	E
(A) Opção está incorreta, pois conforme a Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pela transferência suplementar dos recursos financeiros aos entes executores. Portanto, é incorreto afirmar que o FNDE realiza transferência integral dos recursos destinados ao PNAE. (B) Opção está incorreta, pois o PNAE destina-se também aos estudantes matriculados na educação básica pública, compreendendo a educação infantil (creches e pré-escolas), o ensino fundamental, o ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), incluindo, ainda, escolas filantrópicas e entidades comunitárias conveniadas ao poder público. Dessa forma, excluir as pré-escolas do atendimento está em desacordo com a legislação. (C) Opção está incorreta, pois a coordenação técnica das ações de alimentação e nutrição deve ser realizada por nutricionista responsável técnico vinculado à entidade executora, e não ao FNDE. Essa responsabilidade técnica não se confunde com a responsabilidade pela execução administrativa e financeira do programa. (D) Opção está incorreta, pois conforme a Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, no máximo 10% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE podem ser destinados à aquisição de alimentos processados e ultraprocessados. Portanto, a afirmação de que esse limite corresponde a 30% está incorreta. (E) CORRETA. A Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, estabelece que, nas unidades escolares que ofertam alimentação em período parcial, os cardápios devem incluir, obrigatoriamente, frutas in natura, no mínimo, dois dias por semana. Além disso, bebidas à base de frutas, como sucos, não substituem essa exigência, uma vez que a legislação determina especificamente a oferta da fruta in natura.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	48	28	8	A
(A) CORRETA. A estratégia está alinhada aos princípios do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (2012), especialmente quanto à participação social, valorização da cultura alimentar, intersetorialidade e promoção da autonomia dos sujeitos. A EAN deve ser construída de forma dialógica, considerando os saberes locais e promovendo escolhas alimentares conscientes e saudáveis, em consonância com o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) previsto na Lei nº 11.346/2006 (LOSAN). (B) Opção está incorreta, pois a EAN não se restringe às fases da infância e adolescência, devendo ser desenvolvida ao longo de todo o curso da vida, conforme o princípio da educação permanente e contínua. Além disso, não se limita a ações informativas nem a indivíduos com doenças já instaladas, pois sua abordagem é promocional, universal e intersetorial, não restrita a grupos etários ou condições clínicas. (C) Opção está incorreta porque a EAN orienta a integração e o diálogo entre o saber científico e o saber popular/cultural, respeitando a cultura alimentar como elemento estruturante das práticas alimentares. A adequação nutricional deve ser trabalhada nessa construção compartilhada, sem reduzir a consideração das práticas culturais à sua compatibilidade com objetivos definidos unilateralmente pela equipe. (D) Opção está incorreta porque reduz a EAN à lógica de risco individual e comportamento alimentar, o que contraria sua abordagem estruturante e intersetorial. A EAN não tem como foco exclusivo indivíduos com maior risco nutricional, nem se limita à mudança de comportamento individual, mas sim à promoção da autonomia, da soberania alimentar e da transformação dos sistemas alimentares. (E) Opção está incorreta, porque a EAN não deve ser padronizada de forma homogênea, sem adaptação ao contexto territorial e sociocultural das ações. A padronização das mensagens sem essa adaptação desconsidera a diversidade cultural, social e alimentar dos territórios, comprometendo a efetividade das ações e contrariando o princípio da adequação sociocultural da alimentação previsto na LOSAN.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	49	29	9	E
(A) Opção está incorreta, pois o Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no PNAE elaborado pelo FNDE permite dispensar sua aplicação na creche (0 a 3 anos), não estabelecendo a obrigatoriedade indistinta para todas as faixas etárias. (B) Opção está incorreta, pois, embora o porcionamento possa influenciar o resultado do teste de aceitabilidade, a avaliação não se restringe exclusivamente à aceitação global da preparação. A escala hedônica também permite avaliar atributos específicos, como sabor, aparência e textura. (C) Opção está incorreta, pois não há exigência universal de 85% de aceitabilidade. Os critérios variam conforme o método aplicado, sendo 85% para escala hedônica e 90% para o método de resto-ingesta. (D) Opção está incorreta, pois os testes de aceitabilidade não são restritos à inserção de alimentos atípicos, podendo ser aplicados em diferentes situações de monitoramento da alimentação escolar.				

(E) CORRETA. O teste de aceitabilidade pode ser dispensado para frutas, hortaliças e preparações compostas majoritariamente por esses alimentos, conforme orientações do PNAE.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	50	30	10	A
(A) CORRETA. A conduta reúne atribuições do nutricionista responsável técnico pelo PNAE previstas na legislação vigente. Compete ao nutricionista elaborar e revisar os cardápios considerando as necessidades nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar e a sustentabilidade; elaborar e padronizar fichas técnicas de preparo; realizar testes de aceitabilidade quando previstos na legislação; utilizar os resultados da avaliação nutricional para subsidiar o planejamento da alimentação escolar; e desenvolver ações permanentes de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Essas atribuições estão previstas na Lei nº 11.947/2009, na Resolução CD/FNDE nº 4/2026 e na Resolução CFN nº 788/2024. (B) Opção incorreta, pois a responsabilidade técnica pela elaboração e padronização das fichas técnicas de preparo não pode ser transferida às merendeiras. As fichas técnicas são instrumentos técnicos elaborados e validados pelo nutricionista para garantir a padronização das preparações, o controle da qualidade e a adequação nutricional. (C) Opção incorreta, pois a elaboração de fichas técnicas não se restringe às preparações de maior complexidade operacional. A padronização das preparações é uma atribuição do nutricionista e deve contemplar o cardápio ofertado, assegurando a qualidade, a reprodutibilidade das preparações e o adequado planejamento da alimentação escolar. (D) Opção incorreta, pois o teste de aceitabilidade não deve ser realizado apenas quando houver recusa superior a 50% dos estudantes. A Resolução estabelece situações específicas em que sua aplicação é obrigatória, como na introdução de novos alimentos ou preparações e em outras situações previstas na norma, não estando condicionada a um percentual de rejeição observado na escola. (E) Opção incorreta, pois os cardápios não dependem de aprovação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). O CAE exerce função de acompanhamento, fiscalização e controle social da execução do PNAE, não possuindo competência para aprovar ou homologar cardápios.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	51	31	1	B
(A) Opção está incorreta, pois a limpeza envolve a remoção de sujidades e pode reduzir a carga microbiana, mas não garante sua eliminação completa. (B) CORRETA. A higienização de alimentos é composta por duas etapas sequenciais: limpeza (remoção de sujidades) e sanitização (redução de microrganismos a níveis seguros), conforme as Boas Práticas estabelecidas na RDC nº 216/2004 da ANVISA. (C) Opção incorreta, pois a sanitização não promove eliminação total de microrganismos, mas sim sua redução a níveis seguros, compatíveis com o consumo humano. (D) Opção incorreta, pois a sanitização não é exclusiva de alimentos crus. Ela é especialmente indicada para alimentos consumidos in natura, mas pode ser aplicada conforme o risco sanitário, não sendo dispensada pelo cozimento posterior do alimento. (E) Opção incorreta, pois detergentes não substituem os agentes desinfetantes. A sanitização química deve utilizar produtos apropriados e regularizados para aplicação em alimentos, conforme as instruções do fabricante, após a etapa de limpeza.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	52	32	12	A
(A) CORRETA. O fator de cocção é utilizado para avaliar variações de peso decorrentes do cozimento, como ganho ou perda de água e gordura. Relaciona o peso do alimento após a cocção ao peso líquido do alimento cru, permitindo estimar seu rendimento. (B) Opção incorreta, pois o fator de correção é utilizado para estimar perdas no pré-preparo, sendo calculado pela relação entre o peso bruto e o peso líquido do alimento, e não entre alimento cozido e cru. (C) Opção incorreta, pois o índice de aproveitamento expressa a proporção aproveitável do alimento após o pré-preparo, não as variações de peso decorrentes da cocção. (D) Opção incorreta, pois o per capita corresponde à quantidade de alimento prevista por pessoa, não ao indicador de alteração de peso após a cocção. (E) Opção incorreta, pois rendimento bruto não corresponde ao indicador específico utilizado para relacionar o peso do alimento cozido ao peso líquido antes da cocção.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	53	33	13	B
(A) Opção incorreta, pois o fluxograma representa a sequência das etapas de um processo, não a descrição das atribuições de cada unidade organizacional. (B) CORRETA. O funcionograma descreve as funções, atividades e responsabilidades de cada unidade administrativa, sendo utilizado na etapa de organização para estruturar o funcionamento da UAN. (C) Opção incorreta, pois o organograma representa a estrutura hierárquica e os níveis de autoridade, enquanto o funcionograma descreve as funções e atividades desenvolvidas por cada unidade administrativa. (D) Opção incorreta, pois o cronograma apresenta a programação temporal das atividades, indicando prazos e períodos de execução, não as atribuições das unidades organizacionais. (E) Opção incorreta, pois o manual de rotinas detalha os procedimentos e a sequência de execução das atividades, enquanto o instrumento solicitado descreve as atribuições e responsabilidades de cada unidade organizacional.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	54	34	14	D
(A) Opção incorreta, pois as Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA) não são causadas exclusivamente por bactérias e suas toxinas. Elas podem ser provocadas por diferentes agentes etiológicos, incluindo bactérias, vírus, fungos, parasitas, príons, toxinas naturais, contaminantes químicos e outras substâncias nocivas presentes na água ou nos alimentos. (B) Opção incorreta, pois o conceito corresponde ao de intoxicação alimentar e não ao de infecção alimentar. As infecções alimentares resultam da ingestão de microrganismos patogênicos viáveis, que se multiplicam no organismo do hospedeiro. Já as intoxicações alimentares decorrem da ingestão de toxinas previamente produzidas no alimento, não sendo necessária a presença de microrganismos viáveis no momento do consumo. (C) Opção incorreta, pois, como regra geral, considera-se surto de DTHA a ocorrência de dois ou mais casos de doença com quadro clínico semelhante, associados à ingestão de alimentos ou água da mesma origem. A opção erra ao afirmar que são necessários três ou mais casos. (D) CORRETA. Segundo a RDC nº 216/2004, os manipuladores devem ser supervisionados e capacitados periodicamente em higiene pessoal, manipulação higiênica dos alimentos e doenças transmitidas por alimentos, devendo a capacitação ser comprovada mediante documentação. Para o responsável pelas atividades de manipulação, a norma estabelece conteúdos mínimos que incluem contaminantes alimentares, doenças transmitidas por alimentos, manipulação higiênica dos alimentos e Boas Práticas. (E) Opção incorreta, pois na toxinfecção alimentar ocorre a ingestão de microrganismos patogênicos viáveis que, após alcançarem o trato gastrointestinal, multiplicam-se e produzem toxinas responsáveis pelo quadro clínico. A opção descreve, na realidade, o mecanismo da intoxicação alimentar, em que as toxinas são produzidas previamente no alimento.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	55	35	15	C
(A) Opção incorreta, pois a avaliação da qualidade dos alimentos não se restringe à conformidade microbiológica, devendo considerar também aspectos físico-químicos, sensoriais e o atendimento às Boas Práticas de Fabricação. (B) Opção incorreta, pois a eficácia das Boas Práticas pode ser verificada por meio de registros operacionais, monitoramentos e inspeções. Entretanto, a verificação por registros e inspeções do produto final não substitui o monitoramento dos controles durante o processo, mesmo quando não forem identificadas não conformidades. (C) CORRETA. As Boas Práticas de Fabricação constituem um conjunto de medidas que deve ser adotado durante todas as etapas da produção de alimentos, com o objetivo de garantir a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos e a conformidade dos produtos e processos com a legislação sanitária. (D) Opção incorreta, pois o Manual de Boas Práticas descreve as operações realizadas pelo estabelecimento e as condições higiênico-sanitárias adotadas. Os POPs não se destinam exclusivamente ao registro do monitoramento dessas operações, mas consistem em instruções escritas que descrevem a sequência das operações rotineiras e específicas para garantir a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos. (E) Opção incorreta, pois o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados exercem funções complementares e devem estar implementados, disponíveis e atualizados de forma a refletir as condições reais de funcionamento do estabelecimento, independentemente da ocorrência de inspeções ou identificação de não conformidades.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	56	36	16	E
(A) Opção incorreta, pois o envelhecimento está associado à redução da massa muscular e da força, aumentando o risco de sarcopenia. Entretanto, a redução progressiva da massa adiposa não é uma característica uniforme do envelhecimento; ocorre, frequentemente, aumento relativo da gordura corporal e alterações na sua distribuição. (B) Opção incorreta, pois gestantes com obesidade devem apresentar ganho ponderal durante a gestação, conforme a recomendação baseada no IMC pré-gestacional. (C) Opção incorreta, pois apesar da elevada biodisponibilidade do ferro do leite materno, a amamentação exclusiva não supre as necessidades de ferro durante todo o primeiro ano de vida, sendo indicada suplementação profilática a partir dos 6 meses de idade para lactentes nascidos a termo, com peso adequado e sem fatores de risco, conforme a referência da SBP citada. A presença de fatores de risco pode exigir início mais precoce. (D) Opção incorreta, pois a adolescência é um período crítico para aquisição de massa óssea, com elevada demanda de cálcio. A recomendação para adolescentes é superior à de adultos, sendo aproximadamente 1.300 mg/dia. (E) CORRETA. Durante a lactação ocorre aumento da demanda energética materna para a produção de leite, sendo recomendado acréscimo energético médio de aproximadamente 300 kcal a 500 kcal/dia nos primeiros seis meses, com ajuste às necessidades individuais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	57	37	17	D
(A) Opção incorreta, pois o SISVAN preconiza para crianças menores de 5 anos o uso de peso para idade (P/I), estatura para idade (E/I), peso para estatura (P/E) e IMC para idade (IMC/I). O índice P/E não é restrito às crianças de 5 a 10 anos incompletos. (B) Opção incorreta, pois o perímetro cefálico para idade (PC/I) é um indicador válido desde o nascimento, inclusive em recém-nascidos pré-termo, sendo fundamental na avaliação do crescimento craniano e do desenvolvimento neurológico. Não há recomendação de restrição até os 6 meses de idade. (C) Opção incorreta, pois percentis entre 15 e 25 correspondem a peso adequado para idade. No SISVAN, baixo peso para idade corresponde ao intervalo igual ou superior ao percentil 0,1 e inferior ao percentil 3; valores inferiores ao percentil 0,1 são classificados como muito baixo peso para idade. (D) CORRETA. Em crianças nascidas pré-termo, recomenda-se o uso da idade corrigida até os 24 meses de idade cronológica para a interpretação dos indicadores antropométricos, estendendo-se seu uso até os 36 meses nos prematuros extremos, nascidos com menos de 28 semanas de gestação. Essa correção considera o impacto da prematuridade no crescimento e desenvolvimento, permitindo uma avaliação mais adequada da evolução da criança. (E) Opção incorreta, embora o IMC para idade (IMC/I) seja o principal indicador para adolescentes, o SISVAN também recomenda a utilização da estatura para idade (E/I). Portanto, não é o único índice utilizado nessa faixa etária.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	58	38	18	D
(A) Opção incorreta, pois o valor correto para o álcool é 7 kcal/g. (B) Opção incorreta, pois a classificação das fibras está invertida quanto aos exemplos apresentados de celulose, lignina, gomas e pectinas. Celulose e lignina são fibras insolúveis, enquanto gomas e pectinas são fibras solúveis. As hemiceluloses incluem componentes com diferentes características de solubilidade. (C) Opção incorreta, as gorduras dietéticas realmente são essenciais para absorção de vitaminas lipossolúveis e modulam secreções digestivas, porém não aceleram o esvaziamento gástrico, e sim o retardam, aumentando o tempo de permanência gástrica e promovendo maior saciedade. (D) CORRETA. O organismo humano não possui capacidade de sintetizar o ácido linoleico (ômega-6) e o ácido alfa-linolênico (ALA, ômega-3). Assim, esses ácidos graxos são considerados essenciais e devem ser obtidos pela dieta e/ou suplementação. (E) Opção incorreta, pois a qualidade proteica e a biodisponibilidade dos aminoácidos são fatores fundamentais para a síntese proteica e para a utilização biológica da proteína ingerida.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	59	39	19	B
(A) Opção incorreta, pois as Diretrizes Brasileiras de Obesidade recomendam que a redução energética seja individualizada e não estabelecem a restrição de carboidratos para valores inferiores a 40% do VET como conduta prioritária. Estratégias alimentares com diferentes distribuições de macronutrientes podem ser utilizadas conforme características e preferências do indivíduo. (B) CORRETA. O tratamento nutricional da obesidade deve priorizar mudanças sustentáveis no padrão alimentar, com aumento do consumo de alimentos in natura e minimamente processados e redução de ultraprocessados, associados à mudança de comportamento alimentar. (C) Opção incorreta, pois não há recomendação de suplementação de nutrientes específicos como estratégia principal para tratamento da obesidade. A intervenção deve ser baseada em mudanças alimentares, comportamentais e no estilo de vida. (D) Opção incorreta, pois, embora o controle energético seja um componente do tratamento da obesidade, a intervenção deve considerar também qualidade da alimentação, comportamento alimentar, contexto social e fatores relacionados ao estilo de vida. (E) Opção incorreta, pois o acompanhamento nutricional deve fazer parte do cuidado da obesidade desde a avaliação inicial, especialmente na Atenção Primária à Saúde, não sendo condicionado à falha do tratamento medicamentoso.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Nutrição)	60	40	20	E
(A) Opção incorreta, pois as diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD) recomendam perder, no mínimo, 5% do peso corporal inicial para melhora do controle glicêmico. (B) Opção incorreta, pois não se recomenda, como regra, consumo superior a 1,2 g/kg/dia de proteína para pessoas com DM2 e doença renal crônica não dialítica. A SBD recomenda, especificamente nos estágios 4 e 5 não dialíticos, ingestão de 0,8 g/kg de peso ideal por dia, para preservar a função renal.				

(C) Opção incorreta, porque a SBD reconhece que diferentes padrões alimentares, incluindo dietas com menor teor de carboidratos, podem ser utilizados de forma individualizada no DM2. Entretanto, não há recomendação de priorização dessa estratégia para todos os indivíduos, e o controle glicêmico depende também da qualidade da alimentação, quantidade de carboidratos, composição das refeições e características individuais. (D) Opção incorreta, pois a frutose naturalmente presente em frutas e alimentos in natura não deve ser excluída da alimentação de pessoas com DM2. As recomendações priorizam a qualidade da dieta e a redução do consumo de açúcares livres e alimentos ultraprocessados. (E) CORRETA. A SBD recomenda que o plano alimentar seja individualizado, considerando necessidades energéticas, estado nutricional, preferências alimentares, contexto de vida e objetivos terapêuticos. A distribuição adequada dos carboidratos, a qualidade da dieta, o aumento do consumo de fibras e o controle do peso fazem parte do manejo nutricional do DM2.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	41	21	1	C
(A) A abordagem crítico-reprodutivista apenas denuncia como as instituições reproduzem a desigualdade, sem propor ações metodológicas dialogadas. Além disso, a oficina descrita não é educação informal, pois possui planejamento técnico do pedagogo. (B) A pedagogia histórico-crítica valoriza a transmissão de conteúdos científicos acumulados pela humanidade, articulada à prática social. Entretanto, a opção classifica a atividade como educação formal, enquanto o enunciado descreve uma oficina socioassistencial de educação não formal. (C) CORRETA. O enunciado traz os elementos centrais da matriz freiriana (concepção emancipatória / educação popular): ponto de partida na realidade do território, uso do diálogo horizontal e foco na autonomia. Ocorre no campo da educação não formal, pois é uma ação intencional e planejada, mas realizada fora do sistema escolar tradicional (no caso, na assistência social). (D) A abordagem tecnicista foca na produtividade, eficiência técnica e aplicação de pacotes instrucionais de cima para baixo. Ela é o oposto de uma estratégia que privilegia o diálogo e constrói soluções junto com os usuários. (E) A pedagogia tradicional baseia-se na autoridade do professor, na memorização e na transmissão vertical de conteúdos, sem privilegiar a construção dialogada de soluções a partir da realidade das famílias.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	42	22	2	B
(A) Limita o profissional a uma função de tutor escolar. (B) CORRETA. No CREAS (Proteção Especial), o pedagogo lida com violação de direitos. Sua função é criar metodologias de intervenção social e pedagógica que ajudem a romper ciclos de violência, promovendo a autonomia e a ressignificação da dor social. (C) As atribuições do pedagogo e do assistente social não se fundem por completo. A inserção de dados socioeconômicos no CadÚnico não é atribuição exclusiva do assistente social nem se confunde com a realização de estudo socioeconômico. (D) Transfere a função da escola para a assistência social. (E) Patologiza a atuação, que deve ser social/comunitária e não clínica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	43	23	3	E
(A) Confunde a intervenção emancipatória com uma prática de adequação comportamental e adaptação ao mercado de trabalho. (B) Reduz a vulnerabilidade social a fatores individuais e psicológicos, desconsiderando suas causas sociais e estruturais. (C) Descreve uma prática tecnocrática/antidialógica. (D) Descreve o espontaneísmo sem intencionalidade pedagógica. (E) CORRETA. A realidade como ponto de partida para o diálogo e reflexão é ponto principal como prática emancipadora.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	44	24	4	B
(A) A gestão democrática é princípio constitucional aplicado estritamente ao ensino público (Art. 206, VI), e não ao ensino privado. (B) CORRETA. Corresponde à exata redação do Artigo 208, inciso VII da CF/88, que prevê a garantia de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde em todas as etapas da educação básica. (C) A educação infantil é de competência prioritária dos Municípios (Art. 211, § 2º), e não da União. No caso do DF, este acumula competências estaduais e municipais, mas o item erra na distribuição geral da responsabilidade federativa de execução. (D) A CF/88 obriga a vinculação de percentuais mínimos de impostos para o ensino (Art. 212 — União nunca menos de 18%; Estados, DF e Municípios, 25%). (E) A iniciativa privada deve obrigatoriamente cumprir as normas gerais da educação nacional para poder funcionar (Art. 209, I).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	45	25	5	D
(A) A participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico é um requisito obrigatório e norteador da gestão democrática estabelecido no Artigo 14, inciso I da LDB. (B) A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Artigo 21, inciso I). (C) O Artigo 14, inciso II da LDB assegura expressamente a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (D) CORRETA. Trata-se do princípio incluído pela Lei nº 14.191/2021 no Artigo 3º, inciso XIV da LDB, que reflete as atualizações da legislação sobre a educação bilíngue de surdos e o respeito à diversidade cultural desse grupo. (E) A gestão democrática abrange as dimensões pedagógica, administrativa e de gestão financeira, devendo ser articulada de forma coletiva na unidade de ensino.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	46	26	6	A
(A) CORRETA. O item demonstra a aplicação prática da Pedagogia Social Crítica. A pedagoga integra a leitura do território vivo (usando cartografia social e história oral) com o objetivo de fortalecer os vínculos comunitários e a autonomia dos jovens, partindo da própria realidade deles, opondo-se ao viés puramente escolar ou punitivo. (B) Adota uma postura clínica/patologizante inadequada para o SUAS. (C) Foca no viés higienista e conservador de normatização de comportamentos. (D) Anula as práticas coletivas que são a essência do SCFV. (E) Gera desvio de função (reforço escolar) e caráter punitivo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	47	27	7	E
(A) Descreve uma prática puramente multidisciplinar justaposta e isolada. (B) Propõe um modelo centralizador/antidialógico de rede. (C) Confunde a flexibilidade do planejamento participativo com a ausência total de método e intencionalidade (espontaneísmo). (D) Exclui os usuários do processo de avaliação emancipatória.				

(E) CORRETA. Aplica perfeitamente o conceito de planejamento participativo (ao colocar os adolescentes e famílias como sujeitos ativos na definição das metas do plano de acompanhamento) e o materializa por meio de uma prática interdisciplinar e intersetorial real (matriciamento, estudo de caso comum e articulação direta com a rede de saúde, educação e assistência, evitando o atendimento fragmentado).				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	48	28	8	B
(A) Descreve uma pedagogia tradicional e higienista, que se distancia da Pedagogia Social Crítica. (B) CORRETA. O item define conceitualmente a essência das metodologias participativas na Pedagogia Social. As oficinas não são passatempos ou aulas tradicionais; o lúdico e a cultura servem como ferramentas para desnaturalizar as vulnerabilidades. O grupo permite que o usuário compreenda que suas dificuldades possuem raízes sociais coletivas, caminhando em direção à emancipação. (C) Reduz a oficina ao mero passatempo esvaziado de sentido. (D) Restringe erroneamente o público do SUAS (o SCFV atende todas as faixas etárias). (E) Confunde a flexibilidade grupal com a ausência de intencionalidade e adota o mito da neutralidade pedagógica.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	49	29	9	B
(A) A ação descrita na opção está sustentada na lógica do controle comportamental, em contraposição à emancipação, à autonomia e à garantia de direitos de forma integrada. (B) CORRETA. Sintetiza com precisão a práxis da Pedagogia Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (C) Restringe a atuação do pedagogo no SUAS a funções escolares. O CRAS não é um espaço escolar ou de atendimento clínico-psicopedagógico; as ações devem ter caráter socioeducativo e comunitário. (D) O "espontaneísmo lúdico" é criticado pela literatura da Pedagogia Social. As atividades lúdicas e culturais em espaços socioassistenciais não servem como mero entretenimento para "ocupar o tempo ocioso" ou "desviar o foco de conflitos", mas sim como instrumentos metodológicos intencionais e politicamente orientados para a reflexão crítica e superação de vulnerabilidades. (E) A afirmação está errada ao propor que o órgão controle as trajetórias de forma "centralizadora" e "dispensando a articulação com os demais atores da rede de proteção", o que contraria a intersetorialidade e a centralidade familiar que orientam o SUAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	50	30	10	B
(A) Reduz o território à geografia física e esvazia o fortalecimento de vínculos ao tratá-lo como mera imposição de regras e enquadramento. (B) CORRETA. O conceito de território vivo (Sposati) supera a visão puramente física ou geográfica, entendendo-o como o palco vivo das contradições e potências sociais. É a partir dessa leitura que o fortalecimento de vínculos (Miotto) se edifica: como uma ação político-pedagógica de suporte e fomento à autonomia das famílias, blindando a intervenção do SUAS contra a tendência histórica de vigiar, punir ou culpar os arranjos familiares pelas sequelas da desigualdade social. (C) Erra ao afirmar que o território não interfere na família e nega a necessidade da intersetorialidade, que é princípio organizativo do SUAS. (D) Incorre no erro do "espontaneísmo lúdico despolitizado", que retira a intencionalidade pedagógica e a criticidade das oficinas sociais. (E) Defende a "familiarização" da proteção social, isto é, a falsa premissa de que a família deve se bastar sozinha, desonerando o papel do Estado na garantia de direitos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	51	31	1	A
(A) CORRETA. Estabelece que o território imprime marcas reais nas condições de vida das pessoas (desigualdade socioespacial) e que a família sofre o impacto direto dessas privações. Portanto, o trabalho do pedagogo e da equipe do SUAS deve se dar pela via do suporte, do fortalecimento da autonomia e da oferta de seguranças sociais, rechaçando a herança higienista de julgar os arranjos familiares periféricos como incompetentes ou desestruturados. (B) Trata a pobreza como "falha moral" ou "escolha individual" e defende uma pedagogia autoritária de controle e imposição de regras. (C) Adota uma perspectiva policial e fiscalizatória sobre a vida familiar, o que viola os princípios ético-políticos do SUAS. (D) Reduz o território a um conceito puramente geográfico e de carências (ignorando suas potências) e esvazia as oficinas sociais ao transformá-las em mero passatempo. (E) Promove a desresponsabilização do Estado ao defender a "familiarização" extrema da proteção, além de negar o princípio da intersetorialidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	52	32	12	E
(A) O planejamento participativo rejeita modelos autoritários. (B) Avaliação como ato meramente quantitativo para controle de custos. (C) O planejamento participativo rejeita modelos neutros. (D) Desresponsabilização do profissional quanto à mediação técnica e à coordenação metodológica das atividades. (E) CORRETA. O planejamento participativo exige a inserção ativa dos sujeitos na leitura e na transformação de sua própria realidade social. A avaliação passa a ser um instrumento pedagógico-social de reflexão conjunta sobre os processos de emancipação e fortalecimento de vínculos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	53	33	13	C
(A) Burocratização de encaminhamentos. (B) Desvalorização e descaracterização dos profissionais de diferentes áreas. (C) CORRETA. O trabalho em rede, conforme discutido pela literatura socioeducativa crítica, contrapõe-se diametralmente à simples burocratização de encaminhamentos. A rede é caracterizada pela horizontalidade e pela corresponsabilidade técnica entre diferentes políticas públicas. (D) Elimina a corresponsabilização e horizontalidade entre especialistas de diferentes áreas e centraliza no sistema de justiça. (E) A articulação intersetorial não se limita à colaboração esporádica e informal entre profissionais. Pressupõe planejamento compartilhado e pactuação de fluxos, protocolos e responsabilidades entre os serviços.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	54	34	14	D
(A) Reproduz a dimensão puramente punitiva e tutelar. (B) Reproduz a dimensão puramente punitiva e tutelar. (C) Reduz a pedagogia ao utilitarismo técnico. (D) CORRETA. O trecho apresentado aponta que a Pedagogia Social deve romper com a lógica meramente disciplinar/punitiva. A opção traduz esse princípio ao tratar o adolescente como sujeito ativo de sua própria ressocialização (e não mero objeto de intervenção), e orienta para um trabalho integrado com o território e a rede de direitos. (E) Esvazia o caráter intersetorial e integral.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	55	35	15	B
(A) Reproduz o modelo escolarizante e punitivo da intervenção pedagógica tradicional. (B) CORRETA. O centro da educação não formal aplicada à socioeducação é a transformação do adolescente de "objeto de controle" para "sujeito de direitos e de deveres". Essa opção expressa essa transformação quando propõe espaço para que o jovem tenha voz ativa, discuta sobre a realidade que o cerca e as escolhas de sua trajetória. Isso promove a autonomia e a reconstrução do projeto de vida, rompendo com a mera punição. (C) Despolitiza o atendimento e anula a intencionalidade pedagógica necessária para o atendimento. (D) Foca no individualismo meritocrático e punitivo. (E) Adota o espontaneísmo irresponsável, negando o rigor técnico indispensável à Pedagogia Social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	56	36	16	A
(A) CORRETA. A ação socioeducativa em RD deve ser centrada no sujeito e em seu contexto histórico-social. O pedagogo atua como mediador, promovendo o diálogo, o acolhimento incondicional, a reflexão crítica sobre a própria realidade e a emancipação/autonomia do indivíduo para tomar decisões protetivas em relação à sua própria vida e saúde. A Redução de danos, quando transposta para o fazer pedagógico e para a perspectiva de escolas promotoras de saúde, recusa terminantemente a pedagogia do medo, do controle moral e do imperativo proibicionista. (B) Perpetua o modelo ineficaz focado no medo. (C) Abre mão da função pedagógica da escola em favor da criminalização. (D) Foca no controle comportamental higienista. (E) Esvazia o caráter crítico e realista da educação popular.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	57	37	17	A
(A) CORRETA. O referencial teórico da Redução de Danos aponta que a intervenção se inicia a partir do ponto de partida do próprio usuário, respeitando sua singularidade e autonomia. O vínculo é o principal instrumento pedagógico de transformação. A RD trabalha com metas possíveis e graduais, priorizando a dignidade, a vida e o autocuidado. (B) Impor barreiras de acesso como exames de abstinência, termos de compromisso ou exigências de internação imediata afasta e marginaliza ainda mais os adolescentes e inviabiliza o vínculo pedagógico inicial. (C) Impor barreira inviabiliza o vínculo pedagógico inicial, necessário para realização da ação. (D) Reproduz práticas de higienização social punitiva de caráter segregador. (E) Transforma o pedagogo social em um agente de fiscalização judicial, violando a ética profissional e os direitos do adolescente previstos no SINASE.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	58	38	18	D
(A) Criminaliza a pobreza e utiliza o planejamento de forma punitiva/fiscalizatória. (B) Isola e psicologiza problemas de ordem econômica e social. (C) Criminaliza a pobreza e utiliza o planejamento de forma punitiva/fiscalizatória. (D) CORRETA. O planejamento social deve decodificar a realidade para além das aparências imediatas, localizando as contradições estruturais. O SUAS deve prover seguranças sociais, rechaçando a culpabilização individual das famílias vulnerabilizadas. A opção propõe uma ação diagnóstica e intersetorial que protege a família, provê acesso a direitos e intervém na raiz estrutural do problema em vez de punir a mãe pela falta de infraestrutura do Estado. (E) Demonstra omissão técnica e desarticulação com a rede protetiva.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	59	39	19	C
(A) Viola o caráter multidimensional da formação inicial e continuada exigida pela resolução, ao reservar a problematização das desigualdades à capacitação continuada. (B) Contraria o objetivo da resolução de formar profissionais aptos a promover os direitos humanos, ao restringir a atuação pedagógica à produção de registros e encaminhamentos. (C) CORRETA. Os artigos 6º e 8º determinam que a educação em direitos humanos seja considerada transversalmente no ensino, na pesquisa e na extensão e oriente a formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Na assistência social, essa exigência normativa impactará na formação do pedagogo para que saia da universidade capacitado para desenvolver o protagonismo dos usuários, atuar em rede e combater as vulnerabilidades de forma crítica e emancipatória. (D) Embora o art. 7º admita a inserção dos conhecimentos em disciplina específica, isso não dispensa a consideração transversal da educação em direitos humanos nos projetos pedagógicos e no ensino, na pesquisa e na extensão, conforme o art. 6º. (E) Contraria o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades, bem como a adequação das ações às características dos sujeitos e de seus contextos, previstos nos arts. 3º, III, e 5º, § 1º.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Pedagogia)	60	40	20	A
(A) CORRETA. O Artigo 2º da Resolução conceitua a EDH como um processo que visa à formação para a cidadania ativa, e o Artigo 3º traz como princípios a igualdade de direitos e a dignidade humana. Para que haja real protagonismo e autonomia na Assistência Social, o pedagogo precisa romper com a lógica da tutela (bancária/assistencialista) e construir uma prática que dê voz e poder de escolha aos sujeitos, conforme descrito na opção. (B) Fere o princípio da autonomia ao propor práticas tutelares, unilaterais. (C) Fere o princípio da autonomia ao propor práticas puramente informativas e passivas. (D) Cria uma barreira meritocrática para o exercício de direitos fundamentais, o que contraria a universalidade da EDH. (E) Reduz a assistência social a um caráter meramente assistencialista, ignorando a dimensão pedagógica de desenvolvimento social e emancipação assegurada pelo SUAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	41	21	1	B
(A) A unidade de acolhimento não substitui a referência territorial nem o trabalho em rede. (B) CORRETA. Combina acolhida, análise inicial e definição articulada de responsabilidades. (C) Sinais de possível violação exigem análise e articulação protetiva sem adiamento. (D) Planos isolados fragmentam necessidades familiares interdependentes. (E) A escuta da criança deve ser protegida e integrada, sem adiamento previamente definido que desconsidere suas demandas e os riscos apresentados.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	42	22	2	B
(A) Restringe a análise à dinâmica familiar e enfraquece a dimensão social. (B) CORRETA. Reconhece a família como sujeito do acompanhamento e articula políticas públicas. (C) Fragmenta demandas que precisam ser compreendidas de modo integrado. (D) Atividades grupais podem complementar, mas não substituir o acompanhamento necessário. (E) O plano deve responder às particularidades da família e do território.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	43	23	3	D
(A) O sigilo não impede providências de proteção exigidas pela legislação. (B) O compartilhamento integral e indiscriminado viola a confidencialidade. (C) A comunicação legalmente devida não depende de autorização do responsável. (D) CORRETA. Cumpre a comunicação protetiva, restringe informações e preserva a continuidade do cuidado. (E) A atuação em rede não transfere a responsabilidade profissional à escola.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	44	24	4	A
(A) CORRETA. Respeita a autonomia e produz compreensão contextualizada das necessidades do usuário. (B) Os encaminhamentos iniciais não devem se apoiar principalmente em um instrumento padronizado, em detrimento do vínculo e da compreensão contextualizada do caso. (C) Observação, acolhida e construção de confiança já integram a avaliação inicial. (D) A atenção em saúde pode integrar o plano, mas não antecede obrigatoriamente a acolhida. (E) A avaliação psicossocial articula dimensões objetivas, relacionais e subjetivas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	45	25	5	C
(A) Planos isolados dificultam a compreensão integral e a continuidade das ações. (B) Coordenação não significa subordinar todos os saberes a uma profissão. (C) CORRETA. Combina análise compartilhada, responsabilidades definidas e revisão do plano. (D) Encaminhar não elimina a responsabilidade de acompanhar e articular a rede. (E) Demandas subjetivas, sociais e de saúde devem ser trabalhadas conjuntamente.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	46	26	6	E
(A) A dimensão subjetiva integra o acompanhamento psicossocial do serviço. (B) Procedimentos administrativos não substituem o trabalho sobre receios e expectativas. (C) Direitos materiais e experiência subjetiva devem ser articulados. (D) Acesso a direitos não deve funcionar como recompensa pela adesão. (E) CORRETA. Combina acolhimento, reconhecimento de direitos e fortalecimento da autonomia.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	47	27	7	A
(A) CORRETA. Articula responsabilização, integração social, reparação possível e garantia de direitos. (B) O cumprimento formal não substitui a dimensão educativa da medida. (C) A vulnerabilidade contextualiza o ato, mas não elimina a responsabilização. (D) O acompanhamento socioeducativo também trabalha consequências e escolhas. (E) Advertências podem existir, mas não constituem o eixo do plano individual.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	48	28	8	B
(A) O plano deve contar com participação ativa do adolescente. (B) CORRETA. Vincula autonomia a possibilidades concretas de educação, trabalho e participação. (C) A ampliação das escolhas não deve ser condicionada à maior adesão ao acompanhamento. (D) Oportunidades e elaboração de expectativas devem ocorrer de modo articulado. (E) A reformulação conjunta de expectativas não deve se limitar à adequação às ofertas existentes na rede.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	49	29	9	D
(A) A articulação intersetorial deve ser regular e não apenas emergencial. (B) Educação é central, mas não substitui saúde, assistência e profissionalização. (C) Encaminhamentos formais e registros independentes não bastam para assegurar a articulação entre os serviços e o acompanhamento integrado. (D) CORRETA. Organiza ações integradas e responsabilidades compatíveis com cada política. (E) A referência do caso não assume atribuições próprias dos demais serviços.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	50	30	10	E
(A) A comunicação protetiva legalmente devida não exige confirmação prévia do relato. (B) A articulação não autoriza o compartilhamento integral dos registros. (C) A consulta à gestão não transfere a responsabilidade técnica do psicólogo. (D) Plano de segurança e registro não substituem comunicações legalmente devidas. (E) CORRETA. Distingue as comunicações devidas da decisão ética de quebra e busca o menor prejuízo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	51	31	1	C
(A) Acompanhamento no CREAS não equivale a avaliação pericial de guarda.				

(B) O relatório multiprofissional deve preservar a contribuição identificada de cada área. (C) CORRETA. O relatório comunica o trabalho realizado e se limita à finalidade da solicitação, respeitados os limites técnicos e a finalidade do serviço. (D) Declaração não comporta análise nem recomendações técnicas. (E) Definir condições de guarda extrapola o acompanhamento realizado no CREAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	52	32	12	E
(A) Partir do rótulo solicitado favorece viés confirmatório e posterga a análise do contexto. (B) O luto é relevante, mas não autoriza explicar o comportamento antes de explorar outras hipóteses. (C) A transferência não substitui a análise da demanda nem a garantia de apoio. (D) A comunicação profissional deve contextualizar os fenômenos observados. (E) CORRETA. Evita patologização, considera diferentes fatores e mobiliza suportes escolares e familiares.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	53	33	13	A
(A) CORRETA. Evita reducionismos e articula registros clínicos, condições sociais, saúde e direitos. (B) Diagnósticos anteriores devem ser analisados, mas sua confirmação não deve ser condição para iniciar ações relacionadas à renda e à moradia. (C) Crítica à medicalização não significa excluir hipóteses clínicas pertinentes. (D) Separa artificialmente dimensões subjetivas e sociais do acompanhamento. (E) A proteção socioassistencial não depende de estabilização clínica prévia.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	54	34	14	E
(A) Condições adversas não determinam déficits individuais permanentes. (B) Reduz o desenvolvimento a conflitos individuais precoces. (C) Desconsidera a constituição histórica e relacional do sujeito. (D) Atribui primazia à maturação biológica. (E) CORRETA. Relaciona desenvolvimento, interação social, cultura e oportunidades de aprendizagem.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	55	35	15	A
(A) CORRETA. Distingue ajuste individual de análise crítica das relações sociais. (B) Definir metas ou incluir o contexto não basta para caracterizar essas posturas. (C) Estratégias participativas não tornam crítica uma prática por si sós. (D) Objetivos técnicos não tornam os dois planos necessariamente adaptacionistas. (E) A distinção envolve fundamentos e objetivos, não apenas técnicas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	56	36	16	C
(A) Demanda, finalidade e condições da avaliação orientam a escolha dos métodos. (B) As fontes devem produzir dados pertinentes, e não apenas confirmar hipóteses prévias. (C) CORRETA. Corresponde ao processo estruturado, contextualizado e adequado à demanda definida. (D) O contexto sociocultural integra a análise psicológica e não deve ser apartado. (E) O psicólogo pode avaliar dentro de suas atribuições e das condições do serviço.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	57	37	17	D
(A) Categorias clínicas não devem ser priorizadas em detrimento da compreensão contextualizada da demanda. (B) Roteiros podem apoiar, mas não substituem a análise singular e territorial. (C) A escuta busca compreender a demanda em suas diferentes dimensões. (D) CORRETA. Articula experiência subjetiva, contexto social, recursos e direitos. (E) A dimensão subjetiva integra a atuação psicossocial no SUAS.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	58	38	18	C
(A) As condições domésticas observadas não devem ser tomadas como parâmetro prioritário para aferir a capacidade protetiva, que exige compreensão contextualizada da família. (B) Dados cadastrais podem ser verificados, mas não constituem a finalidade principal. (C) CORRETA. Aproxima o serviço da realidade familiar e territorial e favorece acesso a direitos. (D) Procedimentos devem ser escolhidos pela demanda; sua realização no domicílio não assegura, por si só, maior validade das informações. (E) Acompanhamento socioassistencial não é vigilância sobre as escolhas da família.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	59	39	19	D
(A) A participação deve alcançar também a definição de objetivos e estratégias. (B) Atividades lúdicas são meios possíveis, mas avaliações individuais não substituem a construção coletiva das demandas. (C) Validar decisões prontas não garante influência real do grupo. (D) CORRETA. Reconhece protagonismo e construção compartilhada do processo. (E) Condicionar a participação às demonstrações de coesão do grupo enfraquece autonomia e participação social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Psicologia)	60	40	20	B
(A) As avaliações se distinguem por objeto e finalidade, não apenas pelo momento. (B) CORRETA. Relaciona o modo de implementação às mudanças observadas. (C) Processo e resultados exigem indicadores adequados aos objetivos da avaliação, sem a restrição à frequência dos participantes e aos relatos da equipe. (D) Resultados favoráveis não justificam, por si só, reduzir o monitoramento da execução.				

(E) Avaliação externa não é requisito exclusivo da análise de resultados.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	41	21	1	C
(A) Esta atividade está listada no Art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.662/1993 como uma competência. Essa competência não é exclusiva do assistente social, podendo ser compartilhada com outras profissões em processos de gestão e execução de políticas públicas. (B) A orientação social e a identificação de recursos para a defesa de direitos são competências descritas no Art. 4º, inciso V. Embora o assistente social tenha expertise nessa área, outros profissionais da rede socioassistencial também podem orientar o usuário sobre seus direitos e recursos disponíveis. (C) CORRETA. Conforme o Art. 5º, inciso IV, da Lei nº 8.662/1993, a realização de vistorias, perícias, laudos e pareceres especificamente sobre matéria de Serviço Social é uma atribuição privativa. Isso significa que apenas o profissional devidamente habilitado e registrado no CRESS pode emitir tais documentos técnicos, sendo vedado a outros profissionais exercer essas atribuições privativas. (D) O apoio a movimentos sociais é uma competência prevista no Art. 4º, inciso IX. A assessoria política e técnica aos movimentos sociais pode ser realizada por diversos profissionais das ciências humanas e sociais, não sendo uma reserva de mercado exclusiva do Serviço Social. (E) A realização de pesquisas sociais é uma competência estabelecida no Art. 4º, inciso VII. A investigação da realidade social é um campo interdisciplinar por excelência, onde sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais também atuam, não sendo, portanto, privativa do assistente social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	42	22	2	B
(A) No trabalho multidisciplinar, o repasse de informações deve ser limitado ao estritamente necessário, conforme o Parágrafo Único do Art. 16 do Código de Ética. O dever de sigilo é um direito e dever profissional que protege o usuário, e não pode ser anulado por "lealdade institucional" genérica. (B) CORRETA. A opção fundamenta-se no equilíbrio entre o dever de sigilo profissional, a autonomia técnica do assistente social e a necessária colaboração em equipes multiprofissionais, conforme estabelecido nas normativas da profissão. (C) O sigilo é um direito garantido em qualquer espaço socio-ocupacional, seja público ou privado. Além disso, o Art. 2º, alínea "d", do Código de Ética garante a inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação. Documentos técnicos de Serviço Social devem ser registrados estritamente com relação ao objetivo do atendimento e protegidos. (D) A exigência burocrática ou administrativa de um diretor não se configura como a "situação de gravidade" prevista no Art. 18 do Código de Ética. A quebra de sigilo é uma exceção para evitar prejuízos graves ao usuário, terceiros ou coletividade, e não para satisfazer fluxos administrativos de "transparência". (E) A autorização do usuário não afasta os limites éticos do compartilhamento de informações, e sua recusa não impõe a exoneração do cargo. O profissional tem o dever de denunciar falhas nos regulamentos que firmam o Código de Ética e buscar condições de trabalho condignas, mobilizando o CRESS quando necessário.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	43	23	3	B
(A) O Serviço Social crítico recusa a "neutralidade técnica" e a visão formalista que vê procedimentos predeterminados como responsáveis pela direção da intervenção. A escolha de meios éticos para fins éticos nega a suposta neutralidade profissional. (B) CORRETA. A instrumentalidade funciona como mediação e "conduto de passagem" por onde circulam as teorias e valores que fundamentam a escolha das estratégias. Ela permite ir além da objetividade imediata para alcançar a processualidade dos fenômenos. (C) Os instrumentos do Serviço Social não possuem uma dinâmica de aplicação que garanta resultados automáticos; eles adquirem conteúdo quando postos em movimento pela subjetividade e racionalidade do profissional. (D) Embora a razão instrumental seja necessária para lidar com o imediato, ela não deve ser a principal norteadora da prática na perspectiva crítico-dialética, sob pena de a prática tornar-se meramente manipuladora e funcional à ordem burguesa. (E) O domínio técnico não constitui o fim último da profissão, devendo articular-se à clareza do projeto e ao domínio teórico. Uma instrumentalidade rica não se reduz ao domínio técnico, mas se orienta por valores civilizatórios.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	44	24	4	C
(A) Embora o profissional tenha autonomia metodológica, essa não o autoriza a descuidar do rigor ético-político e da investigação criteriosa da realidade social. Emitir opinião sem fundamentação científica viola a natureza da perícia. (B) O objetivo do estudo social e da perícia não é a mera "agilidade", mas a apreensão dos determinantes sociais em uma perspectiva de totalidade para subsidiar a garantia de direitos, e não para corroborar visões parciais. (C) CORRETA. Em perícias unilaterais, o assistente social não deve emitir opinião técnica sobre o ramo parental ao qual não teve acesso. Fazer afirmações sobre o desinteresse do genitor sem tê-lo estudado extrapola os limites da perícia realizada e carece de fundamentação técnica suficiente, sendo passível de questionamento ético-técnico. (D) A reprodução literal de falas de usuários como "prova" é impertinente se desarticulada da análise da totalidade. O assistente social deve superar a leitura simples do real para construir o "concreto pensado". (E) A opinião técnica deve estar respaldada no conhecimento científico e em oposição ao "senso comum" e a opiniões valorativas "pessoais". A perícia social pressupõe fundamentação no arcabouço teórico da área.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	45	25	5	C
(A) A Resolução CFESS nº 557/2009 e o texto de Iamamoto (2012) reforçam que a atuação em equipe não impõe a diluição de competências. A autonomia técnica é uma prerrogativa legal que deve ser preservada mesmo no trabalho coletivo. (B) Iamamoto afirma categoricamente que o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências, mas exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional para potencializar o trabalho conjunto. (C) CORRETA. A "unidade de diversidades" permite que profissionais de diferentes áreas compartilhem o mesmo processo social, mas com competências e habilidades distintas. O assistente social deve garantir a especificidade de sua área, delimitando seu objeto e instrumentos na opinião técnica. (D) A perspectiva crítica refuta a subalternidade do Serviço Social às demais áreas. A interdisciplinaridade pressupõe respeito às competências e à autonomia técnica de cada profissão. (E) O CFESS orienta que, em registros conjuntos, deve-se destacar a área de conhecimento separadamente, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo assistente social em suas atribuições privativas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	46	26	6	B
(A) A proposta envolve uma concepção ampliada de humanização, que inclui a análise dos determinantes sociais e das barreiras de acesso aos direitos. O Serviço Social busca compreender esses determinantes, indo muito além de uma postura simpática ou da mera melhora do trato relacional.				

(B) CORRETA. A interdisciplinaridade no Serviço Social exige que o profissional consiga dialogar com outras áreas, mas mantendo a especificidade de sua análise, que é o desvelamento das determinações sociais do processo de saúde-doença, indo além da fragmentação disciplinar. (C) A multidisciplinaridade, em sua forma tradicional, muitas vezes implica uma "justaposição" de saberes, onde cada profissional atua no seu "quadrado" sem diálogo real. O Serviço Social contemporâneo defende a interdisciplinaridade, que pressupõe a troca e o cruzamento de conhecimentos para uma leitura ampliada da realidade, e não o isolamento profissional. (D) A análise dos fatores socioeconômicos integra a compreensão da adesão terapêutica e não deve ser adiada até a conclusão das avaliações clínica e medicamentosa. O assistente social utiliza seu referencial teórico para analisar as condições de vida e as barreiras de acesso, contribuindo para a construção compartilhada do cuidado. (E) Não existe hierarquia entre competências profissionais baseada na formação (médica vs. social). O assistente social possui autonomia técnica e ética reconhecida pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e pelo Código de Ética. Submeter-se à visão dos outros profissionais por suposta "superioridade" hierárquica é um traço da lógica subordinada que o projeto ético-político busca romper.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	47	27	7	C
(A) Esta visão é uma redução positivista que converte a teoria em um manual de normas e a prática em um fazer mecânico, ignorando a necessidade de análise crítica do contexto institucional. (B) O método não é um acessório burocrático, mas o caminho lógico de apreensão da realidade; ignorar seu papel na análise crítica é restringir o trabalho à manutenção do status quo. (C) CORRETA. A práxis é a síntese dialética em que a teoria oferece o suporte de leitura, o método o caminho de investigação e a prática a intervenção intencional, tudo voltado à superação do senso comum e à emancipação. (D) A teoria é a base que permite ao profissional identificar as determinações estruturais mesmo em situações de urgência; sem ela, a prática corre o risco de ser inócua ou meramente adaptativa. (E) A neutralidade é um mito refutado na fundamentação profissional; a prática é, em essência, uma intervenção política e intencional, sendo impossível separá-la de uma base teórica ou de valores éticos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	48	28	8	B
(A) Esta opção reduz a investigação à classificação dos sujeitos e à fragmentação da realidade em categorias mensuráveis, apresentando-as como a única via para a construção de indicadores de eficácia. Para a perspectiva crítica, essa redução reforça a lógica tecnicista que o Serviço Social combate. (B) CORRETA. Esta opção descreve precisamente a pesquisa como parte da práxis, em que o profissional, ao investigar o singular (a família ou o indivíduo), busca entender a sua conexão com a totalidade da sociedade. Isso eleva o trabalho para além da burocracia, sendo um exercício crítico e pedagógico de desvelamento da realidade. (C) O erro desta opção reside na desqualificação do qualitativo em nome de uma suposta "precisão" quantitativa. A perspectiva crítica entende que a análise da realidade social exige, muitas vezes, o qualitativo para captar as contradições e as mediações que os dados estatísticos isolados não conseguem revelar. (D) Esta opção perpetua a separação indevida entre teoria (universidade) e prática (instituição). Ela ignora que a pesquisa é uma competência fundamental do assistente social para qualificar sua própria atuação e exercer a autonomia profissional. (E) Esta opção descreve a pesquisa como um instrumento de legitimação de interesses de gestão, o que esvazia o caráter ético-político da investigação. A pesquisa, no Serviço Social, deve servir à emancipação e defesa de direitos, não à conformação de demandas às conveniências institucionais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	49	29	9	C
(A) O reconhecimento do Serviço Social como profissão liberal não confere soberania técnica ao profissional em seu exercício assalariado. A profissional depende dos meios materiais disponibilizados pela instituição; logo, sua autonomia não é plena ou soberana, mas relativa e sempre tensionada pela lógica da instituição que a contrata. (B) A instituição não é um elemento "periférico" ou externo. Pelo contrário, ela é o espaço que organiza o processo de trabalho. O conflito não é uma mera questão de comunicação, mas uma contradição estrutural entre o projeto da profissão e a lógica do empregador. (C) CORRETA. Esta opção reflete a essência do pensamento de Iamamoto (2015). A condição de assalariamento subordina o assistente social à estrutura da empresa ou do Estado, que provê os meios técnicos e financeiros e, por consequência, molda o cotidiano, os papéis e as funções que o profissional desempenha. (D) Embora o assistente social venda sua força de trabalho, isso não anula o seu projeto ético-político. A autonomia relativa permite que o profissional tensione as diretrizes institucionais em defesa dos direitos dos usuários, ainda que o trabalho ocorra sob a lógica da empresa. (E) A dependência de recursos financeiros e organizacionais da entidade empregadora não é um detalhe técnico; ela é um condicionante central. O fato de a empresa definir prioridades afeta diretamente a intencionalidade do fazer profissional, o que torna a autonomia uma conquista constante, e não uma condição absoluta.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	50	30	10	D
(A) Esta opção reflete uma concepção fiscalizatória da entrevista, pois reduz o usuário a um objeto de verificação, subvertendo o compromisso ético do profissional. (B) O Serviço Social crítico entende que a profundidade analítica não é um obstáculo burocrático, mas a essência do trabalho; reduzir a entrevista a dados sociodemográficos esvazia o potencial de desvelamento das determinações sociais da vida dos usuários. (C) Condicionar obrigatoriamente o uso das informações obtidas na entrevista à confirmação por visita domiciliar ou documentos externos negligencia a importância da escuta qualificada como mediação fundamental para entender a realidade para além das aparências. A necessidade de complementação deve ser definida conforme a demanda e a suficiência dos elementos obtidos para fundamentar a opinião técnica. (D) CORRETA. A opção sintetiza a diretriz de que a entrevista (e as visitas) servem para compreender a realidade (moradia, cultura, rotinas) e, a partir desse conhecimento, buscar estratégias para o alargamento dos direitos, superando a perspectiva de fiscalização ou verificação de dados. (E) A neutralidade é um mito; a entrevista nunca é neutra, sendo sempre um espaço mediado pela teoria e pelos valores ético-políticos do profissional, que, ao ouvir, também reflete e problematiza a realidade social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	51	31	1	D
(A) O Serviço Social crítico compreende que existe uma única "questão social" (fundada na contradição capital-trabalho), que se manifesta por meio de múltiplas e variadas "expressões" na contemporaneidade. (B) O debate sobre a "questão social" não perdeu o sentido; pelo contrário, a questão social é a categoria fundante e central para a análise do Serviço Social crítico na compreensão da realidade. (C) A definição de questão social advém do acúmulo teórico-histórico da profissão (sobretudo a partir da matriz marxista), e não de uma imposição normativa ou definição "oficial e única" de uma associação. (D) CORRETA. Os debates contemporâneos (com autores como Almeida, Eurico, entre outros) tensionam a profissão a reconhecer que o racismo é um elemento estrutural da formação social capitalista e, portanto, é nuclear para a compreensão da própria "questão social".				

(E) A opressão de gênero, raça e a dimensão territorial não estão excluídas; elas são atravessamentos estruturais que compõem e complexificam as expressões da questão social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	52	32	12	A
(A) CORRETA. Na década de 1930, as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil nasceram sob forte influência da Igreja Católica, pautadas no ideário neotomista e na doutrina social da Igreja, com foco na moralização e no ajustamento social dos indivíduos. (B) O materialismo histórico-dialético só passou a influenciar a profissão de maneira mais consistente a partir do final da década de 1970 e, sobretudo, nos anos 1980 (pós-Movimento de Reconceituação). (C) A criação das primeiras escolas não foi uma iniciativa exclusiva do Estado, mas sim de grupos católicos e do laicato confessional, em aliança com frações da burguesia. (D) O Movimento de Reconceituação ocorreu décadas depois, entre 1965 e 1975, e não na origem da profissão (anos 1930). (E) A matriz que orientou as escolas pioneiras não foi a sociologia positivista laica, mas sim o neotomismo de viés fortemente confessional católico.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	53	33	13	B
(A) As primeiras escolas (década de 1930) eram fundamentadas no conservadorismo católico, e não no método de Marx. (B) CORRETA. A aproximação com o marxismo no Brasil não foi imediata nem "pura" no início. Ela ocorreu nos anos 1960 e 1970, mediada por manuais de divulgação (com leituras frequentemente ecléticas e dogmáticas), avançando, sobretudo a partir dos anos 1980, para uma apropriação mais rigorosa do método marxiano. (C) O Movimento de Reconceituação foi heterogêneo. A aproximação com o marxismo não foi assumida de imediato por todo o movimento e conviveu inicialmente com bastante ecletismo. (D) A adesão teórica da profissão não se resume à filiação partidária; trata-se de um movimento acadêmico, político e profissional amplo. (E) O marxismo no Serviço Social brasileiro se consolidou justamente na crítica e na ruptura com a teoria sistêmica e o funcionalismo norte-americano, e não por meio de uma síntese com eles.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	54	34	14	D
(A) A "questão social" não se esgotou como categoria explicativa; suas expressões apenas ganharam novos contornos e complexidade. (B) O contexto descrito é marcado pelo desmonte e pela retração da proteção social estatal, e não pelo retorno pleno ao Estado de Bem-Estar Social. (C) O neoliberalismo é uma determinação relevante (e não um fator irrelevante) para entender a flexibilização e a precarização das condições de vida e de trabalho. (D) CORRETA. O ideário neoliberal e a reestruturação produtiva promovem o recrudescimento (agravamento) e a metamorfose das expressões da questão social, precarizando tanto a vida da população usuária quanto as condições de trabalho dos próprios assistentes sociais. (E) No contexto descrito, há precarização do trabalho assalariado e encolhimento da proteção social estatal, e não substituição integral do assalariamento por proteção estatal ampliada.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	55	35	15	E
(A) A visão de correção de lacunas de mercado e intervenção mínima corresponde ao liberalismo, e não à teoria crítica de Boschetti e Behring. (B) A perspectiva de conciliação de classes mediante intervenção estatal, preservando a economia de mercado, associa-se à tradição social-democrata e às políticas keynesianas, não à substituição do mercado pelo Estado. (C) A ideia de que políticas sociais "distorcem o mercado e desestimulam o trabalho" é um argumento recorrente do receituário neoliberal. (D) O modelo baseado predominantemente na inserção ocupacional e na contribuição é característico do regime conservador-corporativista, de base bismarckiana. (E) CORRETA. A abordagem crítica (fundada no materialismo histórico-dialético) entende as políticas sociais como resultados contraditórios da luta de classes: elas servem à reprodução do capital, mas também materializam conquistas históricas da classe trabalhadora.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	56	36	16	B
(A) A etiquetagem orçamentária é uma ferramenta de transparência que potencializa a atuação dos conselhos gestores, mas não os substitui de forma alguma. (B) CORRETA. O PPA tem vigência de quatro anos e estabelece os grandes objetivos e metas. A etiquetagem (marcação) na LOA permite identificar exatamente onde o recurso está sendo gasto no curto prazo, instrumentalizando o controle social por parte da sociedade e dos conselhos. (C) Uma agenda transversal, por definição, exige a execução orçamentária e a articulação de múltiplos órgãos (MDS, Educação, Saúde etc.), e não apenas de um ministério isolado. (D) O fluxo do ciclo orçamentário é o inverso: o Plano Plurianual (PPA) antecede e orienta a elaboração da LDO e da LOA, e não o contrário. (E) O controle social democrático é exercido pela sociedade civil e por conselhos gestores paritários, e não apenas por instâncias de controle institucional como o Poder Judiciário.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	57	37	17	A
(A) CORRETA. A crise do Estado de Bem-Estar Social, a partir dos anos 1970, responde à crise estrutural do capital (esgotamento do padrão de acumulação fordista/keynesiano) e impulsiona a resposta do capital por meio da ofensiva neoliberal, exigindo retração dos gastos sociais do Estado. (B) A crise decorre centralmente das contradições econômicas da acumulação capitalista, e não meramente de fatores demográficos ou envelhecimento populacional. (C) O Brasil nunca consolidou um Estado de Bem-Estar Social clássico; além disso, sofreu duros ataques e reformas de cunho neoliberal a partir dos anos 1990. (D) A ofensiva neoliberal prega a contenção dos gastos e a restrição de direitos sociais. A evolução efetiva dos gastos variou entre países e períodos, não sendo correto atribuir a essa ofensiva uma ampliação generalizada dos gastos sociais. (E) O desmonte não foi reivindicado pelos movimentos de trabalhadores, mas sim orquestrado pelas frações do capital e setores conservadores que buscavam restaurar taxas de lucro.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	58	38	18	B
(A) A Previdência Social no Brasil possui caráter contributivo. O BPC, contudo, é um benefício assistencial, e não uma aposentadoria. (B) CORRETA. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) compõe a Política de Assistência Social, de caráter não contributivo, e destina-se a idosos e pessoas com deficiência em situação de miserabilidade, independentemente de terem contribuído. (C) A Saúde é o braço universal da Seguridade (todos têm direito sem comprovação de renda), mas o BPC pertence à assistência social e não é extensivo a toda a população, independentemente de critérios de renda. (D) Não se trata de previdência privada complementar, mas de uma política pública de Estado assegurada pela Constituição. (E) O benefício descrito não se destina exclusivamente a trabalhadores desempregados. O seguro-desemprego possui finalidade e regimentos distintos do BPC.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	59	39	19	C
(A) A definição de objetivos e metas e o diagnóstico institucional prévio descritos na opção não correspondem ao acompanhamento mensal da execução apresentado no enunciado. (B) A elaboração do plano de ação também é uma etapa ex ante (anterior à intervenção). (C) CORRETA. O acompanhamento regular da execução, com ajustes em tempo real, chama-se "monitoramento". O levantamento feito após a conclusão para medir o alcance dos objetivos e a inserção profissional chama-se "avaliação" (avaliação de resultados). (D) Avaliação de impacto exige métodos que permitam estimar o efeito atribuível ao projeto, distinguindo-o da influência de outros fatores. A verificação do alcance de metas com egressos é melhor definida como avaliação de resultados, enquanto o acompanhamento mensal descrito corresponde ao monitoramento. (E) Diagnóstico social é o mapeamento do problema antes do planejamento. Sistematização de experiências é o resgate analítico do processo vivido, mas não corresponde diretamente à métrica de egressos e ao acompanhamento mensal de metas descritos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Serviço Social)	60	40	20	B
(A) A autonomia profissional no Serviço Social é relativa e nunca absoluta. Ela está constantemente tensionada e limitada pelos condicionantes institucionais, políticos e orçamentários do órgão empregador. (B) CORRETA. A literatura (como Marilda Iamamoto em suas obras) ensina que a assistente social vive essa tríplice determinação: tem seus direitos, é assalariada submetida ao empregador, mas detém uma relativa autonomia técnica para traçar estratégias que busquem efetivar os direitos da população, mediando essas contradições. (C) O assalariamento não anula totalmente a autonomia. O assistente social não é um mero executor cego de ordens. (D) A contradição é real e profunda. Frequentemente, os limites impostos pelo Estado/empregador (cortes de verbas, burocracia) chocam-se diretamente com as necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora usuária. (E) A autonomia não está garantida apenas por estar "escrita na lei". No cotidiano, ela precisa ser conquistada e depende muito da correlação de forças locais, da organização dos trabalhadores e da capacidade de articulação do profissional.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	41	21	1	C
(A) As formulações relativas a Marx e a Durkheim estão adequadas. O erro está na interpretação de Weber, que distingue o “espírito” do capitalismo da simples busca de lucro, existente em diferentes sociedades e períodos históricos. (B) As formulações relativas a Durkheim e Weber estão adequadas. Em Marx, porém, o antagonismo entre burguesia e proletariado não se fundamenta apenas na distribuição da renda no mercado, mas nas posições opostas ocupadas nas relações de produção. (C) CORRETA. Marx analisa as sociedades de classes a partir de antagonismos historicamente constituídos. Durkheim caracteriza os fatos sociais por sua exterioridade em relação às consciências individuais e por seu poder coercitivo. Weber compreende o “espírito” do capitalismo como ethos historicamente específico, associado à organização metódica da conduta de vida. (D) As formulações relativas a Marx e a Weber são compatíveis com suas perspectivas. O erro está na concepção atribuída a Durkheim, pois os fatos sociais não são redutíveis às motivações individuais e devem ser explicados por outros fatos sociais. (E) As formulações relativas a Marx e a Durkheim estão adequadas. Em Weber, entretanto, o “espírito” do capitalismo não corresponde ao ethos do capitalismo aventureiro, orientado pela exploração de oportunidades políticas e pela especulação irracional, mas a um ethos histórico específico de condução metódica da vida.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	42	22	2	B
(A) O habitus constitui um sistema de disposições incorporadas que orienta percepções e práticas, mas não determina condutas necessárias, idênticas ou uniformes. As práticas também dependem das posições ocupadas, dos capitais mobilizados e das condições específicas dos campos. A caracterização de Bauman está adequada. (B) CORRETA. Em Bourdieu, as práticas resultam da relação entre disposições incorporadas, posições nos campos e volume e composição dos capitais. Em Bauman, a modernidade líquida caracteriza a menor durabilidade das formas sociais, a instabilidade dos vínculos e a dificuldade de manutenção de referências institucionais estáveis, sem pressupor o desaparecimento integral das instituições. (C) A formulação relativa a Bauman está adequada. Em Bourdieu, contudo, o valor e a eficácia de uma forma de capital dependem das regras, das disputas e dos interesses próprios do campo em que ela é mobilizada. Os capitais não possuem valor invariável em todos os campos. (D) A formulação relativa a Bourdieu está adequada. Em Bauman, porém, a flexibilização dos vínculos institucionais e a individualização das responsabilidades não produzem, de forma estável, maior autonomia e segurança. A modernidade líquida é marcada também por incerteza, insegurança e precariedade dos vínculos. (E) A formulação relativa a Bourdieu está adequada. Bauman não apresenta a modernidade líquida como ruptura pós-moderna que encerra a modernidade. O conceito designa uma configuração da própria modernidade, caracterizada pela fluidez e pela menor durabilidade de suas formas sociais.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	43	23	3	D
(A) A dimensão referente a Butler está adequada, mas, em Foucault, formulários, registros e exames não são instrumentos meramente descritivos. Eles integram relações de poder-saber, classificam os indivíduos e participam da produção de sujeitos e padrões de normalidade. (B) A formulação sobre Foucault está adequada. Em Butler, entretanto, performatividade não significa decisão livre e consciente pela qual o indivíduo escolhe adotar ou rejeitar determinada identidade de gênero. Ela envolve a reiteração socialmente regulada de normas. (C) A formulação relativa a Butler é defensável, pois normas reiteradas podem ser deslocadas e resignificadas. Em Foucault, porém, o poder não deve ser tratado como propriedade concentrada nos profissionais, mas como relações e estratégias que atravessam instrumentos, práticas, instituições e sujeitos. (D) CORRETA. No caso apresentado, os formulários participam da organização dos atendimentos e encaminhamentos. Em Foucault, esses instrumentos articulam poder e saber na classificação e normalização dos sujeitos. Em Butler, a repetição institucional de categorias de sexo e gênero contribui para que elas adquiram aparência de naturalidade. (E) A análise foucaultiana indicada é compatível com o caso. Butler, contudo, problematiza a ideia de que o sexo constitua fundamento natural, neutro e pré-discursivo sobre o qual as normas incidiriam apenas para produzir o gênero.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	44	24	4	A
(A) CORRETA. A socialização envolve a interiorização de significados, papéis e expectativas socialmente produzidos. Em Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado participam da reprodução das relações sociais. O controle social pode ocorrer por normas, rotinas e sanções formais ou informais. (B) O controle social não ocorre somente mediante sanções jurídicas formalmente aplicadas. Ele também pode operar por costumes, expectativas coletivas, aprovação, reprovação e outras sanções informais. (C) A socialização secundária introduz novos conteúdos em uma realidade previamente interiorizada, sem substituí-la integralmente, e os aparelhos ideológicos de Estado participam da reprodução social.				

(D) A socialização participa da formação das identidades, e o controle social pode ser formal ou informal. Em Althusser, porém, o Estado não se reduz ao aparelho repressivo, pois compreende também aparelhos ideológicos de Estado. (E) Os aparelhos ideológicos de Estado participam da reprodução social, e o controle social pode assumir formas diversas. A socialização, entretanto, depende da linguagem, das interações sociais e da transmissão de significados.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	45	25	5	E
(A) Florestan Fernandes não atribui a desigualdade posterior à Abolição principalmente a uma incapacidade individual de adaptação da população negra. Sua análise destaca as condições sociais e institucionais desfavoráveis de ingresso na ordem competitiva. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães também não sustenta que as classificações de classe tenham substituído as classificações raciais. (B) A permanência de desigualdades após a implantação do trabalho livre é compatível com as análises mobilizadas. Entretanto, raça e classe não são tratadas como dimensões excludentes, nem a raça se torna analiticamente secundária. O mito da democracia racial não descreve uma integração progressiva, mas contribui para ocultar ou naturalizar desigualdades raciais. (C) A inserção desigual da população negra após a Abolição é compatível com a análise de Florestan Fernandes. Contudo, a urbanização e a expansão do trabalho livre não neutralizaram a herança racial. A linguagem de cor também não opera apenas como identificação cultural, pois participa da classificação e da hierarquização social. (D) A incorporação subordinada da população negra à sociedade de classes é compatível com as análises de Florestan Fernandes e Octavio Ianni. A desigualdade racial, porém, não se restringe ao mercado de trabalho. O mito da democracia racial também não resulta apenas de crenças individuais, pois atua como representação social que pode produzir efeitos políticos, institucionais e classificatórios. (E) CORRETA. Em Florestan Fernandes, a Abolição não produziu integração igualitária da população negra à ordem social competitiva. Em Octavio Ianni, a passagem ao trabalho livre relaciona-se à reorganização capitalista das relações de produção, sem eliminação das posições subalternas herdadas da sociedade escravista. Em Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, as linguagens de cor e classe podem naturalizar desigualdades raciais e contribuir para a manutenção do mito da democracia racial.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	46	26	6	C
(A) Em Fanon, a alienação colonial envolve linguagem, reconhecimento e racialização, mas não pode ser explicada principalmente como conflito psíquico individual. Sua análise articula subjetividade, corpo, racismo, economia, linguagem e relações coloniais historicamente produzidas. Nas epistemologias do Sul, a ecologia de saberes não preserva a primazia normativa da ciência moderna, pois critica o monopólio de validade atribuído a um único regime de conhecimento. (B) Fanon critica a assimilação do colonizado às instituições, à língua e aos valores da metrópole, não a apresenta como via suficiente de descolonização. Nas epistemologias do Sul, o epistemicídio não se corrige apenas pela descrição de saberes locais como cultura, pois o problema está na desqualificação histórica desses saberes como conhecimento válido. (C) CORRETA. Em Fanon, o colonialismo produz dominação material, racialização, alienação subjetiva, hierarquias linguísticas e bloqueios de reconhecimento. Nas epistemologias do Sul, a crítica ao pensamento abissal e ao epistemicídio sustenta a valorização de saberes historicamente desqualificados e a construção de diálogo crítico entre conhecimentos, sem transformar nenhum deles em critério universal absoluto. (D) A sociogenia, em Fanon, não desloca a análise para a interioridade individual. Ao contrário, permite compreender como sofrimento psíquico, alienação e reconhecimento são social e historicamente produzidos em relações coloniais. As epistemologias do Sul também não defendem que saberes subalternizados dependam de validação prévia pela ciência dominante. (E) Fanon não reduz a descolonização à mudança estatal formal, pois analisa continuidades coloniais nas relações materiais, simbólicas, linguísticas e subjetivas. Nas epistemologias do Sul, o reconhecimento da pluralidade de saberes não dispensa avaliação contextual; a ecologia de saberes exige diálogo crítico e análise dos efeitos concretos das intervenções.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	47	27	7	B
(A) Renda e escolaridade são dimensões relevantes, mas não explicam isoladamente a recorrência descrita. Tratar raça, gênero e sexualidade apenas como variáveis complementares impede a compreensão das formas combinadas de desigualdade vividas pelas mulheres negras. (B) CORRETA. A situação exige análise interseccional, capaz de examinar como raça, classe, gênero e sexualidade se articulam. O racismo estrutural não depende apenas de intenções individuais e pode atravessar regras, instituições e práticas. O mito da democracia racial pode contribuir para ocultar essas hierarquias. (C) A interseccionalidade não propõe separar rigidamente as categorias. Seu objetivo é compreender como diferentes relações de poder se articulam e produzem experiências concretas que não podem ser explicadas pela simples soma de variáveis independentes. (D) O reconhecimento de desigualdades raciais institucionais não exige necessariamente prova de intenção discriminatória individual. Regras aparentemente gerais podem produzir efeitos desiguais quando aplicadas em contextos marcados por hierarquias raciais e sociais. (E) As identidades e as percepções subjetivas das usuárias devem ser relacionadas às condições materiais, territoriais e institucionais. A separação dessas dimensões impediria que o relatório examinasse como as relações de poder se articulam nas experiências concretas das mulheres negras.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	48	28	8	A
(A) CORRETA. Na análise de Fanon, o mundo colonial é organizado por separações espaciais, materiais e raciais. A distribuição desigual do território, da riqueza e das condições de vida não constitui aspecto secundário, mas integra uma ordem sustentada pela violência, pela hierarquização racial e pela desumanização do colonizado. (B) Fanon não explica a separação espacial como consequência principal de diferenças culturais anteriores à colonização. A ordem colonial produz e institucionaliza divisões por meio da conquista, da exploração econômica, da violência e da classificação racial. (C) A proximidade territorial não implica integração nem redução automática das hierarquias. No mundo colonial, grupos podem ocupar espaços próximos e, ainda assim, permanecer separados por fronteiras materiais, políticas, econômicas e raciais. (D) A compartimentação espacial não é mero efeito secundário da dominação. Ela participa da própria organização da sociedade colonial. O racismo também não se limita a representações ou atitudes individuais, pois estrutura relações materiais, instituições e formas de distribuição do espaço. (E) A desigualdade entre os espaços ocupados pelo colonizador e pelo colonizado não corresponde apenas a diferentes níveis de urbanização. Ela expressa uma organização política, econômica e racial que distribui desigualmente recursos, circulação, segurança e reconhecimento social.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	49	29	9	D
(A) As representações estereotipadas sobre mulheres negras não expressam reconhecimento igualitário. Em Lélia Gonzalez, imagens como a da mulher negra associada ao serviço doméstico, à sexualização e ao cuidado revelam formas de inscrição cultural do racismo e do sexismo. (B) A miscigenação não enfraquece automaticamente hierarquias raciais. Em Sueli Carneiro, ela pode funcionar como suporte ideológico do mito da democracia racial e como mecanismo de hierarquização cromática, dificultando o reconhecimento político das desigualdades raciais. (C) O racismo estrutural não deve ser analisado à parte de gênero e sexualidade. Essas dimensões participam da organização social das desigualdades e ajudam a compreender a posição específica das mulheres negras em diferentes instituições e relações sociais.				

(D) CORRETA. Representações culturais sobre mulheres negras podem articular racismo e sexismo. A miscigenação e a hierarquia cromática podem ocultar desigualdades raciais. A interseccionalidade permite analisar, de forma conjunta, relações de poder que envolvem raça, classe, gênero, sexualidade e outras categorias sociais.				
(E) A interseccionalidade não substitui raça por classe. Ela examina a articulação entre diferentes relações de poder. Reduzir a posição social das mulheres negras a renda, escolaridade e território impediria compreender a especificidade das formas combinadas de racismo e sexismo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	50	30	10	E
(A) A valorização de áreas e serviços não garante distribuição igualitária dos benefícios. No caso apresentado, o aumento dos custos e a saída de moradores indicam que a intervenção pode restringir a permanência de grupos de menor renda. O direito à cidade não se limita ao consumo individual.				
(B) A segregação socioespacial não se reduz à distância. A proximidade física entre grupos pode coexistir com muros, vigilância, controle de acessos e profundas desigualdades nas formas de apropriação da cidade.				
(C) A gentrificação não exige necessariamente remoção judicial. Aumento de aluguéis, substituição do comércio, valorização imobiliária e saída progressiva de moradores podem produzir deslocamento indireto.				
(D) Favelas e periferias não devem ser explicadas apenas por carências internas. Elas precisam ser compreendidas em relação aos processos históricos de produção do espaço, distribuição de recursos, intervenções públicas e representações sociais.				
(E) CORRETA. A combinação de valorização imobiliária, aumento de custos, substituição social, enclaves e estigmatização permite analisar o caso como articulação entre gentrificação e segregação material e simbólica. A reivindicação dos movimentos envolve permanência, participação e apropriação coletiva, dimensões do direito à cidade.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	51	31	1	C
(A) A concentração territorial da pobreza pode indicar vulnerabilidade social, desigualdade urbana e exposição seletiva a políticas de controle. O erro está em tratá-la como explicação suficiente da violência urbana e em justificar, a partir disso, policiamento seletivo e redução da proteção social. Essa formulação reproduz a associação entre pobreza e criminalidade criticada nos debates sobre criminalização da pobreza.				
(B) O medo do crime não deve ser compreendido apenas como reação subjetiva. Em Teresa Pires do Rio Caldeira, a “fala do crime” reorganiza percepções, produz estereótipos, legitima separações urbanas e influencia políticas de segurança, vigilância e controle do espaço.				
(C) CORRETA. A criminalização da pobreza ocorre quando discursos públicos, diagnósticos institucionais e práticas de segurança transformam grupos pobres e territórios populares em suspeitos preferenciais. Esse processo legitima vigilância, segregação e punição seletiva, deslocando problemas sociais para respostas predominantemente penais.				
(D) A expansão penal pode ampliar a presença do Estado em determinados territórios, mas isso não significa garantia universal de proteção social, inclusão cidadã ou direitos efetivos. Em Loïc Wacquant, a ampliação de respostas punitivas pode expressar a substituição de políticas sociais por dispositivos de vigilância, disciplina e punição.				
(E) A segurança privada pode reorganizar acessos e reduzir medos localizados para grupos específicos, mas não constitui mecanismo neutro nem igualmente acessível. Em Caldeira, práticas privadas de segurança relacionam-se à produção de muros, enclaves, controle de fronteiras e aprofundamento de desigualdades urbanas.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	52	32	12	A
(A) CORRETA. Os movimentos sociais contemporâneos podem articular demandas, repertórios de ação, redes de mobilização e produção de identidades coletivas. A comunicação digital amplia visibilidade, coordenação e circulação de informações, mas não substitui os espaços públicos, as relações institucionais, as alianças, as disputas internas e os conflitos sobre representação.				
(B) A insatisfação coletiva pode integrar processos de mobilização, mas não explica, isoladamente, os movimentos sociais. As teorias dos movimentos sociais destacam também organização, repertórios de ação, cultura política, identidades coletivas, redes, relações institucionais e disputas históricas.				
(C) A institucionalização pode ampliar recursos e canais de interlocução, mas não elimina automaticamente tensões entre autonomia, representação e relação com o Estado. Movimentos sociais não se convertem necessariamente em prestadores técnicos de serviços, pois suas demandas permanecem atravessadas por disputas políticas.				
(D) A internet é relevante para os movimentos sociais em rede, mas não torna ruas, praças e assembleias recursos residuais. A presença em espaços públicos continua importante para visibilidade, deliberação, construção de vínculos, produção de comunidade política e afirmação pública das demandas.				
(E) Identidades coletivas não apenas nomeiam grupos já constituídos. Em movimentos de diversidade sexual e de gênero, categorias, siglas, visibilidade e representação são produzidas historicamente, em processos de disputa, negociação, reconhecimento e redefinição dos sujeitos políticos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	53	33	13	B
(A) A experiência operacional das entidades prestadoras pode contribuir para o conselho, mas não substitui deliberação pública, fiscalização e participação dos usuários. Concentrar informações nessas entidades pode ampliar as assimetrias já descritas.				
(B) CORRETA. As medidas propostas enfrentam diretamente os problemas do caso: centralização da pauta, desigualdade informacional e baixa capacidade de intervenção dos usuários. O controle social exige condições concretas de informação, representação, deliberação e incidência sobre a gestão.				
(C) A pluralidade formal não neutraliza automaticamente as desigualdades de informação e participação. A divulgação posterior não permite que os representantes utilizem os dados para preparar sua intervenção e participar efetivamente das decisões.				
(D) O consenso não deve ser tratado, isoladamente, como indicador de qualidade democrática. Em contexto de centralização e assimetria informacional, ele pode resultar de baixa contestação e não de deliberação substantiva.				
(E) Consultas de satisfação podem complementar a participação, mas não substituem o caráter deliberativo e fiscalizador dos espaços de controle social nem justificam a concentração das decisões no Executivo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	54	34	14	D
(A) Embora a vigilância privada possa responder a percepções de insegurança, enclaves, muros e controles de acesso não reduzem necessariamente fronteiras simbólicas. Podem aprofundar separações e restringir a circulação de determinados grupos.				
(B) A responsabilização individual pode ser apresentada como política de autonomia, mas, no caso, ocorre juntamente com redução da proteção social e ampliação dos controles. Essa combinação pode deslocar desigualdades estruturais para supostas falhas pessoais.				
(C) Narrativas sobre crime e perigo não constituem indicadores técnicos neutros. Quando associam determinados territórios e grupos à suspeição, podem legitimar policiamento seletivo e reforçar estigmas.				
(D) CORRETA. A interpretação articula todos os elementos do caso: medo do crime, enclaves, vigilância seletiva, redução das políticas sociais e responsabilização individual. Essa combinação pode expressar gestão punitiva da desigualdade e criminalização da pobreza.				

(E) O aumento da presença penal do Estado não equivale à universalização de direitos ou de proteção social. A expansão da vigilância e da punição pode coexistir com retração das políticas sociais e atendimento seletivo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	55	35	15	C
(A) A separação rígida entre movimentos materiais e identitários empobrece a análise sociológica. Movimentos urbanos e rurais também podem envolver pertencimento, reconhecimento, direitos e participação política. Movimentos negros, feministas e LGBTQIAPN+ também disputam recursos, políticas públicas, proteção social, trabalho, renda e território. (B) A incorporação de pautas identitárias não descaracteriza a ação coletiva. As teorias contemporâneas dos movimentos sociais reconhecem a relevância de cultura, identidade, reconhecimento, direitos, redes de mobilização e sujeitos coletivos, além das reivindicações econômicas. (C) CORRETA. Os movimentos sociais contemporâneos podem articular demandas materiais, reconhecimento, identidade coletiva, repertórios de protesto, redes de mobilização e disputas institucionais. Por isso, não devem ser reduzidos a uma oposição rígida entre redistribuição e reconhecimento, ou entre demandas materiais e identitárias. (D) As redes digitais ampliam visibilidade, coordenação e circulação de mensagens, mas não tornam secundárias a organização, as alianças, os repertórios de ação e a presença pública. Nos movimentos sociais em rede, ruas, praças, assembleias e ocupações continuam relevantes para produzir comunidade política e visibilidade coletiva. (E) A institucionalização pode ampliar recursos, canais de interlocução e possibilidades de incidência pública, mas não transforma necessariamente reivindicações políticas em mera administração estável. A relação com Estado, organizações não governamentais e conselhos pode gerar tensões, negociações e disputas, sem eliminar a dimensão política da ação coletiva.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	56	36	16	E
(A) Os dados podem contribuir para delimitar o estudo, mas a equipe não deve adiar a formulação do problema e do referencial teórico até depois da coleta. Esses elementos orientam a seleção das variáveis, os instrumentos e a interpretação. (B) As entrevistas são adequadas para investigar experiências e significados, mas não há incompatibilidade entre evidências qualitativas e quantitativas. A combinação pode ser pertinente diante das duas necessidades apresentadas. (C) Tempo e acesso são condicionantes práticos, mas não devem definir isoladamente a técnica. A escolha metodológica deve ser orientada pelo problema, pelo referencial e pelo tipo de evidência necessário. (D) A utilização de questionários e entrevistas não caracteriza, por si só, um desenho integrado. É necessário estabelecer questão comum e explicitar como as evidências serão relacionadas na análise. (E) O caso exige mensuração de padrões e compreensão de experiências. A opção propõe desenho coerente, no qual problema, teoria, instrumentos, seleção dos participantes e integração das evidências são definidos em função dos objetivos.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	57	37	17	B
(A) A etnografia não se limita à descrição externa de comportamentos e rotinas institucionais. Seu valor analítico está justamente em compreender práticas e sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências, regras, vínculos e interações. (B) CORRETA. A etnografia é adequada quando busca compreender práticas, interações e significados situados. Para isso, pode combinar permanência em campo, observação participante, entrevistas, registros sistemáticos e reflexividade sobre a relação entre pesquisador, interlocutores e contexto pesquisado. (C) A observação participante não substitui necessariamente as entrevistas. As técnicas podem ser combinadas: a observação acompanha práticas e interações cotidianas, enquanto as entrevistas permitem acessar narrativas, interpretações e sentidos atribuídos pelos sujeitos. (D) A descrição densa não corresponde ao simples acúmulo de informações territoriais. Ela exige interpretação dos códigos, relações e estruturas de significação que tornam inteligíveis as práticas observadas em determinado contexto social. (E) A permanência prolongada em campo não elimina mediações teóricas nem garante dados neutros. A pesquisa etnográfica exige registro sistemático, interpretação sociológica e reflexividade sobre os efeitos da presença do pesquisador no campo.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	58	38	18	D
(A) A organização cronológica pode auxiliar a reconstrução da trajetória, mas não dispensa interpretação sociológica. Histórias de vida exigem análise das relações entre biografia, instituições, território, condições sociais e sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências vividas. (B) Entrevistas em profundidade não exigem roteiro rígido. Elas admitem flexibilidade controlada, escuta ativa e adaptações durante a interação, desde que preservem coerência com o problema de pesquisa, critérios de registro e estratégia analítica. (C) Narrativas biográficas não devem ser tratadas como reprodução direta e transparente dos fatos vividos. Sua análise requer articulação com território, instituições, condições sociais, mediações da memória e contexto de produção do relato. (D) CORRETA. Entrevistas e histórias de vida permitem compreender trajetórias sociais, sentidos atribuídos às experiências, relações institucionais e situações de vulnerabilidade. Esses relatos constituem evidências qualitativas relevantes, mas não devem ser tratados como amostra estatisticamente representativa. (E) Histórias de vida não substituem necessariamente registros institucionais, observação ou outras fontes. A memória dos interlocutores é material analítico relevante, mas deve ser interpretada criticamente e, quando pertinente, articulada a outros registros.				
Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	59	39	19	C
(A) Médias municipais e índices sintéticos podem auxiliar o diagnóstico, mas não dispensam desagregações territoriais e populacionais. O uso exclusivo de médias gerais pode ocultar desigualdades entre bairros, faixas etárias, grupos raciais e condições de acesso a serviços. (B) Desagregar os dados apenas por bairro e idade é insuficiente, pois o cenário requer investigar possíveis desigualdades raciais nas condições sociais e territoriais. A variável raça/cor deve integrar o diagnóstico e a definição das prioridades de expansão dos serviços, em articulação com os demais indicadores, e não ser utilizada apenas posteriormente como informação descritiva. (C) CORRETA. O mapeamento socioterritorial deve partir da definição do problema, selecionar dimensões relevantes, utilizar indicadores válidos, confiáveis, transparentes e desagregáveis, e interpretar criticamente médias e índices sintéticos para evitar a invisibilização de desigualdades territoriais, raciais e demográficas. (D) A seleção de indicadores não deve ser determinada apenas pela disponibilidade dos registros administrativos. Como construções analíticas, os indicadores devem ser escolhidos em função do problema, das dimensões relevantes e de propriedades como validade, confiabilidade, transparência e possibilidade de desagregação. Excluir escolhas teóricas e metodológicas não produz neutralidade; apenas torna menos explícitos os critérios adotados. (E) Indicadores sintéticos podem facilitar comparações e comunicação de resultados, mas não substituem a análise dos indicadores simples que os compõem. A síntese pode ocultar variações internas, reduzir transparência e dificultar a interpretação substantiva das desigualdades.				

Área de conhecimento	Questão (TIPO A)	Questão (TIPO B)	Questão (TIPO C)	Gabarito
Conhecimentos Específicos (EDAS-Sociologia)	60	40	20	A
(A) CORRETA. A combinação proposta permite confrontar o que os registros administrativos informam com as experiências dos atores e as práticas efetivamente observadas. Assim, podem ser analisados cobertura, acesso, implementação, barreiras, procedimentos institucionais e limites do programa. (B) Os relatos dos beneficiários são evidências relevantes, mas não substituem os dados administrativos nem comprovam isoladamente eficácia e efetividade. A avaliação exige articulação entre fontes e critérios analíticos. (C) Barreiras territoriais, dúvidas, experiências e práticas de atendimento fazem parte da implementação da política. Excluí-las impediria a compreensão das interrupções descritas no cenário. (D) A ocorrência de redução da pobreza após o pagamento do benefício não permite concluir automaticamente que ela foi causada exclusivamente pelo programa. A avaliação deve considerar outros fatores e condições de implementação. (E) Restringir a amostra aos beneficiários com acompanhamento regular e registros completos produz viés de seleção e exclui justamente as famílias cujas interrupções, barreiras territoriais e dificuldades cadastrais precisam ser compreendidas. A avaliação qualitativa deve contemplar experiências distintas e articular relatos, registros administrativos, observação e análise documental.				

Brasília/DF, 9 de setembro de 2026.

INSTITUTO QUADRIX